



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 04/2026
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO

Presidente:	- <i>Luís Augusto de Melo Guimarães</i>
1.ª Secretária:	- <i>Rita Bárbara Pires Messias</i>
2.ª Secretária	- <i>Aida da Conceição Domingues Palas</i>
Hora de Abertura:	- 09.00 Horas
Ata da 2.ª Sessão Ordinária 17 de abril de 2026	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Ata da 1.ª Sessão Extraordinária 25 de abril de 2026	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Outras presenças:	- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente <i>Vitor Manuel Correia</i> e pelos Senhores Vereadores: - <i>Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Maria Helena Chéu Guedes Vaz Ferreira Rodrigues</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Cristina Maria Ferreira Passas</i> - <i>Luís Filipe Leonor Fernandes Saraiva</i>
Local da Reunião:	Grande Auditório Do Centro Cultural de Mirandela

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Bom dia a todos. Vamos dar início aos trabalhos desta 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela.

Cumprimento o Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara *Vitor Correia*, cumprimento os Senhores Deputados aqui presentes, Líderes das Bancadas Municipais, cumprimento a Comunicação Social, o público presente e quem nos acompanha na transmissão via *online*.

Sejam bem-vindos, esperamos que haja um bom dia de trabalho.

----- Feita a chamada, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

O Senhor Deputado *Tito Emanuel Diogo Sales Resende* é substituído pelo Senhor Deputado *Manuel Alcino Gomes*;

O Senhor Deputado *Mário José Medeiros Vilarinho* é substituído pelo Senhor Deputado *Alexandre Mendonça Camilo*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Luís Carlos Fontoura Soares* é substituído pelo Senhor Vogal *Vitor Manuel Fernandes Pratas*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bouça *Duarte José Ruivo* é substituído pelo Senhor Tesoureiro *Ricardo Miguel Bravo Taberneiro*;

A Senhora Deputada *Isabel Maria Branco Barreira* é substituída pelo Senhor Deputado *Pedro Ricardo Reis dos Santos*;

O Senhor Deputado *Carlos Rafael de Sousa Carvalho* é substituído pelo Senhor Deputado *Carlos José da Silva Pires*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Moraes Clemente* é substituído pela Senhora Tesoureira *Sónia Cristina Figueiredo Mota*;

O Senhor Deputado *José Maria Lopes Silvano* é substituído pelo Senhor Deputado *Carlos Alberto Ventura Marques*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Suções *Rui António Alves Fernandes* é substituído pela Senhora Secretária *Marisa Cláudio Ferreira Borges*



Registo de Faltas.

Tito Emanuel Diogo Sales Resende, Mário José Medeiros Vilarinho, Luís Carlos Fontoura Soares, Duarte José Ruivo, Isabel Maria Branco Barreira, Carlos Rafael de Sousa Carvalho, Joaquim António Morais Clemente, José Maria Lopes Silvano, Rui Manuel Teixeira Pires, Rui António Alves Fernandes, José Eduardo Evaristo Cabanas.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Tito Emanuel Diogo Sales Resende*: Sessão de 12 de junho de 2026.
- *Mário José Medeiros Vilarinho*: Sessão de 12 de junho de 2026.
- *Luís Carlos Fontoura Soares*: Sessão de 12 de junho de 2026.
- *Duarte José Ruivo*: Sessão de 12 de junho de 2026.
- *Isabel Maria Branco Barreira*: Sessão de 12 de junho de 2026.
- *Carlos Rafael de Sousa Carvalho*: Sessão de 12 de junho de 2026.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 12 de junho de 2026.
- *José Maria Lopes Silvano*: Sessão de 12 de junho de 2026.
- *Rui Manuel Teixeira Pires*: Sessão de 12 de junho de 2026.
- *Rui António Alves Fernandes*: Sessão de 12 de junho de 2026.
- *José Eduardo Evaristo Cabanas*: Sessão de 12 de junho de 2026.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas da 3.ª Sessão Ordinária de 12 de junho de 2026, dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 17 de abril de 2026 e Ata da 2.ª Sessão Extraordinária de 25 de abril de 2026.

----- Efetuada a votação e estando 55 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 17 de abril de 2026.

----- Efetuada a votação e estando 55 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 2.ª Sessão Extraordinária de 25 de abril de 2026.

1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Munícipe *INÊS SILVESTRE* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Antes de começar o meu apelo, queria felicitar publicamente o nosso novo eleito nesta Mesa, o amigo Luís, muito obrigada, parabéns e um bom mandato.

Em representação da Associação AIC – Associação Iniciativa Cultural, Recreativa e Social de Mirandela, gostaria de agradecer a oportunidade de mais uma intervenção nesta Sessão e apresentar duas iniciativas que consideramos trazer valor à nossa comunidade.

A primeira iniciativa é uma sardinhada solidária intitulada “Sardinha para Todos”, que terá lugar no dia 18 de julho, no Mercado Municipal de Mirandela, trata-se de uma tradicional sardinhada portuguesa dirigida a toda a população do concelho de Mirandela, onde parte das verbas angariadas serão destinadas ao apoio da cultura jovem local. Este evento solidário da AIC apoiará, neste caso em particular, a companhia de teatro fundada por jovens mirandelenses, para jovens mirandelenses, que passo a nomear, Tráscena. Convido todas as Juntas de Freguesia do concelho a estarem presentes na sardinhada e apelo aos Senhores e Senhoras Presidentes das juntas de freguesia e da Câmara Municipal a divulgarem este evento junto da nossa população.



A segunda iniciativa enquadra-se no trabalho contínuo que a nossa Associação tem vindo a desenvolver de apoio à integração e à valorização das comunidades imigrantes no nosso concelho, quer dos imigrantes que escolhem o concelho de Mirandela para viver, trabalhar e construir o seu futuro, quer dos emigrantes que partem em busca de novos projetos, objetivos e melhores condições de vida.

Estamos a organizar, pelo segundo ano consecutivo, a Festa do Migrante, um evento que pretende promover o encontro entre gerações e culturas, o convívio entre residentes de diferentes origens e o fortalecimento dos laços de amizade e de respeito mútuo que unem a nossa comunidade. Esta festa dirige-se não só aos migrantes da cidade de Mirandela, mas também a todas as vilas e aldeias do nosso concelho. Assim, peço a generosidade de todos vós que tendes responsabilidades no concelho para divulgarem este evento e trazerem o maior número possível de residentes das vossas aldeias.

O evento contará com intervenções musicais de artistas do concelho pela primeira vez, com gastronomia, artesanato e outras atividades ainda em fase final de planeamento, no entanto, um evento desta dimensão e com o nível de qualidade que gostaríamos de manter tem custos que, sendo nós uma jovem Associação, não temos capacidade de assegurar na sua totalidade, neste sentido, gostaria de solicitar o contributo financeiro de todas as Juntas de Freguesia para esta organização. O convite foi já endereçado por *e-mail* a diferentes juntas de freguesia e até hoje, não tive resposta, mas ainda é cedo. Gostaria também de solicitar, em particular, à Câmara Municipal de Mirandela uma ajuda financeira para a realização do programa musical previsto para este evento.

Acreditamos que esta festa será um momento de orgulho para todos os municípios e uma demonstração clara de que a diversidade é uma riqueza que devemos valorizar e celebrar. Agradeço a vossa atenção, estou à vossa disposição para todos os esclarecimentos que considerem necessários. Certa da vossa participação para que esta festa fique inscrita no calendário das festas do nosso concelho, deixo-vos um grande obrigada por me terem ouvido.

Hoje não devia estar sozinha. Devia ter um grande convidado comigo, mas sendo ainda um pouco cedo, o amigo *João Vaz* não pôde estar presente. O *João Vaz*, nosso querido amigo e julgo eu, conhecido de todos os presentes, teve, como todos sabem, alguma liberdade concedida pela AIC, mas uma liberdade que não chega.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *LUÍSA TORRES* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Peço permissão ao Senhor Presidente da Assembleia para me escusar de apresentações, uma vez que já sou aqui sobejamente conhecida há tantos anos.

O motivo de estar aqui presente é, efetivamente, concluir um processo que iniciei em 2021, enquanto representante da Assembleia Municipal, da Comissão de Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela, porque entendi que o deveria fazer. Hoje é o dia em que este ponto está à votação e, porque também não sou pessoa de deixar as coisas pela metade, nem de as deixar por concluir, este é o culminar de uma última intervenção, das várias que já fiz sobre este tema.

Quero dizer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que tenho alguma expectativa para ver como corre o dia de hoje, no sentido de se perceber que este concelho hoje pode tornar-se um concelho mais injusto e mais pobre. É um concelho com uma área geográfica de cerca de 650 km² de extensão, dos quais apenas 2,7% correspondem à área edificada, e pretende-se retirar, em média, 8% dessa já reduzida massa construída.

Este é um assunto grave e um assunto que nos deve preocupar a todos. Trata-se de um processo que decorre desde agosto de 2019, portanto, estamos a falar de sete anos, para chegarmos à conclusão de que vamos empobrecer o nosso território, quer em matéria financeira, quer ao nível de toda uma cadeia de investimento ligada ao setor imobiliário, que tanta falta nos faz, numa fase em que a maioria dos municípios portugueses e até a Europa, prevê e estuda medidas para a promoção da habitação, da qualidade da habitação e da qualidade do ar no interior das habitações e nós estamos a estrangular essa possibilidade.

Em 2021, ingressei neste processo enquanto representante da Assembleia Municipal, função que desempenhei até 2025. Quando entrei, o processo encontrava-se já numa fase conclusiva. Particpei em três reuniões, duas online e uma presencial, em que para que se perceba como este processo foi tratado, a representante da Assembleia Municipal foi convocada apenas 24 horas antes da reunião, ainda assim, estive presente e pude constatar que os polígonos definidos não serviam o concelho de Mirandela.

Fiz aqui a minha intervenção no devido tempo, o resumo da minha intervenção nesta Assembleia, manifestando o meu total desacordo com o que estava a ocorrer, porque este processo resultou da ausência de apresentação de um plano estratégico de investimentos em infraestruturas de saneamento e abastecimento de água para o período de vigência do próprio PDM, ou seja, para 15 anos, portanto, por falta da apresentação desse plano estratégico de investimento para 15 anos, não para um, dois ou cinco anos, mas para quinze, a cidade em vez de manter os seus perímetros urbanos, vê-os reduzidos porque ninguém apresentou esse documento. À CCDDR-N chegou zero, muitos dos presentes estiveram numa reunião realizada no Pequeno Auditório deste espaço, onde estiveram os representantes da empresa Mundo às Riscas, os mesmos que participaram na apresentação da suposta discussão pública, que, na verdade, não passou de uma apresentação daquilo que os presentes já conheciam.

Nessa ocasião, todos se recordarão certamente de que a própria representante da CCDDR-N afirmou que, apesar de estar no Porto, era natural de Bragança, conhecia as realidades atípicas do Nordeste Transmontano e as dificuldades enfrentadas pelas populações e ela própria reconhecia, não são palavras minhas, quem lá esteve sabe que é verdade, que os polígonos apresentados eram os que serviam o concelho.

Por isso, pensem bem se querem um concelho que, durante os próximos 15 anos, fique cancelado de poder construir em espaço rural.



----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente, começo a minha intervenção por fazer um pedido de desculpas a esta Assembleia e a quem nos está a ver e a ouvir lá em casa, prometi que nunca mais iria falar da tirolesa, mas sou obrigado a fazê-lo, irá compreender porquê.

Senhor Presidente, permita-me que me dirija ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, que não está aqui presente, mas que se encontra representado.

Senhor Presidente, anda há dois meses a brincar às escondidas para marcar uma reunião comigo e com o Dr. David, até ao momento não o fez. Pergunto-lhe para que serve a reunião que quer marcar comigo e com o meu advogado. Se é para tirar a tirolesa, não precisamos de reunião, se é para a colocar a funcionar, também não precisamos, se é para fazer um muro ou uma vedação com árvores, tenha cuidado, porque aí pode pegar fogo, colocar árvores também não faz sentido.

O assunto já foi esclarecido, em relação aos testes que foram feitos, para que anda o Senhor aqui sem decidir nem avançar? Se me disser assim, “Mas a tirolesa não está a funcionar”, pois não, não está a funcionar, mas então para que continua lá? Quer que fique ali como uma relíquia?

O Dr. David, cada vez que faz uma carta, ou envia um *e-mail* ou me acompanha, tem de ser remunerado, porque não é meu empregado. Não é como o Senhor Presidente da Câmara, que quando perdem ações em tribunal, é a Câmara que suporta as despesas, coisa que na minha opinião não devia acontecer, porque a Câmara não se mete com ninguém. Se calhar, o seu trabalho é que está a ser mal executado e devia ser o Senhor a suportar esses custos do seu próprio bolso.

Questiono-me, tal como outras pessoas também se questionam, parece um pouco estranho existir apenas um arguido neste Executivo, não sou só eu que o digo, muitas das pessoas com quem lido e converso também levantam essa questão.

Há dias, quando saiu uma notícia relacionada com o PS, houve um mirandense que se manifestou e disse, “Parabéns à Judiciária pelo trabalho executado, não se esqueçam de Mirandela.” O que querará ele dizer com isso? “Não se esqueçam de Mirandela”, ele lá saberá.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, embora não esteja aqui presente, gostava de lhe perguntar qual foi o produto aplicado no Parque Infantil do Bairro Tua Sol, para eliminar a erva, primeiro andaram a queimá-la, depois mandaram arrancá-la, segundo consta, houve até quem tivesse sido acusado por isso, eu não fui, mas, se tivesse sido, também o faria. Não faz sentido aplicar herbicidas num espaço destinado a crianças, isto revela uma falta de sensibilidade de alguém que até parece não ter filhas, mas tem.

Senhor Presidente da Assembleia, para que serve esta Assembleia se não for para trazer estes assuntos? Falei no ano passado da estrada sem marcação entre o Campo da Aviação à Ponte de Vilarinho, do Melo ao respetivo cruzamento. Falei também da falta de uma placa de sinalização que indique onde se encontra Barcel e Longra.

Senhor Presidente, acredito que a Câmara tenha dinheiro para isto, se não tiver, posso até fazer aqui hoje um peditório; eu próprio contribuirei.

Senhor Presidente da Mesa, quero desejar as maiores felicidades ao Senhor *Luís Saraiva*, Vereador, espero que continue sempre com a sua imparcialidade. Sei que esteve connosco e ao nosso lado na questão da tirolesa e espero que o continue a fazer. Sei também que, há duas ou três semanas, o Senhor foi obrigado a chamar a polícia às quatro da madrugada porque não o deixavam dormir. Penso que não estou a dizer nada que não corresponda à verdade.

Senhor Presidente, para certas obras há dinheiro, para a Escola do Convento há dinheiro, para a Escola do Fomento não há, há dinheiro apenas para aquilo que interessa. Espero sinceramente que nenhuma criança se magoe na Escola do Fomento, porque se isso acontecer, alguém terá de assumir responsabilidades.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Município *ANA CUNHA* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Na minha intervenção de hoje, gostaria de abordar vários temas que considero importantes para o concelho de Mirandela.

Começo por me referir ao Sport Clube Mirandela, que celebrou no passado dia 10, o seu centenário. Trata-se de uma data marcante para o Clube e para a cidade e que foi assinalada com uma cerimónia comemorativa e com a abertura de uma loja de *merchandising*. Muitos parabéns pela iniciativa e pela cerimónia, no entanto, não estive presente, mas ao observar as imagens do evento, constatei que muitas pessoas foram homenageadas, mas que também faltaram lá vários atletas que se formaram nas camadas jovens do Sport Clube Mirandela e que integraram os plantéis seniores durante diversas épocas. Tendo em conta a dimensão da nossa cidade, esta ausência não passou despercebida. Gostaria de perguntar qual foi o critério utilizado para a escolha de alguns e outros não. É apenas essa a minha questão.



Ainda sobre o Sport Clube Mirandela, enquanto principal utilizador do recinto, gostaria de saber quando serão realizadas as prometidas melhorias no Campo Desportivo da Reginorde. Recordo que, no dia 23 de dezembro de 2025, na Assembleia Municipal, durante a discussão do Orçamento Municipal para 2026, o Senhor Presidente *Vitor Correia* afirmou, e passo a citar: “Já temos financiamento para isso, para a remodelação do Campo Desportivo da Reginorde, onde vamos colocar bancadas, balneários e também fazer alguma reformulação dos pavilhões A e B, para dar uma resposta mais eficaz enquanto não se trabalha com mais precisão naquilo que será o multiusos que também queremos pôr em marcha.” Estas foram as suas palavras, Senhor Presidente.

Quando fala em “pôr em marcha”, presumo que se refira ao início da concretização deste projeto, ora, se em dezembro já existia financiamento garantido, como aqui foi afirmado, estamos praticamente no final de junho, a meio do ano e nada foi feito. Não existem bancadas, continuamos sem balneários condignos, que em nada dignificam o clube, nem a terra. Relativamente ao multiusos, continua a existir apenas a ideia, exatamente como acontecia em dezembro passado. Quanto ao Pavilhão B, estive lá ontem para confirmar e continua sem as prometidas reformulações e com cobertura em amianto.

Pergunto, por isso, se as obras vão realmente avançar e se será aproveitada esta pausa da época desportiva, nomeadamente o mês de julho, para dar início aos trabalhos.

Estamos em junho, mês que marca o início do verão e o fim das aulas para muitos jovens do nosso país e em particular do nosso concelho. Mirandela dispõe de espaços naturais de enorme qualidade, como o Rio Tua, a Zona Verde e a respetiva praia fluvial, que, por decisão do Executivo, já se encontra em funcionamento desde o dia 6 de junho, no entanto, surge uma questão que considero fundamental, como podemos transmitir confiança aos cidadãos para utilizarem aquele espaço quando não estão disponíveis, nem afixados ao público os resultados das análises à qualidade da água? Existe o placard destinado à divulgação dessas análises, mas a informação não está lá. O que devemos concluir desta situação? A água é segura para banhos ou não? Porque não são divulgadas informações tão importantes para quem utiliza aquele espaço?

Falando ainda do Rio Tua, gostaria também de me referir ao Clube Fluvial de Mirandela. Gostaríamos que estivesse aberto com maior frequência e que nesta altura do ano, fosse possível desenvolver uma intervenção mais ativa para captar jovens para a prática de modalidades como a canoagem, de *paddle*, aproveitando os recursos naturais que temos em Mirandela.

Para terminar, queria voltar à questão da ciclovía. Depois de eu ter estado aqui a falar sobre este assunto, o que aconteceu foi que a ciclovía foi vedada ao público. Os munícipes já não conseguem circular por ela porque se encontra encerrada, não era essa a intenção quando o tema foi aqui levantado. O que nós gostaríamos era que a ciclovía fosse melhorada.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *JOÃO REIS* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

É um prazer estar aqui de novo a falar nesta Assembleia, agora na qualidade de município.

Vinha aqui apenas fazer um apelo relativamente à transmissão *online*. Gosto de acompanhar as atividades municipais e seria muito interessante, porque mais do que ler as atas, é importante sentirmos aquilo que efetivamente as pessoas dizem, perceber se falam com convicção ou não, isso também é relevante. As reuniões de Câmara não têm essa transmissão e eu penso que isso não representaria um custo acrescido assim tão significativo para a Câmara, até poderia ser feita uma parceria, aproveitando aquilo que já foi implementado nesta Assembleia há algum tempo e efetivamente fazer um contrato conjunto.

Um segundo ponto, que considero ainda mais importante, prende-se com a distribuição, há algum tempo, de garrafas de água reutilizáveis. Penso que foram distribuídas, pelo menos, no primeiro ciclo, embora não saiba se também chegaram a outras escolas. Sei disso porque tenho uma em casa. Nessas garrafas lia-se a mensagem: “Eu bebo água da torneira”, não tenho nada contra isso, antes pelo contrário, eu próprio bebo água da torneira e não tenho qualquer problema com isso. A minha questão é outra, tenho a percepção de que uma afirmação destas, com o alto patrocínio da Câmara Municipal de Mirandela, transmite uma sensação de segurança aos cidadãos, no sentido de que a água terá qualidade em todas as torneiras do Município, eu acredito que o Senhor Presidente tenha essa certeza para afirmar algo deste género através desta campanha. Eu, pessoalmente, confesso que tenho algumas dúvidas.

Recordo-me de uma entrevista, ainda quando era Vereador, em que lhe pediram para beber água e o Senhor não o fez, deve recordar-se desse episódio, porque aconteceu consigo, confesso que me senti desconfortável com aquela situação. Acho que não havia necessidade de algo semelhante voltar a acontecer, principalmente quando existe uma publicidade desta natureza.

Gostava que garantisse aqui, a mim e a todos os munícipes, que a água em todo o Município, em todo o concelho, tem qualidade suficiente para ser consumida com segurança, só assim esta mensagem faz sentido. Eu sei que, provavelmente, em Mirandela a água tem uma grande qualidade, não sei se o mesmo acontece em todas as aldeias. Veremos daqui para a frente, porque é precisamente agora que poderão surgir alguns problemas. A qualidade da água poderá degradar-se à medida que os depósitos tenham menos disponibilidade de água e por aí adiante. É essa garantia que gostaria que fosse dada, não apenas a mim, mas a todos os munícipes.

Mudando de assunto e já que a município anterior falou do desporto, gostaria também de abordar essa questão, embora de uma perspetiva diferente. Sei que existe um projeto em curso e que agora existe um Vereador a Tempo Inteiro que, além das suas funções, também tem um filho a jogar futebol, por isso, conto com a sua intervenção nas reuniões de Câmara e com a sua capacidade de influência nas decisões relacionadas com esta área.

Efetivamente, as bancadas são importantes. Andamos por todo o distrito a acompanhar os nossos filhos a jogar futebol e temos uma realidade particular em Mirandela que, apesar de representar um desafio, também é uma mais-valia para o Clube. Somos dos



poucos concelhos, se não mesmo o único, que possui um clube com campo de futebol próprio. Na maioria dos restantes casos, trata-se de estádios ou campos municipais. Essa circunstância cria necessidades específicas ao nível do investimento.

Não acredito que as bancadas sejam o principal problema, mas são importantes e se puderem ser construídas, ficaremos agradecidos, no entanto, como pai de um jovem que joga futebol e falando também por muitos outros pais, gostaria de salientar que gerir cerca de 300 jovens num único campo é muito difícil.

Por isso, considero que existe uma necessidade real de repensar todo o plano de equipamentos desportivos do Município. O meu apelo é que não se pense apenas nas bancadas, nem que se façam apenas as bancadas, é importante olhar para os restantes equipamentos desportivos, não só para o Sport Clube Mirandela, mas também para o CTM e para as restantes coletividades do concelho.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Agradeço as várias questões que nos foram aqui colocadas.

Começava pela intervenção da Presidente da AIC, *Inês Silvestre*, agradeço o convite para a Sardinhada Solidária do dia 18 de julho, sei que têm existido algumas dificuldades logísticas para tratar desta iniciativa, nomeadamente quanto à definição da data, porque, felizmente, esta cidade tem uma agenda muito dinâmica.

Sei que têm enfrentado essas dificuldades, mas também demonstrado abertura para colaborar com outras entidades que promovem eventos, no sentido de evitar conflitos de datas. Naturalmente, o Município estará disponível para prestar todo o apoio logístico possível e para disponibilizar os espaços necessários, em articulação com a Junta de Freguesia, para que a sardinhada seja uma realidade e um sucesso.

Relativamente à Festa do Migrante, quero também saudar a intenção de integrar grupos locais nas atuações, é sempre muito importante envolver os nossos artistas locais e felizmente, temos muitos talentos. O nosso concelho tem vindo a revelar uma grande dinâmica cultural e musical, com jovens artistas que surgem continuamente e que enriquecem a nossa comunidade.

Quanto ao pedido de apoio financeiro ao Município, será necessário que nos façam chegar um caderno de encargos, não podemos assumir responsabilidades sem conhecer os detalhes do projeto. Existe um orçamento para gerir e por isso, precisamos que nos façam chegar, com a maior brevidade possível, toda a informação necessária para que possamos avaliar o apoio financeiro a conceder. Do ponto de vista logístico, dentro das nossas possibilidades, esse apoio estará garantidamente disponível.

Temos também de perceber de que valor estamos a falar, compará-lo com a disponibilidade orçamental existente e avaliar a viabilidade do apoio, aliás, já o fizemos no ano passado e este ano faremos novamente, embora sempre dentro das limitações que existem para todos.

No que diz respeito à questão colocada pela munícipe *Luísa Torres*, enquanto representante da Assembleia Municipal no acompanhamento da Revisão do PDM, talvez seja preferível deixar a resposta para mais tarde, uma vez que este é um ponto que será debatido nesta Sessão. Nessa altura prestaremos os esclarecimentos necessários.

Relativamente à intervenção do Senhor *Manuel Brízido*, não posso deixar de abordar uma questão que aqui colocou, referiu-se a reuniões “às escondidas”, não sei dessas reuniões “às escondidas”, o Senhor *Manuel Brízido* escolheu como interlocutor o Dr. *David Lago* e foi precisamente ao Dr. *David Lago* que solicitámos o agendamento de uma reunião, à qual, até à presente data, ainda não tivemos resposta formal, encontrámo-nos num evento e falou-me informalmente sobre o assunto, nessa ocasião, pedi-lhe que respondesse formalmente à Câmara Municipal, porque é essa a forma como entendemos que devem decorrer as relações institucionais relativamente a este tema, portanto, estamos a aguardar uma resposta sobre a disponibilidade para a realização da reunião.

Quanto ao objetivo dessa reunião, pretendemos abordar o tema da tirolesa, dar conta que temos um relatório que desaconselha a sua utilização e temos também os relatórios anuais que indicam a necessidade de manutenção do equipamento. Estamos a avaliar estas duas realidades, o custo da reparação do equipamento e o custo das medidas mitigadoras que poderão resolver o problema.

Não queremos criar aqui um “elefante branco” nem fazer investimentos sem retorno. O que pretendemos é conversar de forma séria e profissional sobre as eventuais soluções que possam existir. Esperamos que haja disponibilidade para esse diálogo. Independentemente de as propostas serem aceites ou não, parece-nos que a única forma de resolver o assunto é através do diálogo.

Estas não são reuniões “às escondidas”, pelo contrário, são reuniões que pretendemos que sejam claras, transparentes e oficiais.

Relativamente às obras nas escolas, lidamos diariamente com vários problemas que procuramos resolver. Começou a Escola do Convento a ter intervenções e será a vez da Escola do Fomento e de outras escolas do concelho. Estamos atentos a todas essas situações. É difícil definir qual é a maior prioridade, porque podem surgir problemas em qualquer estabelecimento de ensino. O que é certo é que procuramos investir naquilo que consideramos fundamental, a segurança e o bem-estar dos alunos, professores, pais e encarregados de educação.

Respondendo agora à munícipe *Ana Cunha*, agradeço-lhe também por ter recordado o centenário do Sport Clube Mirandela. Trata-se de uma instituição que une os mirandelenses e que alcançou uma marca extraordinária, 100 anos de existência, não é fácil manter um Clube ativo durante um século.

O Sport Clube Mirandela tem feito muito pela cidade e pelos nossos jovens. Muitas pessoas passaram por aquela instituição e o reconhecimento é de todos, no entanto, devo esclarecer que a escolha dos homenageados não foi da responsabilidade da Câmara Municipal, não lhe posso explicar os critérios adotados, apenas posso transmitir aquilo que foi referido pelo Presidente do Clube: este ano foram homenageadas determinadas pessoas e noutra ocasião, poderão ser homenageadas outras, porque felizmente são muitos os atletas, dirigentes e colaboradores que passaram pelo clube.

Pessoalmente, considero que os maiores homenageados deveriam ser todos os associados, sem exceção, porque continuam a acreditar no clube, na cidade e na região.



Relativamente ao Campo Desportivo da Reginorde, estamos em condições de avançar com esse projeto até ao final do ano, aliás, afirmei isso no próprio dia do centenário do Clube e disse, em tom simbólico, que poderia quase ser encarado como uma prenda para o Sport Clube Mirandela pelos seus 100 anos, embora não seja um espaço de utilização exclusiva do Sport Clube de Mirandela, mas sim da comunidade em geral, temos condições para avançar. O projeto encontra-se concluído e estamos na fase de submissão da candidatura. Reitero aquilo que disse anteriormente, as palavras que proferi são verdadeiras e mantêm-se válidas.

Pretendemos concretizar esse trabalho e acreditamos que as obras possam ser iniciadas ainda durante este ano. É uma resposta necessária face ao elevado número de jovens atletas que utilizam aquele espaço, são esses jovens que mais nos preocupam.

Costumo dizer que é mais importante formar homens e mulheres para uma sociedade mais cívica do que simplesmente formar campeões. É essa a nossa visão para o desporto.

Quanto à recuperação dos espaços existentes, teremos obrigatoriamente de a fazer, não podemos simplesmente encerrar o Pavilhão A e o Pavilhão B sem garantir alternativas, porque isso implicaria interromper todas as atividades que ali decorrem. O que pretendemos é realizar obras de remodelação nesses dois espaços e criar também um espaço multiusos. Mesmo com essa nova infraestrutura, entendemos que o Pavilhão A e o Pavilhão B devem manter-se em funcionamento.

Se optássemos por construir apenas um novo pavilhão naquele local, teríamos de interromper a atividade existente e então colocarse-ia uma questão fundamental, para onde iria o CTM desenvolver a sua atividade e para onde seriam transferidas todas as restantes utilizações atualmente existentes?

Há aqui muitas questões que se levantam e em relação às quais precisamos de perceber, de forma modular, qual a melhor solução, se integramos os espaços já existentes, os pavilhões A, B e C, num complexo multiusos, ou se reabilitamos aqueles espaços e construímos o multiusos noutra local. O que é certo é que a atividade desportiva e cultural não pode parar durante a execução dessas obras. Este é, neste momento, o nosso grande dilema, mas, sim, reitero tudo aquilo que disse anteriormente e agradeço, mais uma vez, por ter recordado estas questões, das quais não nos esquecemos.

Relativamente à praia fluvial, importa dizer que continua a reunir todas as condições de segurança para utilização. As análises à qualidade da água são realizadas regularmente e, se não estão afixadas no painel informativo, então deviam estar, é uma situação que vou verificar, porque essa informação tem de estar disponível ao público, aliás, a prova de que essas análises são efetuadas é que houve monitorização durante todo o ano, o que nos levou à perda da Bandeira Azul. Aproveito para abordar esse tema, uma vez que ainda não foi aqui referido. Isso demonstra que a qualidade da água é monitorizada de forma regular e por mais do que uma entidade.

Importa também esclarecer que a perda da Bandeira Azul não significa uma menor segurança da água para banhos, porque para manter a Bandeira Azul não pode ocorrer qualquer incidente durante a época balnear, a verdade é que no ano passado, ocorreram dois episódios que motivaram a retirada da Bandeira Azul. Trabalharemos para que essa distinção seja recuperada, no entanto, a qualidade da água não é inferior à do ano passado, aliás, prevê-se até que possa ser superior, todos os parâmetros exigidos estão a ser cumpridos.

Este ano acrescentámos um elemento importante, um sistema de monitorização do caudal que emite alertas de 15 em 15 minutos relativamente a eventuais situações anómalas, o objetivo é identificar rapidamente a origem de qualquer ocorrência e perceber de onde ela provém, isso é determinante para nós. Monitorizar mais não significa necessariamente que a água tenha mais qualidade; a monitorização significa apenas que existe um acompanhamento mais rigoroso, as análises é que determinam a qualidade da água, já a monitorização e os alertas permitem-nos perceber, praticamente em tempo real, quando e onde ocorre uma anomalia, para podermos identificar a sua origem. Foi precisamente isso que procurámos reforçar após os acontecimentos registados nos dias 4 e 5 de setembro do ano passado.

Quanto à segurança, posso afirmar que continua totalmente garantida. As águas encontram-se em perfeitas condições para utilização. Nem o executivo nem qualquer outra entidade autorizariam a abertura da praia fluvial se existisse qualquer risco para a saúde dos utilizadores, preferíamos que os incidentes do ano passado não tivessem acontecido.

Relativamente ao Clube Fluvial de Mirandela, temos mantido contacto com a direção, trata-se de uma entidade com gestão própria, mas confesso que também gostaríamos de ver uma maior dinamização das atividades desenvolvidas naquele espaço. Já transmiti isso diretamente à direção e volto a dizê-lo publicamente. Reconhecemos igualmente que o espaço pode ser melhorado, atualmente, as instalações resumem-se praticamente a um contentor, claramente insuficiente para as necessidades existentes. Estamos a analisar o que pode ser feito para criar melhores condições e dessa forma, atrair mais utilizadores e mais praticantes das modalidades ali desenvolvidas.

Quanto à questão da ecopista, efetivamente surgiram problemas que nos ultrapassam, relacionados com algumas derrocadas ocorridas ao longo do percurso. No entanto, essas situações estão a ser resolvidas para permitir a sua reabertura. Ainda ontem tivemos uma reunião na CIM Terras de Trás-os-Montes, onde foi reiterado o avanço da candidatura relacionada com esta infraestrutura, candidatura essa que já se encontra bastante desenvolvida e com verbas atribuídas.

Essa candidatura permitirá intervir em dois troços que atualmente nos penalizam bastante: o pontão de Vilar de Ledra e a ponte do Romeu. Estes investimentos encontram-se enquadrados no respetivo programa de financiamento e estão devidamente previstos para execução. O nosso objetivo é que a ecopista possa voltar a funcionar plenamente o mais rapidamente possível, mais do que resolver os problemas causados pelas derrocadas, pretendemos também valorizar equipamentos emblemáticos do percurso, nomeadamente a ponte do Romeu, uma obra de engenharia notável que acrescentará ainda mais valor e atratividade ao concelho de Mirandela.

Relativamente à intervenção do município *João Reis*, quanto às transmissões online das reuniões de Câmara, parece-me uma proposta que podemos concretizar sem qualquer problema, da mesma forma que fazemos as transmissões da Assembleia Municipal, poderemos vir a fazê-las também para as reuniões da Câmara, parece-me uma boa medida para permitir que as pessoas possam acompanhar os trabalhos a partir de casa, no conforto dos seus lares, sem necessidade de se deslocarem presencialmente. As reuniões são públicas e dessa forma poderão ser acompanhadas por um maior número de cidadãos.

Relativamente ao projeto “Eu Bebo Água da Torneira”, quero esclarecer o seguinte, trata-se de um projeto EVA – Escola Valor da Água, que o Município de Mirandela desenvolveu em parceria com as Águas do Norte. O projeto destina-se à utilização da água



proveniente dos bebedouros instalados no parque escolar, o objetivo é incentivar o consumo de água da rede pública, que é perfeitamente potável e não apresenta qualquer problema para consumo. Trata-se de água rigorosamente controlada. Simultaneamente, o projeto procura promover comportamentos mais sustentáveis, reduzindo a utilização de garrafas de plástico e contribuindo para a proteção do ambiente. Foi nesse contexto que foram distribuídos os cantis aos alunos, destinando-se a ser utilizados nos bebedouros instalados nas escolas ao abrigo deste projeto.

A iniciativa procurou também sensibilizar para uma utilização mais generalizada da água da torneira. Continuamos a acompanhar permanentemente a qualidade da água, cada vez com maior celeridade e proximidade, graças à tecnologia que estamos a implementar, em alguns pontos já existem sistemas de deteção imediata de anomalias, além da monitorização contínua, são realizadas análises regulares. Sempre que surge alguma situação que possa colocar em causa a qualidade da água, essa situação é imediatamente corrigida, recorrendo se necessário, a fontes alternativas de abastecimento e por vezes, ao apoio dos Bombeiros.

Sempre que existe alguma ocorrência relevante, a população é informada através dos meios habituais, nomeadamente editais, redes sociais e outros canais de comunicação, para que a informação chegue o mais rapidamente possível aos cidadãos.

Felizmente, não temos registado grandes problemas, ocasionalmente surgem situações relacionadas com alguma coloração da água, mas isso não significa necessariamente que deixe de ser própria para consumo.

A verdade é que a água deve reunir determinadas características fundamentais, deve ser insípida, inodora e incolor, para além disso existem outros parâmetros técnicos e laboratoriais que são avaliados, quando essas características não estão presentes, é legítimo que as pessoas levanten dúvidas, no entanto, este trabalho de monitorização e controlo está a ser desenvolvido de forma contínua em todo o concelho e não coloca em causa o projeto “Eu Bebo Água da Torneira”, como referi, os cantis distribuídos destinam-se especificamente a ser utilizados nos bebedouros instalados no parque escolar no âmbito desta iniciativa.

Relativamente às instalações desportivas, fica naturalmente registado o seu apelo, que é também o apelo de muitos outros cidadãos. Mirandela é um concelho amigo do desporto e reconhecemos que existem carências ao nível das infraestruturas desportivas. Essas necessidades não se limitam ao futebol, abrangendo igualmente outras modalidades que têm vindo a afirmar-se no concelho e que também merecem condições adequadas para o seu desenvolvimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Vou fazer aqui um pequeno alerta e com todo o respeito, nós debatemo-nos nesta Assembleia Municipal com um grande problema, que é o tempo. Eu pedia, como já disse ao Senhor Presidente da Câmara, que não fosse tão minucioso nas respostas, porque, segundo a contabilidade ali do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, na última vez teria gasto 180 minutos a falar. Claro que nós queremos respostas por parte do Senhor Presidente da Câmara, mas isto é um local em que todas as pessoas têm o seu tempo para colocar as questões, recomendava-lhe alguma atenção nisso e fazermos uma melhor gestão do tempo.

Ainda dentro dessa gestão do tempo, no Período de Antes da Ordem do Dia, temos uma Moção e duas Recomendações que vamos já de início ler, porque como sabem, as moções e recomendações também estão sujeitas a debate querendo e nós temos também um tempo limite para o Período Antes da Ordem do Dia, quem fizer as inscrições já vai ter em consideração esta Moção e estas duas Recomendações. No final do Período Antes da Ordem do Dia, também temos aqui um Voto de Louvor para votarmos e um Voto de Pesar, vamos proceder primeiro à leitura da Moção e das duas Recomendações.

----- O Senhor Deputado Municipal *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Estamos a poucos meses de terminar o primeiro ano deste mandato e continuamos sem ver as obras que estavam previstas no mandato anterior, por isso gostaria de me dirigir ao Senhor Presidente da Câmara para o questionar sobre alguns assuntos que considero importantes.

Senhor Presidente, em que ponto se encontram os saneamentos do Carvalhal e da Palorca? Já estão em concurso? Sei que o meu Presidente da Junta já por várias vezes informou o Executivo da Câmara sobre a degradação da estrada que dá acesso ao Carvalhal, os buracos são tantos que não está fácil transitar neste acesso. Eu sei que já nos habituámos aos buracos que infelizmente encontramos por todo o lado, mas para quando a reparação dos referidos buracos no acesso ao Carvalhal?

Senhor Presidente, estamos a aproximar-nos do verão e com isso a vinda dos nossos imigrantes, as nossas aldeias ficam muito mais movimentadas com as crianças que ajudam a dar vida às nossas aldeias, para quando a instalação do parque infantil de Pereira?

Recentemente tem havido muito desperdício de água na localidade de Pereira, sei que o meu Presidente da Junta também telefona para várias pessoas, mas infelizmente às vezes sem sucesso. A água é um bem precioso que devemos ter em atenção, porque depois está dias inteiros a correr pela rua abaixo e no verão precisamos dos bombeiros para abastecer as localidades de Pereira e dos Avidagos.

Outro assunto que gostaria que me informasse é se chegou a falar com a gerência da fábrica das Lãs do Cachão e se chegou a falar, o que foi discutido nessa reunião?

----- A Senhora Deputada Municipal *ELIANA ALVES* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.



Começo por reconhecer aquilo que merece ser reconhecido, nomeadamente o envio dos relatórios por parte do Executivo e o facto de os relatórios de controlo microbiológico, entre outubro de 2025 a abril de 2026, indicarem de forma consistente resultados dentro dos parâmetros legais no que diz respeito à ausência de microrganismos patogénicos como a salmonela e a *listeria monocytogenes*. Este facto merece ser valorizado e em particular, deve ser reconhecido o trabalho das funcionárias que, no dia a dia asseguram o funcionamento das cantinas escolares, mas não podemos ficar por aqui, porque aquilo que estes relatórios também revelam é um conjunto de falhas graves, repetidas e prolongadas no tempo. Estamos a falar de equipamentos avariados que comprometem a segurança alimentar, temperaturas inadequadas na conservação dos alimentos e falhas estruturais nas condições de higiene, falhas que não são pontuais, mas que se repetem ao longo de vários meses.

Dou um exemplo concreto, o banho-maria da Escola do Convento foi detetado como avariado ou a funcionar a temperaturas insuficientes em cinco auditorias consecutivas. No dia 10/10/2025, a temperatura da comida no banho-maria atingiu apenas os 45°C, nas notas consta que o equipamento está estragado e não atinge temperaturas adequadas para conservar a comida. A 14/11/2025, o banho-maria ainda não tinha sido arranjado e a temperatura nesse dia estava normal, porque a refeição era um prato com molho e tinha sido acabada de colocar para servir. A 09/01/2026, o banho-maria continua sem funcionar bem, a refeição era hambúrguer com arroz e não conseguiu atingir a temperatura ideal. A 06/02/2026, o banho-maria ainda não funciona bem, o prato era batatas com atum, milho e ervilhas. Só chegaram aos 42°C, uma temperatura claramente insuficiente para garantir a segurança alimentar. No dia 06/03/2026, o banho-maria continua sem funcionar bem, o prato era jardineira, que estava a 74,5°C, apenas por ser um prato com molho.

Isto não é uma falha pontual, são cinco meses, de outubro de 2025 a março de 2026, com o mesmo equipamento avariado, a servir refeições a crianças a temperaturas que não cumprem os requisitos legais de segurança alimentar e isto passa também a ser uma falha política, porque quando uma falha se repete durante meses sem ser corrigida, o problema já não é só técnico, é um problema de gestão e de fiscalização.

Partindo do princípio de que o Senhor Presidente leu como eu, os relatórios que me foram enviados, coloco-lhe apenas perguntas diretas, quem é o responsável direto por estas falhas continuadas? Porque é que, ao fim de vários meses, estas falhas ainda não foram corrigidas? Que medidas concretas foram tomadas e com que resultados para garantir que isto não volte a acontecer? Existe ou não um mecanismo eficaz de penalização da entidade responsável quando estas falhas são detetadas e se existe, porque é que não está a produzir efeitos visíveis?

Senhor Presidente, penso que já chegou a hora de ouvir os pais das nossas crianças, porque quando falamos de alimentação escolar não estamos a falar de um serviço qualquer. Estamos a falar da saúde das nossas crianças, da confiança das famílias, de pais que todos os dias confiam os filhos para almoçar com segurança na escola. E não esquecer que muitas crianças têm esta como a única refeição do dia.

Essa confiança não se constrói apenas com o envio de relatórios, constrói-se com garantias efetivas de segurança e controlo, o que, como fica demonstrado pelos relatórios, não está a ser assegurado, por isso aquilo que se exige a este Executivo é simples, transparência, sobretudo junto dos pais, sobre o que está a falhar, responsabilização de quem falhou e ação concreta e imediata para corrigir estas situações, para que no futuro não estejamos aqui a discutir exatamente os mesmos problemas.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Eu não vou deixar que a Moção e as Recomendações, reconhecendo-lhes a virtude que têm, condicionem aqui os tempos no período Antes da Ordem do Dia e vou fazer uma consideração que poderia ser diferente, mas acompanhando a aceitação das mesmas, mas o voto contra a Moção relativamente à Escola Agrícola, não pondo em causa a importância da Escola Agrícola, como não pomos em causa os trabalhadores do Cachão e o interesse do Matadouro do Cachão, não acompanhamos nos termos em que são apresentados, porque as escolas agrícolas cada vez mais devem estar fora do Ministério da Educação para poderem ser excecionalizadas e poderem ser financiadas por outros Fundos Comunitários. Trata-se de ensino técnico profissional, não de ensino recorrente normal.

Quería aproveitar este Período Antes da Ordem do Dia para fazer uma breve reflexão sobre o funcionamento dos nossos trabalhos aqui na Assembleia Municipal, na Sessão de abril, tivemos uma ordem de trabalhos particularmente extensa, marcada desde logo pela apreciação dos documentos de Prestação de Contas, matéria que todos reconhecemos exigir muito tempo e debate. Apesar disso, foram incluídos diversos outros pontos, entre os quais dois Regulamentos, o Regulamento do Prémio Literário *Nuno Nozelos* e o Regulamento da Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel.

Na altura, e não pela primeira vez, chamámos a atenção para a necessidade de racionalizar os pontos das ordens de trabalho e para o facto de, por vezes, serem remetidos à Assembleia assuntos cuja relevância, maturidade ou até competência suscitam-nos algumas dúvidas. O que verificamos hoje é curioso, os regulamentos que justificaram ocupar espaço numa Sessão já sobrecarregada não constam da Ordem de Trabalhos desta reunião, por aqui vê-se a pertinência deles na outra reunião e isso leva-nos inevitavelmente a uma pergunta, se eram suficientemente urgentes para serem levados à Assembleia de abril, porque não regressaram aqui hoje? Se eram prioritários em abril, continuam a sê-lo em junho; se não eram prioritários, então talvez não deversem ter contribuído para aumentar ainda mais a dimensão de uma Assembleia que sabíamos ser particularmente exigente.

Esta observação não é uma crítica aos regulamentos em si, é uma reflexão sobre o planeamento dos trabalhos e sobre o respetivo respeito devido à Assembleia Municipal. Todos nos queixamos e com razão, da duração excessiva das reuniões, mas a solução não passa apenas por discutir tempos de intervenções, passa também por garantir que os assuntos chegam a esta Assembleia devidamente preparados, juridicamente consolidados e no momento adequado, porque uma Assembleia Municipal constrói-se também evitando que venham a discussão matérias que afinal não estavam em condições de ser apreciadas e cuja urgência rapidamente desaparece. Penso que é uma reflexão útil para que todos nós possamos contribuir para o melhor funcionamento deste Órgão.

Para finalizar, permitam-me uma breve nota sobre um tema que já trouxe anteriormente a esta Assembleia e que continuarei a trazer enquanto entender que não ocupa o lugar que merece na Agenda Estratégica do concelho. Falo da arborização urbana, todos



sabemos que Mirandela enfrenta ano após ano temperaturas de verão cada vez mais elevadas e tudo indica que esta realidade tenderá a agravar-se nas próximas décadas, por isso devemos começar a olhar para as árvores não apenas como um elemento paisagístico, mas como uma verdadeira infraestrutura pública, pois uma árvore produz sombra, reduz a temperatura do ambiente, melhora a qualidade do ar e contribui para tornar uma cidade mais confortável e saudável. Para este ano provavelmente já não vamos a tempo, mas as árvores que ajudarão a proteger Mirandela do calor de 2035 a 2040 têm de começar a ser plantadas hoje. Fica por isso, mais uma vez, este alerta e este desafio ao Executivo municipal.

A Recomendação que o Deputado *Tiago Morais* da Iniciativa Liberal apresentou em nome do Grupo será acompanhada no seu mérito.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO (PS)* disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Eu trago aqui dois assuntos muito breves, um deles trata-se de uma minuta de pedido que qualquer Junta de Freguesia pode fazer chegar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, por forma a que em sede da Comissão Municipal de Proteção Civil, seja emitido um parecer prévio vinculativo para a constituição de unidades locais de proteção civil em cada uma das freguesias. A unidade local de proteção civil é uma entidade cujo Presidente é sempre o Presidente da Junta de Freguesia e vem no fundo, formalizar uma realidade que já existe de forma informal.

Nas nossas freguesias já temos o inventário das fragilidades, já temos o inventário dos meios afetos ao combate a essas fragilidades e já sabemos quais são as situações que representam maior perigo. A vantagem da constituição de uma unidade local de proteção civil é materializar e formalizar essa atividade, com a vantagem adicional da possibilidade de abertura de avisos de financiamento aos quais as Juntas de Freguesia beneficiárias só podem aceder na condição de terem unidades locais de proteção civil constituídas.

A constituição de uma unidade local de proteção civil parte da iniciativa de cada Junta de Freguesia. O Presidente de Junta propõe à Junta de Freguesia a sua constituição e, posteriormente, é pedido um parecer prévio vinculativo ao Presidente da Câmara Municipal, na medida em que é o Presidente da Comissão Municipal de Proteção Civil.

O outro assunto, que também consta do documento que será partilhado por todos os Presidentes de Junta, é um desafio que já tive oportunidade de lançar anteriormente ao Senhor Presidente da Câmara, que tem a ver com a possibilidade de, à semelhança de Alvites, poder ser delegada competência nas Freguesias no que está previsto legalmente no regulamento de gestão de combustível em áreas edificadas, no que diz respeito à identificação de locais onde não esteja a ser feita a gestão de combustível e à sua posterior atuação.

Neste momento, no nosso concelho, essas situações têm de ser reportadas ao Gabinete Técnico Florestal e depois é desencadeado todo um procedimento cuja tramitação corre à parte das freguesias. Legalmente, está prevista a possibilidade de serem as Juntas de Freguesia a assumir essa tarefa, mediante a correspondente verba. No meu caso, entendo que tudo quanto possa ser resolvido a nível local, com maior eficiência, deve deixar de ser realizado pelo município.

No que diz respeito à Freguesia de Alvites, de bom grado farei parte de um projeto-piloto para verificar como é possível implementar este modelo e como ele funciona depois de implementado. Lanço também o repto à reflexão dos meus colegas Presidentes de Junta, pois tenho a certeza de que, se isto for implementado, se traduzirá em segurança acrescida para os nossos fregueses.

----- O Senhor Deputado Municipal *BERNARDINO PEREIRA (PSD)* disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Pergunto ao Senhor Presidente sobre a ciclovia, não sei se já foi limpa, se não foi, mas a nível de erva, ninguém lá pode passar. Às vezes, as pessoas ali no Romeu até costumam passar a pé desde a passagem de nível até à estação. Normalmente passam por ali, mas neste momento nem se consegue lá passar, portanto, a ciclovia podia pelo menos ser limpa. As pedras já têm de ser com a máquina, não sei se já foi limpo, se não, sei que há derrocadas.

Perguntava também ao Senhor Presidente pela obra no Ninho de Empresas, porque disse que já estava entregue ao empreiteiro. O empreiteiro já faliu? Eu vou lá várias vezes às oficinas e continuam ali aqueles buracos, em que quase nem se consegue andar.

----- O Senhor Deputado Municipal *AQUILINO PEREIRA (CH)* disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Senhor Presidente, o que me traz aqui hoje foi um requerimento que na última Assembleia, enviei a Vossa Excelência sobre o bairro social. O que me leva a crer, pela resposta que aqui tenho e que vou aguardar para o fim depois de dizer aquilo que entendo dever dizer como Deputado do Chega, é que a resposta não é concreta nem verdadeira e isto leva a que nós, Deputados que estamos aqui, em todas as Assembleias, pelo menos no que me diz respeito, ficamos com a perceção de que a Câmara Municipal de Mirandela, no seu todo, não vou ofender ninguém, não sei o que está a fazer.

Se o Senhor me puder responder no fim da minha intervenção, agradecia, porque as pessoas que estão sob a sua alçada, dentro dos gabinetes da Câmara, não estão a dar uma resposta fidedigna de tudo aquilo que lá é apresentado, talvez não tenha conhecimento do que se passa, mas deve começar a ver o que se passa.

O que é que o Senhor vai fazer durante este mandato que tem pela frente porque já vem oriundo de Vereador, tem experiência e consegue, ou não trazer melhorias, há quem diga que sim, há quem diga que não. Se for uma mais-valia para esta Câmara, no fim dos quatro anos darei os parabéns, mas pelo que estou a ver agora e pelo que vi perante o requerimento que fiz, tive de voltar a insistir e nada é feito, parece que ninguém trabalha, ou que ninguém quer saber daquilo que se passa ou daquilo que é proposto.

Olhamos para Mirandela como foi dito aqui pelo público, buracos a torto e a direito, eu pergunto diretamente, quando é que são as obras para Mirandela? Temos estradas inadmissíveis, ruas onde não se pode circular e por outro lado, vejo obras feitas de raiz em



algumas zonas, enquanto noutras tenho de ir às compras e encontro estradas de miséria, cheias de buracos, onde temos de nos desviar constantemente, como se estívéssemos a fazer todo-o-terreno, sem necessidade nenhuma. Talvez os gastos feitos pudessem ser melhor aproveitados.

Na sequência do requerimento que apresentei à Câmara, foi-me respondido que: “*Na sequência do requerimento em anexo, informa-se que os serviços do património Municipal, após diligência e pesquisa nos respetivos arquivos, não encontraram nada relativo ao Bairro do Fomento, a única coisa que lhe podemos dizer é que nós temos as garagens por nossa conta.*” Então o amianto que lá está, os contratos que foram feitos, não há nada registado dentro dessa Câmara? Ninguém tem nada.

Por isso é que também vou terminar “*O tempo disse ao tempo deixa-te andar, que eu não te engano, deixa que o tempo passe e encontrarás o teu engano.*”. Se estou mal informado, agradeço que me esclareçam devidamente sobre aquilo que apresentei à Câmara.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas **JOSÉ CARLOS TEIXEIRA** (INDEPENDENTES) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Hoje trago aqui quatro ou cinco questões que vou colocar ao Senhor Presidente e peço-lhe o favor de me responder, isto porque não tenho outra forma de questionar, a não ser na Assembleia. Já tentei marcar uma reunião no início do ano, foi marcada para 25 de março e no próprio dia de manhã foi desmarcada. Até hoje nunca mais me foi dada qualquer resposta, o que me leva a concluir que este Executivo não quer diálogo com o Presidente de Junta de Freguesia de Frechas. Senhor Presidente, qual é o ponto da situação, do Matadouro Industrial do Cachão?

Relativamente à barragem do Cachão, além dos *e-mails* que já enviei, é a quarta Assembleia em que coloco a questão, porque é que a barragem do Cachão não recebeu água? Diz que me vai fazer chegar informação, mas nada me chega, isto faz-me lembrar o cego que dizia ao outro: “*vamos ver, vamos ver*”, e morreram os dois sem ver nada.

Relativamente à Segurança Social, também a Senhora Vereadora ficou de me dizer, no que respeita ao despejo que houve no Cachão no dia 9 de abril, que me iria fazer chegar informação, mas nada me foi enviado.

Relativamente à fábrica Mirabaga, instalada na Freguesia de São Salvador, muito falada nas redes sociais, esteve encerrada, fez obras e queria perguntar se está licenciada para o efeito. De uma vez por todas, esclareça os mirandenses se está licenciada, diga-o. Tem de fazer fumo, tem de poluir, tem de fazer cheiro, mas tem de ter condições legais para funcionar e não apenas ficar tudo em comentários no Facebook.

Pedia à Senhora Secretária que colocasse no ecrã um vídeo da ribeira do Cachão, que já fiz questão de alertar o Senhor Presidente no dia 4 de maio informalmente, sobre o que estava a acontecer, nomeadamente o mau cheiro e o estado em que se encontrava. Pergunto o que é que já foi feito ou o que está a ser feito. Já fiz participação à GNR. A água apresenta cor castanha e espuma branca e passa junto ao Matadouro do Cachão, não me compete a mim analisar de onde vem nem qual é a origem, mas pergunto ao Senhor Presidente se já tomou alguma medida.

Se passarmos às fotos quatro e cinco, no Complexo do Cachão, este Executivo criticou o Executivo do Engenheiro **António Branco**, atribuindo-lhe responsabilidade pelo incêndio no Cachão por ter deixado acumular lixo naquele Complexo e agora deparamo-nos com um amontoado de carros sem matrícula, desmontados, uma grande quantidade de sucata. Pergunto se existe licença de sucateiro, se há alguma autorização para ali estarem estas viaturas e que medidas estão a ser tomadas ou se estão a ser seguidos os procedimentos adequados. Vou ficar por aqui e aguardar as respostas.

----- O Senhor Deputado Municipal **VIRGÍLIO TAVARES** (MD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Começo por manifestar os nossos parabéns ao Sport Clube de Mirandela, nas pessoas dos seus dirigentes, pelo centenário desta instituição, recentemente festejado a 10 de junho. Trata-se de um clube muito importante para a sociedade mirandense, mas também para a região e não só, eu diria também para o país. Parabéns. Desejamos imensas felicidades e sucessos nos anos que se seguem.

Queremos igualmente dar os parabéns a dois ilustres mirandenses, **Jorge Sales Golias** e **João Lima Rocha**, pelo livro deste centenário com o título “*História Moderna do Sport Clube de Mirandela, contributos*”. Parabéns e gratos por nos brindarem com esta nova obra escrita.

Em termos desportivos, a obra do Sport Clube Mirandela está à vista de todos e muito mais poderiam ter conseguido caso o poder político que temos tido a governar Mirandela assim o quisesse. Temos de reconhecer que o Sport Clube Mirandela não tem tido o tratamento adequado à sua idade, já tem idade suficiente, um centenário, ao trabalho que vai desenvolvendo, ao seu valor real na sociedade de Mirandela, porque se o poder político lhe desse outra atenção, já teríamos melhores condições de prática desportiva, por exemplo ao nível da formação que envolve centenas de jovens nos vários escalões e modalidades.

Mirandela não seria ultrapassada em condições de prática desportiva como está a ser, qualquer vila por mais pequena que seja, por esse Portugal fora tem um campo de treinos com as suas estruturas de apoio melhores do que Mirandela, Vila Flor aqui vizinho, Torre de Moncorvo aqui no distrito de Bragança, Arronches, Castelo de Vide no Alto Alentejo são disso claros exemplos.

Tínhamos preparado uma série de perguntas ao Senhor Presidente relacionadas com isto, no entanto, dado que ele já respondeu a algumas delas quando a Munição **Ana Cristina** falou, eu fiquei com a ideia de que no fim do ano é que poderá estar em condições de a obra ser candidata a Fundos Comunitários, refiro-me precisamente às bancadas e aos balneários do espaço de treinos da Reginorde, no entanto, eu não fiquei com essa clareza.

Perguntava ao Senhor Presidente qual é o ponto da situação do projeto. O que é que inclui? Só balneários, só as bancadas? Ou também tem outros espaços compostos para darem apoio, como por exemplo o bar. Aquilo não é bar nem é nada, quem nos visita não tem condições para tomar uma bebida, os próprios jogadores também não. Será que também já está incluído um espaço adequado nesse sentido, de apoio e para substituir o pavilhão onde hoje fazem às vezes até formações durante o calor tórrido agora



em julho e que os miúdos mal conseguem estar lá e que é coberto por amianto? Será que está? Gostaríamos que o Senhor Presidente nos respondesse a estas questões.

----- O Senhor Deputado Municipal *TIAGO MORAIS* (IL) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Trago hoje alguns assuntos que resultam da auscultação da população mirandense, de denúncias e apelos que me vão chegando, mas também de observação direta e vou começar por um tema que eu acho que é transversal, que é a comunicação do Município. Muitos problemas podem não depender diretamente da Câmara ou podem até estar já a ser acompanhados pelo Executivo, mas quando não há uma comunicação clara, regular e acessível, cresce a incerteza, cresce a especulação e aumenta a distância entre os cidadãos e o poder local.

A primeira situação prende-se com as falhas de energia registadas em Mirandela, durante vários dias e em diferentes horários, houve apagões no concelho, as pessoas queixaram-se, falaram sobre isso, perguntaram o que se passava e qual foi a comunicação pública do Município? Tanto quanto pude verificar foi o silêncio. A página do Município comunica e muito bem, atividades, reuniões, obras e iniciativas, mas também deve ser usada para esclarecer a população em situações que afetam o seu dia a dia. Se o Município sabia a origem das falhas, podia comunicá-la, se não sabia, podia informar que estava a averiguar junto das entidades competentes. Não deveria ser necessário esperar por uma Assembleia Municipal para os mirandenses obterem alguns esclarecimentos, mas aproveitando que aqui estamos, pergunto, qual foi a causa das falhas de energia registadas em Mirandela? A situação está já resolvida? Que contactos foram feitos com a entidade responsável pela rede? Porque aqui o mal não é apenas as falhas de energia. Admito que podem acontecer pontualmente, mas a falta de comunicação sobre as mesmas, levam sempre a especulação e preocupação por parte das pessoas.

A segunda situação diz respeito às empresas extratoras de bagaço de azeitona, este assunto continua a gerar muitas queixas mirandenses, sobretudo por causa dos odores e da poluição sentida por muitos cidadãos. Pode haver trabalho a ser feito, podem existir contactos, análises ou diligências em curso, mas mais uma vez a comunicação tem sido insuficiente, tendo em conta a situação e o impacto que tem na vida das pessoas e quando falo em comunicação, não me refiro apenas a sessões de esclarecimento presenciais, muitas vezes em horários pouco compatíveis com a vida das pessoas ou em formatos que já não chegam a grande parte da população. O Município tem meios próprios, tem redes sociais, tem site institucional, tem comunicação social local e capacidade para explicar melhor o que está a ser feito, o que ainda falta fazer e também aquilo que legalmente não pode fazer, que é igualmente importante saber. Nada tenho contra esta indústria, muito pelo contrário, é bastante importante para a nossa região, para os nossos produtores, mas isso não impede que se exijam respostas, mitigação de impactos, informação clara aos cidadãos.

Aproveito esta oportunidade para perguntar qual é o ponto de situação relativamente às empresas extratoras de bagaço de azeitona, que medidas foram já tomadas ou estão previstas para atenuar os impactos sentidos pela população e se há alguma informação concreta que queira agora transmitir aos mirandenses?

Por fim, trago um assunto relacionado com a juventude, com o verão e com a prática desportiva. Um grupo de jovens mirandenses manifestou vontade de voltar a dinamizar os campos de voleibol do Parque da Ribeira de Carvalhais, para isso precisam apenas de algo simples, a reabilitação desses mesmos campos. Tive conhecimento da comunicação enviada por estes jovens à Junta de Freguesia de Mirandela, na qual explicavam a importância da modalidade, a existência de um campo de areia único na zona verde e a possibilidade de preparar atletas da terra para competições nacionais da modalidade, pelo que percebi, as intervenções necessárias nem parecem ser particularmente dispendiosas.

O Senhor Presidente da Junta respondeu e muito bem, que a responsabilidade pela área e pelo equipamento é da Câmara Municipal, remetendo o assunto para o Executivo. As minhas perguntas são simples e são, o Executivo já teve conhecimento deste pedido, se sim, já respondeu estes jovens e se está disponível, obviamente, para reunir com eles e avaliar a reabilitação dos campos? O verão está à porta e quando temos jovens com vontade de dinamizar a atividade desportiva na sua terra, acho que o mínimo que o poder local deve fazer é ouvi-los, responder-lhes e sempre que possível ajudá-los a concretizar essa vontade e quando não for possível, uma resposta negativa será sempre melhor do que uma ausência de resposta. Tomem esta intervenção não como crítica, mas como sugestão e colaboração ativa, porque é também esse o nosso papel aqui na Assembleia.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Queria fazer aqui uma referência àquilo que foi a declaração do Deputado *Rui Sá*, para o facto de não viabilizar nem a Recomendação, nem a Moção e fica claro que para o PSD o mais importante é a forma e não é o conteúdo e fica clara essa intenção de que para o PSD o Complexo do Cachão e a Escola Agrícola devem fechar, ou passar a ter uma insignificância na nossa região. Ficou claro.

Em 1995, nas primeiras ondas da neoliberalização da ferrovia, o Governo do PSD de *Cavaco Silva*, já depois de ter encerrado o troço que ligava Mirandela a Bragança em 1992, decide desafetar da rede o troço entre Carvalhais e Mirandela, criando o Metro Ligeiro de Mirandela, para nele operar e concessionando à mesma empresa a exploração do troço entre a estação do Tua e Carvalhais, permitindo então à altura o Decreto-Lei n.º 2495 que esta decisão traria às populações abrangidas um acréscimo significativo na qualidade dos meios ferroviários colocados à sua disposição, o que nunca aconteceu, claro, num nome pomposo e com promessas de modernidade, mas que reduziu o que havia antes, só que pior e mais caro para o Estado.

A ideia expressamente prevista no Decreto-Lei era subconcessionar a operação assim que possível. Dois graves acidentes ferroviários com vítimas mortais em 2007 e 2008 marcaram esta operação concessionada, sendo o segundo acidente de circulação do Metro de Mirandela. Foi suspensa esta entre a estação do Cachão e a do Tua, cabendo à CP contratar um serviço de oito táxis diários e de autocarros que durante quatro anos substituíram mal, o serviço prestado anteriormente pela ferrovia.



O Plano de Mobilidade do Tua, adotado em 2009, surge como compensação pela submersão de 20 km da linha do Tua entre as estações da Brunheda e Foz Tua, previsto na Declaração de Impacto Ambiental, o aproveitamento hidroelétrico da Foz do Tua, a barragem, entretanto concluída em 2017.

Neste contexto, a responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação do Plano de Mobilidade do Tua ficou formalmente com a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, criada em 2011, a Agência integra os cinco municípios e EDP, depois a Movera, com a venda em 2020 do lote de seis barragens, que incluía a barragem do Tua.

A Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua estabeleceu em 2015, um Protocolo de entendimento com a empresa de título sonante e imaginativo, Autocarros, Barcos, Aeronaves e Comboios Turísticos do Vale do Tua S.A., depois designada por *Mystic Tua S.A.*, do empresário *Mário Ferreira*, que viria a ganhar a concessão no ano seguinte, foi o único concorrente, mas uma operação privada subsidiada com fundos públicos em infraestrutura pública e com material circulante público, para agravar, centrada na componente turística e não no serviço de apoio à população, mas se no caso do material circulante público operado em regime privado pela *Fertagus*, a sua aquisição foi efetuada segundo requisitos técnicos definidos pelos experientes profissionais da CP, já na operação privada na linha do Tua, o comboio turístico designado por muitos como o “comboio da Euro Disney” foi adquirido com verbas públicas do dito Plano de Mobilidade do Tua pelo empreendedor *Mystic Tua*. Ao que tudo indica, um versátil especialista ferroviário. Depois no processo de homologação para operação na linha do Tua, foi verificado que o comboio turístico não tinha aderência para circulação em linha de caminho de ferro pesado.

Fica concluído que aquilo que se passa hoje com o Plano de Mobilidade do Tua não deixa de ser caricato e revela bem aquilo que é e que ficou também agora demonstrado pela posição do PSD em relação à proposta da CDU em relação ao Complexo do Cachão, que o mesmo se passa com a questão da linha do Tua.

Aproveitava, para deixar aqui três documentos que faço questão de entregar à Mesa e que a Mesa faça chegar aos Senhores Deputados desta Assembleia, que são as perguntas dos Deputados no Grupo Parlamentar ao Governo, ao Ministro da Educação em relação à Escola Agrícola de Carvalhais, ao Ministro da Agricultura e do Mar em relação ao Complexo do Cachão e um documento que tem a ver com o manifesto sobre a linha do Tua.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÁNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

É inquestionável que, felizmente, nós vivemos num Estado de direito democrático, usufruindo consequentemente de todas as garantias que tal circunstância nos proporciona, entre outras, têm clara relevância as eleições que regularmente acontecem para os diversos órgãos da República, permitindo-nos integrar listas de candidatos apoiadas por partidos políticos, movimentos de cidadãos independentes, etc.

Por via de consequência, todos podem exprimir em plena liberdade os seus pontos de vista, as suas ideias, elaborar os seus projetos políticos e dá-los a conhecer aos seus potenciais eleitores, associando-os naturalmente ao Partido político que os sustenta, sendo que a nossa relação com qualquer Partido não é para a vida, antes nos é consentido, com a maior liberdade e legitimidade, abandonar o partido em que somos filiados e adotar outro após prévia desfiliação do primeiro.

Como assim, porém, não significa que a liberdade que nos concede o regime democrático tudo permita e não tenha consequências. Por isso é que há valores e princípios que é forçoso respeitar. Temos tudo o que não existe no regime autocrático. Isto vem a propósito da recente atribuição ao Vereador Senhor *Luís Saraiva*, eleito das listas do Partido Chega, de algumas funções que não propriamente o eram. Antes de prosseguir, abro aqui um parêntese para dizer ao Senhor Vereador *Luís Saraiva* que nada de pessoal me move contra si, rigorosamente nada, como é óbvio, a questão é naturalmente política.

Importa, por isso a propósito, recuar um pouco no tempo e fazer a história que nos trouxe até aqui, salvaguardando desde já a circunstância de o agora Vereador *Luís Saraiva* ter a liberdade de tomar as decisões que bem entender, o que não colide com o facto de nós podermos aqui refletir sobre elas e emitir o nosso juízo crítico. É esta a nossa liberdade. Na figura sobre a qual, no início do processo eleitoral, o referido Vereador era coordenador da concelhia do Chega. Nesse enquadramento encabeçou a lista de candidatos à Câmara Municipal de Mirandela, colocando na obtenção desse desiderato todo o seu empenho, com o forte apoio que lhe foi concedido, defendendo o programa com que se apresentou e procurando captar o apoio dos eleitores a quem se dirigia.

Em consequência, nesse enquadramento político, com o seu programa e com o apoio partidário que o garantiu, obteve a confiança de 1.406 eleitores, acabando por ser a terceira força mais votada. Tendo o Partido Socialista eleito três Vereadores e a AD o mesmo número, a eleição do candidato do Chega, em princípio, não servia para nada, eu digo em princípio porque há sempre um processo de conferir alguma utilidade a uma eleição deste tipo. Como toda a gente adivinhava, era uma questão de tempo suficiente para o impacto ser menor e vai daí, decorridos alguns dias, o referido Vereador anunciou a desfiliação do seu Partido e assumiu funções como Vereador independente. A proximidade ao Partido Socialista era cada vez maior, ou melhor dizendo, ao Executivo socialista. O Vereador independente foi consumindo o tempo com algumas votações favoráveis ao Executivo ou com tímidas abstenções. Obviamente que não se questiona a legalidade desta decisão, mas sim a sua legitimidade política, na exata medida em que o vínculo político sufragado por aqueles que lhe confiaram o voto foi substancialmente alterado.

Recentemente, finalizado o acordo com o Partido Socialista, foram-lhe atribuídas algumas funções, algumas das quais pertenciam ao Senhor Presidente da Câmara, passando à condição de Vereador a Tempo Inteiro, com todas as consequências. Cabe perguntar o que fez o Vereador *Luís Saraiva* dos votos que lhe foram conferidos. Há aqui uma total inversão de valores, é que os votos não beneficiaram quem os deu, os votos beneficiaram o Vereador Senhor *Luís Saraiva*, com o devido respeito, o Vereador em causa terá traído as pessoas que nele votaram, mas isso é um problema que diz respeito a quem nele votou. Quem se candidata a qualquer cargo político não é nem pode ser com o objetivo de conseguir um emprego, mas tem forçosamente de assumir que vai prestar um serviço. O tempo até esta decisão foi sendo dilatado na esperança de que o esquecimento invadisse as pessoas e o impacto não fosse estrutural.

Esta solução política, da qual os eleitores não votaram na medida em que envolve o apoio de um eleito que se identifica com um projeto político próprio e claramente divergente e mesmo incompatível com o Partido Socialista, agora vai-se governar com o projeto do Chega ou do Partido Socialista e para assim concluir que, as funções atribuídas não implicavam a necessidade de um



Vereador, basta verificarmos o que lhe foi atribuído, manutenção de edifícios, armazéns, gestão de frota, biblioteca, património cultural.

Senhor Presidente da Câmara, eu sei que Vossa Excelência, com o seu *staff*, faria isto com uma perna às costas, por aqui se vê que não justifica mais nenhum Vereador. De resto, não é do meu conhecimento que tenha havido algum bloqueio ao Executivo por parte da Oposição, nem que exista o que quer que seja que não tenha sido aprovado. Quero dizer, o Senhor Presidente da Câmara fazia com uma perna às costas aquilo que importava que se fizesse, tendo em conta a necessidade do serviço público, que não é um bem em si mesmo. Importava que se tivesse em conta esse serviço público. Acontecendo que a solução é legal, o certo é que a sua legitimidade também releva da coerência, da confiança e do respeito dos compromissos assumidos perante os eleitores. Já dizia Francisco Sá Carneiro “que a política sem ética é uma vergonha”.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria só dar aqui uma nota e, se me é permitido, relativamente a uma Moção, particularmente na questão da revisão da Lei das Finanças Locais, não queria fazê-lo, mas tenho que o fazer porque efetivamente nós estamos a trabalhar com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, há uma equipa de trabalho constituída para esse efeito e estas propostas que estão aqui colocadas estão muito bem colocadas, nas quais nós nos revemos, mas têm uma particularidade, que tem a ver com o facto de não poderem, no nosso entender, ser atribuídas de igual forma a todos os municípios, sob pena de aumentarmos o fosso entre os pequenos e os grandes municípios.

Se nós fôssemos atribuir o IVA de 7,5% para 15%, o qual concordamos, mas se isso for feito a todos os municípios, estão a ver o que é o IVA de Mirandela e o IVA de outros concelhos do litoral, onde esses valores são completamente diferentes e em termos absolutos iria disparar, haveria uma maior diferença entre os municípios médios e os grandes municípios, estes valores são valores que têm de ser olhados, mas temos de perceber no contexto nacional, em termos de coesão, como é que conseguimos recuperar tempo perdido, tempo e financiamento perdido em relação a outros maiores e não pode ser a condição de IRS, de IVA nem tão pouco de população que esteja aqui em causa. Podem ser esses os mecanismos, mas temos de criar aqui uma diferenciação entre os pequenos, os médios e os grandes.

E só assim é que conseguimos aproximar, porque senão, a diferença seria maior e nós iríamos perder, mas há aqui uma boa discussão. A discussão é a revisão da Lei das Finanças Locais, muito importante. Nós falamos aqui todos os dias e esta é mais uma Assembleia onde há necessidades ilimitadas para um orçamento limitado e vemos aqui uma oportunidade de sairmos reforçados desta revisão da Lei das Finanças Locais, mas temos de perceber como é que ela vai ser, que parâmetros vão ser definidos, quais são os valores e o que podem ter estes territórios mais pequenos para poder fazer uma aproximação aos territórios de maior ou média dimensão.

No geral parece-me que a proposta até parece interessante, mas depois temos de perceber se isto é aplicado a todos os municípios ou apenas a alguns. Era só esta nota que queria deixar em consideração, mas é um bom tema e obrigado por o terem trazido aqui, porque é efetivamente no reforço da receita que nos devemos focar para podermos dar resposta a um conjunto de necessidades que vão sendo aqui elencadas todos os dias e que o Executivo se vê todos os dias em “palpos de aranha” para poder dar resposta àquilo que são as nossas diferentes necessidades.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Arménio Vaz*, estas questões que foram aqui colocadas, tem ao seu lado o Senhor Presidente da União de Freguesias com quem tivemos uma reunião com ele e com o seu Executivo, que teve a particularidade de levar todo o Executivo na Câmara, foram abordados todos estes assuntos e ele terá oportunidade de ponto por ponto lhe dar resposta a estas questões, porque foram rigorosamente estas questões que foram trabalhadas, uma vez que tem tanta proximidade com ele, ele estava aí, podia ter sido ele a falar, foi o Senhor *Arménio Vaz*, mas poderá conversar juntamente com ele todas as questões.

Relativamente à *Lanor*, nós temos tido dificuldade em contactar a *Lanor*, em termos de reuniões e temos já assuntos muito prementes, nomeadamente com as Águas do Norte, para percebemos aqui também um contrato que pode eventualmente passar diretamente para as Águas do Norte e não estamos a conseguir reunir com a celeridade que gostaríamos com a *Lanor*.

Relativamente à questão colocada pela Deputada *Eliana Alves*, aquilo que vamos fazer é procurar obter um relatório muito objetivo para perceber, porque há algumas questões que estão há algum tempo a acontecer e concordo que não se podem reiterar nem protelar no tempo. Os equipamentos quando avariaram têm os seus ciclos de vida e são substituídos e consoante a tipologia da alimentação podem melhorar ou não. Temos de perceber junto da empresa o que é que há aqui, porque não pode haver equipamento que não seja o adequado, tem de ter equipamento adequado para dar resposta àquilo que é contratualizado com as empresas. E sim, este é um assunto de grande importância.

Dando resposta aqui à questão do Deputado *Rui Sá*, tomei nota da falta de regresso dos regulamentos, pois nós queríamos de facto, sabe que a última Assembleia não foi há tanto tempo quanto isso e se para trazermos aqui temos muitos assuntos e não queremos correr o risco de que esses assuntos não sejam tratados convenientemente. E, portanto, também já agora precisamos que nos façam chegar também alguns contributos, tal como foi prometido, e aquilo que me parece é que ainda não temos assim tantos contributos de melhoria como aqueles que na altura foram solicitados. Quanto à gestão do arvoredo, estamos a trabalhar com o nosso Gabinete Técnico Florestal.

Relativamente às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, vamos trabalhar estes assuntos, podemos avançar com ligações de competências com uma experiência piloto para perceber se funcionam ou não e como é que pode ser feito. Sabemos que há freguesias a atuar em diferentes níveis, umas focam-se mais numa circunstância e outras noutras, e aquelas que quiserem aderir depois veremos em que moldes poderão aderir. Não têm de aderir todas, mas vamos abrir este tema para discussão. Estamos a falar da gestão de combustível urbana dentro do perímetro urbano das freguesias.

Relativamente ao Senhor Deputado *Bernardino Pereira*, só lhe digo em jeito de brincadeira, se faliu a empresa já foi depois de ter colocado o asfalto, porque ele já lá está. Relativamente à ecopista, a limpeza ficou mais atrasada por causa da necessidade de reparar os taludes que tinham derrubado, mas estão neste momento já a ser limpos e tem razão, já deveriam estar limpos.



Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Aquilino Pereira*, isto é também uma herança de executivos passados. Muitas vezes com a vontade de ajudar trazemos problemas que não são nossos, este problema do bairro do Fomento não é nosso. Nós ajudámos naquilo que eram projetos para tentar acelerar, junto com a Associação de Municípios da Terra Quente, mas o edificado não é nosso, o edificado é do IHRU. Aquilo que temos lá são caves, nós também somos condóminos nesses edifícios, não é da nossa responsabilidade completa.

Relativamente à questão colocada pelo Presidente da Junta *José Carlos Teixeira*, não conseguimos reunir naquele dia, mas foram dadas respostas por escrito. Também já nos encontramos em algumas circunstâncias em que podíamos ter falado e também não falamos, podíamos ter aproveitado esses momentos, nomeadamente na festa do Cachão, também que estivemos lá presentes e também podíamos ter falado e não falamos.

Relativamente à Mirabaga, e ao MIC, falarei mais à frente. Relativamente à barragem do Cachão, continuo-lhe a dizer a mesma coisa, a Administração tem em seu poder a preocupação do município de Mirandela e Vila Flor e estará para dar a resposta, mas confesso também, concordo consigo que há aqui uma demora efetivamente real.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, agradeço os parabéns ao Sport Clube de Mirandela e aos escritores que publicaram livros sobre o tema, o que reforça a nossa identidade cultural. Vamos colocar um *outdoor* na Reginorde para que possa ser visível o tipo de intervenção que vamos lá fazer, para que as pessoas possam verificar melhor, para que o projeto esteja mais claro, de forma a ultrapassar aqui alguma falta de informação que eventualmente possa aqui haver.

Relativamente ao Deputado *Tiago Morais*, a questão das extratoras já vou falar e a prática desportiva já está na posse do nosso departamento de desporto. Relativamente às falhas de luz, pedimos à E-Redes que nos desse indicação porque para nós é um assunto completamente alheio, mas que nos preocupa porque também vivemos aqui e também temos falhas. Pedimos por escrito o relatório para podermos explicar e sossegar a população, mas até à data ainda não o recebemos. Lamentamos, mas sabemos que são situações que podem acontecer.

Relativamente às questões que ficam aqui colocadas e sobre a opção do quarto Vereador, nós na reunião de câmara já explicámos o que é que aconteceu, todos vocês são pessoas informadas, dispenso estar aqui a repetir as razões porque foi feita a escolha e garantidamente, não foi nenhuma questão política, foi uma questão gestionária.

Quanto à Mobilidade do Vale do Tua, é um assunto que nos preocupa a todos, foi prometida em 2016, a mobilidade em troca do início da exploração do aproveitamento hidroelétrico do Vale do Tua, vulgo Barragem de Foz Tua. A verdade é que, decorridos 10 anos, há exploração da energia e o território, não recebemos nada. Dizer que, decorridos 10 anos, aquilo que se tem registado é que os cinco municípios que pertencem e que estão enquadrados neste Plano de Mobilidade, Mirandela, Vila Flor, Alijó, Murça e Carrizosa de Ansiães, efetivamente têm tido aqui alguns investimentos para que este Vale do Tua possa ter alguma notoriedade e alguma visitação, quando o que era entendido era precisamente o contrário, em que houvesse um retorno para o território.

Nós percebemos que a Declaração de Impacte Ambiental, no nosso entender, não está cumprida. Não obstante todas as diligências que temos feito pela Agência, naturalmente em grupo, os cinco municípios, sempre que temos oportunidade de estar quer com o Secretário de Estado, quer com o Ministro do Ambiente, da Coesão e das Infraestruturas, temos falado sempre no assunto, também na CCDR-N porque nós não nos podemos calar, temos que fazer ouvir a nossa voz, mas a entidade que está a tratar deste assunto é claramente a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, que neste momento é presidida pelo Presidente do Município de Alijó. Temos em análise, junto do Ministério do Ambiente, a verificação se a Declaração de Impacte Ambiental está cumprida ou não. No nosso entender, não está cumprida. Eu digo sempre da forma mais simples que pode ser dita: se está cumprida, digam-me a que horas chega o comboio à estação de Mirandela, porque eu não vejo lá comboio nenhum, a não ser um hangar que está lá com um comboio parado há 10 anos. Portanto, não vejo.

Para nós, a mobilidade não está feita, a mobilidade era uma mobilidade trimodal, o modo rodoviário, fluvial e ferroviário e a verdade é que, quer a mobilidade quotidiana, quer a mobilidade turística, não estão implementadas.

A MLM, que é uma entidade, com participação da EDP, que tem 10%, tem nos seus planos de atividades sempre este parágrafo ao começar: “a MLM extingue-se no momento em que a mobilidade do Tua seja uma realidade”.

O que nós temos vindo a acrescentar, porque tem havido dificuldade por parte de quem ficou responsável por fazer a exploração dos transportes, é que nunca conseguiram obter o licenciamento para a exploração ferroviária e aquilo que nós dizemos é que o Município de Mirandela e a MLM, na qual está integrada, podem estar dispostos a negociar e ser uma parte da solução, uma vez que têm licença de exploração ferroviária. A verdade é que é um assunto que está por resolver, é um assunto que nos preocupa muito, é um assunto em que o território, estes cinco municípios não viram compensada devidamente a barragem e a barragem está a produzir energia, produz energia todos os dias, gera riqueza e essa riqueza não fica no território.

É uma preocupação nossa, que estará para acontecer e não sei quando, mas a verdade é que nós estamos muito motivados para não deixar cair o tema, para que o tema venha a lume e neste momento, se o Ministério do Ambiente não nos der uma resposta nos próximos dias e quando digo nos próximos dias, até ao final do mês, nós iremos tomar outras ações, porque não podemos estar à espera eternamente que as coisas sejam resolvidas. Andar sempre do Ministério do Ambiente para o Ministério das Finanças, do Ministério das Finanças para o Ministério das Infraestruturas, e andamos aqui de um lado para o outro e a verdade é que o território continua completamente refém de uma promessa que lhe foi feita e já lá vão 10 anos.

Obrigado por trazer aqui este tema. É sempre um tema que é de todos, não é do Executivo da Câmara Municipal de Mirandela, é de todos os mirandelenses, é de todo o território de que estamos aqui a falar, destes cinco municípios, mas eu diria mais, é de todo o Tua, porque efetivamente nós, até noutras questões relacionadas com o circuito das barragens, também estamos com algumas dificuldades em sermos ressarcidos de valores que nos pertencem, porque efetivamente as questões não evoluem e quando é para distribuir para territórios como o nosso, parece que há uma grande dificuldade. Temos que perceber qual é o momento em que vai acontecer e qual é o momento em que nós temos que nos insurgir melhor, para que possamos também resgatar aquilo que é nosso e aquilo que é o direito à mobilidade do Vale do Tua.

Relativamente à questão do Matadouro Industrial do Cachão, o matadouro continua a funcionar porque a sua atividade está assente na AIN e a AIN tem toda a gestão do pessoal e toda a gestão da exploração. Houve aqui um Fundo que colocou no Tribunal uma insolvência e nós apresentámos um Plano de Revitalização. Houve também um outro acionista que impugnou esta situação jurídica,



esta insolvência e neste momento, parece-me que já há vontade do Fundo para tentar negociar connosco. Nós tivemos, num momento anterior à tentativa de declaração da insolvência, uma tentativa negocial para resolvermos a dívida. Numa primeira fase mostraram-se disponíveis, depois mostraram-se indisponíveis e agora já se mostram de novo disponíveis. Nós não o iremos fazer porque podemos prejudicar aqui a questão jurídica que está a decorrer, mas parece-nos que esta insolvência estará muito frágil e que o Matadouro Industrial do Cachão poderá não sair da esfera em que se encontra atualmente.

Temos aqui uma oportunidade de renegociar a dívida, a dívida que existe já vem de 2005, 2006, mas tem de ser renovada, porque o Matadouro é muito importante, aliás, é o único Matadouro no distrito de Bragança que tem capacidade de fazer abate sanitário, mais ninguém tem essa capacidade, mas a verdade é que o Matadouro está sobredimensionado, o Matadouro não abate neste momento, um número suficiente para ter rentabilidade e tem uma estrutura pesada sob o ponto de vista energético, porque para abater meia dúzia de bovinos, tem de ter uma estrutura a funcionar como se fosse abater 200 bovinos.

Tudo isto não é incomportável e todos os dias, cada vez que aquela caldeira é acionada para fazer a pelagem, acontecem sempre enormes perdas e isso implica que todos os anos os acionistas, Município de Mirandela e Município de Vila Flor, tenham um contrato-programa e ainda façam cobertura de prejuízo, não é viável.

Primeiro temos de resolver o problema financeiro, depois quando o problema financeiro estiver ultrapassado, temos de olhar para o Matadouro e redimensioná-lo àquilo que é a realidade de hoje. Hoje a realidade é outra, hoje há menos consumo e não é apenas aqui em Mirandela, é a nível nacional. Há menos consumo de carne bovina, mas a verdade é que a nossa centralidade não nos permite abdicar de um equipamento, atenção, abdicar depois de reabilitado, e é bem que se diga isto, de um equipamento que serve toda esta região, pela centralidade e por tudo o que nós sabemos. A questão dos recursos humanos também é muito frágil, no entanto, nós sabemos que dentro de um ou dois anos, 50% dos recursos humanos que temos, por força da idade que têm, irão para a reforma, não haverá problemas de maior em relação a isso.

Aquilo que nós estamos a fazer é claramente isto, olhar para as coisas como elas são, resolver a questão da dívida, tem de haver aqui intervenção, tem de haver aqui muita boa negociação e depois de serem levantadas as insolvências e as penhoras, poderemos fazer ali um investimento redimensionado àquilo que é a realidade dos dias de hoje e poderemos ter esse equipamento a funcionar aqui para a região.

Neste momento, o facto de o Matadouro Industrial do Cachão estar nesta situação, a atividade está a decorrer normalmente. É verdade que, com muito esforço por parte dos Municípios de Mirandela e Vila Flor, que colocam lá todos os anos verbas através de Contrato-Programa e agora este ano também acresce que, dados os resultados negativos que houve, não só pela diminuição dos abates, mas também porque houve um período em que esteve inoperante devido a obras de manutenção necessárias para que pudesse ser reaberto.

Independentemente do serviço público que lhe está associado e de todos os produtores que serve, a grande verdade é que a maioria dos abates que são feitos lá nem sequer são dos nossos produtores locais, são de produtores que vêm de outras zonas do país fazer aqui os abates, é importante que também tenhamos essa noção, para que tenhamos todos os dados, para podermos tomar as decisões corretas e para que não estejamos a dizer coisas que não compreendemos. Esta é a situação rigorosamente real daquilo que se passa com o Matadouro Industrial do Cachão.

Relativamente a um tema muito complexo, que tem a ver com a atividade das extratoras, já há dois anos, o Executivo iniciou, uma pressão juntamente com as entidades associadas, porque Mirandela não é entidade licenciadora, é apenas a entidade que coordena as diferentes entidades que têm competência na matéria, CCDR-N, Delegação de Saúde, APA, entre outras. Fizemos reuniões conjuntas onde houve um compromisso por parte dos empresários, porque nada temos contra. Aliás, pelo contrário, para nós é muito importante que as extratoras estejam cá.

Sendo Mirandela um concelho com forte atividade agrícola, esta atividade tem uma importância fundamental em termos económicos, e não apenas para Mirandela, mas também para Valpaços e Vila Flor. Temos aqui uma importante mancha de olival e produção de azeite e não podemos deixar de dar atenção a estas atividades.

Nós conhecemos outros modelos que estão a ser implementados e cujos resultados ambientais são muito mais reduzidos, o ano passado comprometeram-se a fazer investimentos avultados, quer a Aucama, que agora terá outro nome, eventualmente, quer a Mirabaga, comprometeram-se a fazer obras avultadas antes de começar a época de extração, a verdade é que estamos a verificar que nem tudo correu bem. Pedimos ao concelho de Valpaços que nos desse informação sobre o ponto da situação daquilo que já foi efetivamente implementado e em relação a Mirandela, também já promovemos visitas ao local pelas nossas equipas técnicas, onde há efetivamente evidências do que está a ser feito, mas a verdade é que ainda não está tudo implementado.

Há um conjunto de atrasos na implementação destes mecanismos e a verdade é que, neste momento, a extratora está a funcionar sem a implementação total dos meios que estavam prometidos, aliás, isso é visível. Eu até sugeria que os Partidos políticos da Comissão Permanente pudessem fazer uma visita ao local para percebermos exatamente o que está a acontecer, porque isto é um problema de todos, não é apenas do Executivo de Mirandela. Estamos a mover todas as nossas influências no sentido de mitigar o mais rapidamente possível esta situação.

As autoridades que irão fazer a visita aplicarão as penalizações que a lei preconiza, porque já passou tempo a mais, somos a favor das extratoras, mas somos a favor das extratoras com as regras que estão preconizadas para o efeito e é este o ponto da situação e aquilo que está a acontecer.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *Jorge Humberto Fernandes* (CDU), apresentou a seguinte Moção:

“Moção

Pela defesa da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais



As Escolas Profissionais Agrícolas Públicas assumem, no contexto nacional e nas regiões onde se inserem, um papel determinante na qualificação de mão-de-obra, orientadas para as reais necessidades do sector agrícola e tecido empresarial local e regional, disponibilizando uma formação especializada que capacita e prepara os alunos para setores estratégicos, como a agropecuária ou a vinicultura, ou mesmo para o turismo e a hotelaria. A elevada procura que se verifica por estes jovens recém-formados tem permitido contribuir para a sua fixação em territórios onde predomina o sector primário e o mundo rural. As boas práticas de ensino numa lógica de gestão integrada e a sua relação de proximidade com a comunidade local tornam estas escolas profissionais imprescindíveis para as regiões onde desenvolvem o seu trabalho, não apenas pela capacitação técnica que providenciam, mas também pela inovação e competitividade da agricultura nacional. A Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais (EPADRCM), Mirandela é um desses exemplos.

A recente decisão de transferir a coordenação das escolas profissionais agrícolas públicas, nomeadamente ao nível do planeamento da rede e oferta formativa, para as CCDR-N, através do Decreto-Lei n.º 117/2025, de 5 de novembro, veio introduzir problemas e colocar ameaças ao futuro de cada uma destas escolas. As alterações concretizadas de forma abrupta pelo Governo, sem a devida auscultação, articulação e envolvimento das comunidades educativas e dos sectores económicos envolvidos, acrescentando mais uma competência às CCDR-N, são inseparáveis de uma visão economicista e de uma política de desmantelamento das estruturas do Estado. Sem qualquer vocação, experiência e meios para gerir um parque de escolas profissionais, a transferência das Escolas Profissionais Agrícolas para o âmbito das CCDR-N não só põe em causa cada uma das escolas por si, como coloca em causa toda a rede existente.

Esta transferência para as CCDR-N não permitirá um modelo de governação diferenciado, não garante uma maior adequação ao território envolvente e às suas estratégias de desenvolvimento e ameaça transformar-se num desastre. Acresce um clima de intimidação sobre os municípios muitos deles já formal e informalmente contactados – para se responsabilizarem por estes estabelecimentos de ensino profissional, impondo mais uma transferência de competências e encargos. Sublinhe-se ainda que as Escolas Profissionais Agrícolas Públicas têm características próprias, que envolvem a existência de culturas e produções agrícolas e pecuárias que funcionam durante todo o ano e requerem trabalhadores especializados.

Assim,

Considerando o papel que estas escolas profissionais públicas têm desempenhado ao longo dos anos, nomeadamente a EPADRCM, que oferece um ensino altamente especializado com elevada taxa de empregabilidade, única no distrito.

Considerando a reconhecida experiência acumulada de décadas no ensino agrícola e cursos vocacionados para o desenvolvimento rural da EPADRCM.

Considerando que esta escola é em si mesma um dinamizador de desenvolvimento regional, de defesa do mundo rural, potenciadora da dinamização do sector agrícola e outras atividades, numa lógica de proximidade com a realidade do mercado de trabalho.

a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida no dia 12 de junho de 2026, delibera:

1. Instar o Governo e os Ministérios - Agricultura e Mar e Educação, Ciência e Inovação a encetar esforços para garantir o normal funcionamento da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, e a preparação do próximo ano letivo.
2. Instar o Governo a assumir por completo a responsabilidade pelas Escolas Profissionais Agrícolas (mantendo a tutela do Ministério da Educação, Ciência e Inovação), revertendo a decisão anunciada, e salvaguardando, desta forma, a manutenção da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, que pelas suas especificidades não pode ser transferida nem para a CCDR Norte nem para a responsabilidade do Município de Mirandela.

Uma vez apreciado e votado pela Assembleia Municipal, é dado conhecimento a:

- S. Ex.º. Sr. Primeiro-Ministro
- S. Ex.º. Sr. Ministro da Presidência
- S. Ex.º. Sr. Ministro da Agricultura e Mar
- S. Ex.º. Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação
- Aos Ex.ª. Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

O Deputado eleito pela CDU *Jorge Humberto Fernandes*”

----- Efetuada a votação e estando 56 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor, 11 abstenções e 14 votos contra, aprovar:

- 1 - Instar o Governo e os Ministérios - Agricultura e Mar e Educação, Ciência e Inovação a encetar esforços para garantir o normal funcionamento da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, e a preparação do próximo ano letivo.
- 2 - Instar o Governo a assumir por completo a responsabilidade pelas Escolas Profissionais Agrícolas (mantendo a tutela do Ministério da Educação, Ciência e Inovação), revertendo a decisão anunciada, e salvaguardando, desta forma, a manutenção da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, que pelas suas especificidades não pode ser transferida nem para a CCDR Norte nem para a responsabilidade do Município de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



“Declaração de Voto

A Bancada do PSD reafirma o seu total compromisso com a defesa da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, instituição de referência para Mirandela, para o distrito de Bragança e para toda a região transmontana. Muito me orgulha o facto de também lá ter sido aluno.

Reconhecemos o papel determinante que a escola tem desempenhado na formação dos jovens, na qualificação profissional, na valorização da agricultura e na fixação de população nos territórios rurais.

Precisamente por considerarmos a escola demasiado importante para ser instrumentalizada em debates ideológicos, não podemos acompanhar o sentido da sua moção. A moção parte do pressuposto de que a manutenção da tutela do Ministério da Educação constitui a única solução capaz de garantir o futuro da escola. Não partilhamos essa visão de todo.

A Escola de Carvalhais não é uma escola secundária comum, é uma escola profissional agrícola profundamente ligada ao desenvolvimento rural, à formação profissional, à inovação agrícola e à realidade económica da região. O essencial não é a tutela administrativa a que está afeta, mas sim a garantia de condições de funcionamento, de autonomia, de financiamento e de uma oferta formativa ajustada às necessidades do território, bem como a estabilidade dos seus trabalhadores.

Entendemos, aliás, que o modelo mais próximo das políticas de desenvolvimento regional, da agricultura e da formação profissional poderá permitir respostas mais adequadas às especificidades destas escolas, incluindo o acesso a instrumentos de financiamento diferenciados que dificilmente encontrariam espaço no modelo tradicional do sistema educativo.

A defesa da escola exige soluções eficazes e não a simples reposição de modelos administrativos anteriores. Por esta razão, e embora reafirmando o nosso compromisso inequívoco com a continuidade e valorização da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, a Bancada do PSD votou esta moção da forma que o fez.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O Senhor Deputado *Jorge Humberto Fernandes* (CDU), apresentou a seguinte Recomendação:

“Recomendação

Pela Manutenção do Matadouro Industrial do Cachão

O Complexo Agro-Industrial do Cachão desempenhou ao longo dos anos um importante papel no apoio à produção local na região, e apesar da redução da sua dinâmica empresarial, continua a albergar diversos serviços, nomeadamente o Matadouro Industrial do Cachão (MIC).

A sociedade anónima Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. (AIN) constituída em 1993 e detida maioritariamente pelo Município de Mirandela e Vila Flor, gere desde essa data esta área industrial, porém revelou-se incapaz de concretizar a revitalização necessária decorrente de sérias restrições financeiras, que são do conhecimento público.

O MIC foi adquirido em 2006 pela AIN, após a PEC Nordeste ter deixado de explorar o mesmo. Atualmente o MIC emprega 23 trabalhadores e realiza o abate de animais bovinos, suínos, caprinos e ovinos prestando assim um serviço público de muita importância para a economia da região. O MIC é neste momento o único distrito com condições para abate com uma capacidade amplamente superior quando comparado com as restantes unidades municipais. O Matadouro de Bragança está encerrado para obras, o de Mogadouro e Sendim está ainda em construção, o de Miranda do Douro dá uma resposta bastante restrita e o de Vinhais situa-se num extremo do distrito, ficando bastante distante de muitos concelhos. Se o MIC encerrar os produtores pecuários terão de ir ao Matadouro de Penafiel, no distrito do Porto, para encontrar uma resposta similar, o que representará um aumento significativo nos custos de produção.

Decorre no Tribunal da Comarca de Bragança, um processo, no qual a AIN terá sido citada após penhora, que no passado dia 23 de março conduziu a uma sentença de insolvência do MIC a pedido do credor Ares Lusitani- Stc SA. A sociedade AIN nunca efetuou a cobertura de prejuízos da MIC, produzidos pelos empréstimos que foram contraídos pelo Conselho de Administração da AIN em 2005 e 2007, em que o património do complexo foi dado como garantia, a venda de lotes do complexo e a agora insolvência do MIC são disso resultado.

A administração da AIN e respetivos municípios tornaram público a intenção de apresentar um plano de recuperação ao administrador de insolvência, que terá sido alegadamente já entregue, para a manutenção do MIC que ainda se encontra em pleno funcionamento, mas neste momento sem garantias da continuidade da sua atividade.

Assim,

Considerando que o Complexo Agro-Industrial é uma empresa pública intermunicipal, constituída por capital público – 49,10% Município de Mirandela e 49,10% Município de Vila Flor;

Considerando as consequências que resultarão do fecho desta unidade de abate, o risco destes trabalhadores perderem o seu posto de trabalho, o aumento dos custos para os produtores pecuários o que sem dúvida resultará em sérios impactos da economia regional.

a Assembleia Municipal de Mirandela reunida no dia 12 de Junho de 2026, delibera recomendar à Câmara Municipal de Mirandela:

1. Que concretize todos os esforços necessários para salvaguardar este importante património industrial público e os seus postos de trabalho, garantindo a manutenção do MIC e do insubstituível serviço prestado aos produtores da região.
2. Que utilize os meios legais, ao seu dispor, para apurar as responsabilidades que conduziram à insolvência, isto é, o incumprimento no pagamento dos empréstimos realizados que consubstanciam gestão lesiva do erário público.

Uma vez apreciado e votado pela Assembleia Municipal, é dado conhecimento a:



- Ao Conselho de Administração da Agro- Industrial do Nordeste, EIM, S.A. (AIN)
- S. Ex.ª Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor
- S. Ex.ª. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Flor
- Aos Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Vila Flor

O Deputado eleito pela CDU *Jorge Humberto Fernandes*”

----- Efetuada a votação e estando 56 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor, sete abstenções e 15 votos contra, recomendar à Câmara Municipal de Mirandela:

- 1 - **Que concretize todos os esforços necessários para salvaguardar este importante património industrial público e os seus postos de trabalho, garantindo a manutenção do MIC e do insubstituível serviço prestado aos produtores da região.**
2. **Que utilize os meios legais, ao seu dispor, para apurar as responsabilidades que conduziram à insolvência, isto é, o incumprimento no pagamento dos empréstimos realizados que consubstanciam gestão lesiva do erário público.**

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Quero começar por afirmar de forma clara que a bancada do PSD considera o Matadouro Industrial do Cachão uma infraestrutura estratégica para Mirandela, para o distrito de Bragança e para toda a economia regional. Ninguém nesta Assembleia deseja o encerramento do Matadouro, ninguém deseja a perda de postos de trabalho existentes, ninguém deseja aumentar os custos dos produtores pecuários da nossa região, mas é precisamente por reconhecermos essa importância que entendemos que este assunto deve ser tratado com rigor e responsabilidade. A Recomendação apresentada parte de um pressuposto que não acompanhamos, o de que o encerramento do Matadouro é um cenário iminente e que esta deliberação será determinante para o evitar. Ora, o próprio texto da Recomendação refere que os municípios e a Administração têm vindo a trabalhar numa solução de recuperação e manifestaram publicamente a intenção de assegurar a continuidade da atividade do MIC. Por isso, não vemos utilidade prática em recomendar à Câmara Municipal que faça aquilo que já está obrigada a fazer enquanto principal acionista e principal interessada na preservação daquela infraestrutura.

Também não acompanhamos a formulação do segundo ponto da Recomendação, o apuramento de eventuais responsabilidades deve ser efetuado pelas entidades competentes, com base em factos, auditorias e processos próprios. Não compete à Assembleia Municipal substituir-se a esses mecanismos nem formular juízos antecipados sem dispor de toda a informação necessária.

A defesa do Matadouro Industrial do Cachão deve unir-nos a todos, mas não confundimos a defesa do Matadouro com a utilização política de uma situação que ainda está em evolução e cujo desfecho ninguém conhece neste momento.

O PSD votou contra esta Recomendação, não porque esteja menos preocupado com o futuro do Matadouro, mas porque entende que a melhor forma de o defender é ajudar a encontrar soluções para o manter em funcionamento e não aprovar recomendações que partem de cenários que neste momento ninguém pode afirmar que venham a acontecer.”

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *AIDA PALAS* disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

O Senhor Deputado *Tiago Morais* (IL), apresentou a seguinte Recomendação:

“Recomendação

Por mais Autonomia Financeira para os Municípios

Em abril, o Governo anunciou a criação de um grupo de trabalho para a revisão das finanças locais, tendo indicado que esse processo seria desenvolvido em estreita articulação com as autarquias locais.

Considerando que esta revisão representa uma oportunidade não só para o município de Mirandela, mas para todo o país de dar passos no sentido de reduzir a centralização excessiva que caracteriza Portugal;

Considerando que Portugal continua a ser um dos países mais centralizados da OCDE, onde apenas cerca de 15% da despesa pública é realizada ao nível local ou regional;

Considerando que a autonomia financeira dos municípios permite aproximar as decisões fiscais dos cidadãos, promover maior responsabilidade na gestão pública local, incentivar a atração de pessoas e empresas para os territórios e reforçar o princípio da subsidiariedade;

Considerando que, para municípios de baixa densidade como Mirandela, mais autonomia financeira deve ser acompanhada por mecanismos objetivos, previsíveis e transparentes de coesão territorial, garantindo que os territórios do interior não são penalizados, mas antes ganham maior capacidade de decisão e desenvolvimento;



A Assembleia Municipal de Mirandela recomenda ao Executivo Municipal que, no âmbito do processo de revisão da Lei das Finanças Locais, através da sua participação na Associação Nacional de Municípios Portugueses ou em contexto de contacto direto com o Governo, defenda as seguintes orientações:

1. A duplicação da participação dos municípios na receita de IRS gerada no seu concelho, de 5% para 10%, alargando a capacidade de devolução de imposto aos municípios e estimulando a concorrência fiscal entre autarquias;
2. A duplicação da participação municipal na receita de IVA associada à atividade económica local, de 7,5% para 15%, criando um incentivo real à atração de pessoas, empresas e investimento para o território;
3. O reforço progressivo de um modelo de financiamento local com maior peso da receita fiscal gerada no próprio município, sem prejuízo da manutenção de mecanismos objetivos, previsíveis e transparentes de coesão territorial, de forma a garantir que municípios de baixa densidade, como Mirandela, não sejam penalizados, mas antes disponham de mais autonomia, responsabilidade e capacidade para atrair pessoas, empresas e investimento.

A Assembleia Municipal de Mirandela entende que a revisão da Lei das Finanças Locais é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. Uma lei mais descentralizada, que ligue de forma mais clara o financiamento das autarquias à riqueza gerada nos seus territórios, é condição necessária para municípios mais autónomos, mais responsáveis e mais capazes de servir os seus cidadãos.

Maior liberdade orçamental local implica maior responsabilidade perante os municípios. Por isso, as receitas e despesas públicas devem ser decididas, tanto quanto possível, ao nível mais próximo dos cidadãos.

Menos centralismo, mais responsabilidade local e mais liberdade para os municípios decidirem o seu futuro.

O Membro da Assembleia Municipal Eleito pela Iniciativa Liberal, *Tiago Moraes*.”

----- Efetuada a votação e estando 56 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor e 25 abstenções, recomendar ao Executivo Municipal que, no âmbito do processo de revisão da Lei das Finanças Locais, através da sua participação na Associação Nacional de Municípios Portugueses ou em contexto de contacto direto com o Governo, defenda as seguintes orientações:

- 1 - A duplicação da participação dos municípios na receita de IRS gerada no seu concelho, de 5% para 10%, alargando a capacidade de devolução de imposto aos municípios e estimulando a concorrência fiscal entre autarquias;
- 2 - A duplicação da participação municipal na receita de IVA associada à atividade económica local, de 7,5% para 15%, criando um incentivo real à atração de pessoas, empresas e investimento para o território;
- 3 - O reforço progressivo de um modelo de financiamento local com maior peso da receita fiscal gerada no próprio município, sem prejuízo da manutenção de mecanismos objetivos, previsíveis e transparentes de coesão territorial, de forma a garantir que municípios de baixa densidade, como Mirandela, não sejam penalizados, mas antes disponham de mais autonomia, responsabilidade e capacidade para atrair pessoas, empresas e investimento.

----- A Senhora Deputada Municipal *FILIPA CERQUEIRA* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Abstemo-nos desta recomendação por considerar que, efetivamente, a revisão da Lei das Finanças Locais constitui uma oportunidade importante para reforçar a autonomia do poder local, mas ainda é muito prematuro fixar posições sobre percentagens concretas da participação dos municípios nas receitas fiscais. A discussão deve prosseguir no sentido de encontrar uma solução justa e equilibrada para todos os territórios, assegurando que os municípios do interior não sejam prejudicados comparativamente aos grandes centros urbanos e continuem a beneficiar dos mecanismos adequados de coesão territorial.

Entendemos que o objetivo deve ser reforçar a autonomia municipal sem comprometer os princípios da equidade e da solidariedade entre os territórios, razão pela qual optamos pela abstenção.”

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *AIDA PALAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *Tiago Moraes* (IL), apresentou o seguinte Voto de Louvor:

“Voto de Louvor

Ao Sport Clube de Mirandela e sua gente pelos seus 100 anos de história

Fundado a 10 de junho de 1926, o Sport Clube de Mirandela é o clube desportivo mais antigo do distrito de Bragança e uma das instituições com maior peso na história coletiva do concelho de Mirandela.

No início da década de 1930, o clube ganhou alguns dos símbolos que ainda hoje o identificam: o emblema atual, desenhado por ordem do médico Dr. Mariz e com inspiração no símbolo da histórica Académica de Coimbra; as cores preto e branco; e o seu campo de jogos, no local onde ainda se encontra o Estádio de São Sebastião.

Ao longo de cem anos, o Sport Clube de Mirandela foi muito mais do que uma instituição desportiva. Foi escola de valores, espaço de encontro entre gerações, motivo de orgulho para Mirandela e embaixador do nosso concelho dentro e fora da região.



De 1926 até à atualidade, muitas foram as pessoas que marcaram a história desta grande instituição. Dirigentes, treinadores, jogadores, funcionários, sócios, adeptos, claqueiros, famílias e todos aqueles que, de forma visível ou discreta, deram o seu contributo, ajudaram a elevar o nome do Sport Clube de Mirandela e, com ele, o nome da nossa terra.

Um Voto de Louvor ao Sport Clube de Mirandela é, por isso, também um Voto de Louvor à sua gente: aos que ainda hoje continuam a servir o clube, aos que o acompanharam ao longo da vida, aos que já partiram e deixaram obra, memória e exemplo, e a todos os mirandelenses que reconhecem nesta instituição uma parte importante da identidade do concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em Sessão Ordinária de 12 de junho de 2026, delibera manifestar o seu profundo reconhecimento e aprovar um Voto de Louvor ao Sport Clube de Mirandela, pela celebração dos seus 100 anos de história, pelo contributo prestado ao desporto, à juventude, à comunidade e à afirmação do concelho de Mirandela.

O Membro da Assembleia Municipal Eleito pela Iniciativa Liberal, *Tiago Morais*.

----- Os Representantes dos Grupos/Movimentos Municipais, associaram-se ao Voto de Louvor apresentado ao Sport Clube de Mirandela.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, manifestar o seu profundo reconhecimento e aprovar um Voto de Louvor ao Sport Clube de Mirandela, pela celebração dos seus 100 anos de história, pelo contributo prestado ao desporto, à juventude, à comunidade e à afirmação do concelho de Mirandela.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *LUÍS ESTEVES*, apresentou o seguinte Voto de Pesar:

“Voto de Pesar

Antes de iniciarmos a ordem de trabalhos, gostaria de propor que dedicássemos um minuto de silêncio em memória do Sr. António Maciel dos Santos, que dedicou a sua vida à causa pública, servindo a nossa comunidade como Presidente da Freguesia de Marmelos entre 1989 e 2001.

Durante o seu mandato, trabalhou em estreita colaboração com os Presidentes da Câmara da época, desde o Dr. José Gama até ao Dr. José Silvano, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da freguesia de Marmelos.

O minuto de silêncio será uma forma de reconhecer e homenagear o seu compromisso e serviço à nossa comunidade.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *Luís Esteves*. ”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de *António Maciel dos Santos*.

----- Os Membros da Assembleia Municipal de Mirandela associaram-se ao Minuto de Silêncio, em homenagem à memória de *António Maciel dos Santos*.

ORDEM DO DIA

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Registo com satisfação o regresso da Divisão do Ambiente ao Relatório, mas continuamos sempre no mesmo registo no que diz respeito à atividade dos gabinetes políticos, o texto é exatamente o mesmo dos relatórios anteriores e continuamos na mesma sem saber aquilo que se faz.

Na atividade da Proteção Civil, vejo com satisfação as reuniões que foram promovidas com os Presidentes de Junta e União de Freguesia, assim como a verificação às guardas das pontes de Miradese, é sinal de que aquilo que vamos falando e vamos escrevendo faz sentido e é adotado pelas Divisões.

Também reconheço aqui, naquilo que o Presidente da Junta de Freguesia *Eurico Carrapatoso* falava, uma coisa que defendo há muito tempo, as unidades locais de freguesia fazem cada vez mais sentido, face àquilo que são os compromissos atuais do nosso território.

Vejo também com apreço que finalmente as MAP's saíram da linha de partida onde estavam estagnadas há meses, mas não deixo de ficar surpreendido que, após registos anteriores realizados, apenas agora se tenha identificado que a responsável da segurança já não está em funções há um ano e que carece de substituição. Consegue explicar isto, Senhor Presidente? Que modelo de gestão vão agora adotar e como vão coordenar todo este processo?



O Senhor Presidente consegue hoje dizer à Assembleia quanto vai custar a implementação das MAP's aprovadas e a implementação das equipas que aparecem lá mencionadas no relatório? No que diz respeito à candidatura de apoio excecional, os valores apresentados são os mesmos do outro relatório. É coincidência ou trata-se de um lapso?

Senhor Presidente, se a Junta de Freguesia de Mirandela tem duas equipas de sapadores florestais que até têm tempo para trabalhar em particulares e participar em concursos públicos, porque anda a equipa da Câmara a fazer o trabalho que compete à Junta de freguesia? Não seria melhor libertar a equipa para o restante concelho e ajudar as Juntas e União de freguesia? Olhe, um bom exemplo, limpar o Alto do Prado de Castelo, como lhe tenho vindo a pedir ao longo destes meses.

No que diz respeito à vistoria das cantinas no âmbito do HACCP, não existe evidência do que se passou no período anterior, dos quais nos foram enviados os pequenos *prints* no e-mail de 16 de abril de 2026. Pode clarificar o que é que aconteceu com este ponto?

Acerca do BUPi, falámos sobre este tema na última Assembleia. Qual a estratégia que está a desenvolver para conseguir melhorar os números? O aumento face ao período anterior é residual, face ao que tinha acontecido no relatório passado e ao total que se encontra em falta. Que pretende fazer para inverter isto? A afetação de pessoal tem aumentado, mas os resultados estão aquém do pretendido. O Senhor Presidente também saúda a alteração dos impressos. Verifiquei que aquilo que tinha identificado também foi corrigido.

Acerca da habitação social, na Sessão anterior afirmei que o Município, no mandato do PS, não tinha identificado 1 metro quadrado de habitação social nova. Respondeu-me que eu tinha de estar atento. Pode responder e dizer qual foi a obra nova que executou? É que eu não a identifiquei. Nos polidesportivos qual o motivo da diferenciação de meio urbano e meio rural?

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Saudar, antes de mais, o Senhor Vereador *Luís Saraiva* pela investidura nas novas funções autárquicas que tem vindo a desempenhar desde há pouco tempo.

O assunto que me traz aqui é um assunto que tem a ver com a Proteção Civil, estive na dúvida se deveria trazer Antes da Ordem do Dia ou neste Ponto, mas como aqui é abordada a Proteção Civil e é um dos pontos focados na Informação do Senhor Presidente, entendi que deveria ser aqui colocado. Tem a ver com a instalação da rede de fibra ótica nas aldeias do nosso concelho, que representa uma melhoria significativa da qualidade de vida dos munícipes, ao permitir um acesso mais rápido, estável e seguro à chamada autoestrada da informação e consequentemente, a um vasto conjunto de serviços que a anterior tecnologia de cobre não conseguia suportar. É hoje inegável que todos beneficiamos de um serviço que, de forma progressiva, se integrou nos nossos hábitos quotidianos, contribuindo para uma maior comodidade e eficiência das nossas vidas. Recordo que anteriormente não era possível recorrer ao teletrabalho, nem dispor de serviço de televisão por cabo ou de acesso à internet com qualidade, devido à limitação da largura de banda da infraestrutura existente, contudo, importa não esquecer que estes serviços apenas podem ser garantidos se a respetiva infraestrutura, designadamente cablagem aérea e os postes de suporte, for devidamente preservada e protegida contra qualquer tipo de dano. Neste contexto e com a aproximação do período estival, durante o qual o risco de incêndio aumenta significativamente, torna-se pertinente refletir sobre as medidas a adotar para mitigar este risco.

Existem no concelho diversos locais onde as copas das árvores entram em contacto com a cablagem e onde os postes se encontram rodeados por vegetação densa, o que em caso de incêndio poderá comprometer gravemente a infraestrutura e causar interrupção dos serviços que tanto têm contribuído para o bem-estar da população.

Venho assim questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre se esta preocupação, já se encontra prevista em algum plano de ação Municipal? Sabemos, pela Informação do Senhor Presidente, que existem e estão previstas medidas de autoproteção e segurança contra incêndios nos edifícios e equipamentos, com a designação de um responsável de segurança para cada edifício, bem como os respetivos delegados de segurança e substitutos, mas caso não exista nenhum plano específico para isso, sugere-se que sejam desenvolvidas com a devida urgência e prioridade diligências no sentido de definir e implementar um plano que contemple, nomeadamente o seguinte, levantamento e avaliação urgente dos pontos com risco de incêndio nas infraestruturas da rede aérea de fibra ótica do concelho, incluindo o seu registo, tratamento e gestão numa plataforma com componente geográfica.

Adoção de medidas de mitigação de risco, nomeadamente através da notificação direta ou por intermédio das Juntas de Freguesia, e aqui há que louvar a iniciativa do Presidente da Junta *Eurico Carrapatoso*, em que de alguma forma a delegação de competências pode ajudar neste ponto, nomeadamente a notificação de proprietários para limpeza dos terrenos, bem como o acompanhamento dessas ações, podendo ainda ser acionadas equipas de sapadores florestais municipais para intervenção célere sempre que necessário.

Realizar vistorias às situações identificadas ou intervencionadas, com a consequente atualização da informação na plataforma geográfica, garantindo o acompanhamento contínuo das medidas implementadas. Repetição periódica deste processo com caráter anual ou sempre que se revele necessário, assegurando uma monitorização contínua e eficaz do risco desta infraestrutura.

Só através de uma abordagem estruturada e preventiva será possível garantir a continuidade de um serviço essencial, particularmente relevante para as populações das zonas rurais e que tanto tem contribuído para o desenvolvimento local, com fixação de pessoas, mesmo que temporariamente, para a melhoria da qualidade de vida e para a promoção da coesão territorial do nosso município.

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Hoje trago aqui dois assuntos que me chamaram a atenção, o primeiro são os Serviços Municipais de Veterinária e o apoio aos agricultores e o segundo é a Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola.



Ao analisar a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, em particular o ponto relativo ao Serviço Municipal de Veterinária, não posso deixar de reconhecer que foram executadas tarefas relevantes, captura de animais errantes, recolha de cadáveres, atendimento ao público, controlo de pragas, acompanhamento do Centro de Alojamento Canil de São Salvador, vistorias a cantinas escolares e elaboração de protocolo com a ACRIGA, mas a questão política que se coloca não é apenas saber se houve atividade, a questão é saber se houve estratégia, planeamento, proximidade ao território e verdadeiro apoio aos produtores pecuários do Concelho de Mirandela e pela informação prestada, a resposta parece-me insuficiente.

O Relatório é denso e confuso, apresenta números sobre animais errantes, cadáveres recolhidos e atendimentos, mas quando chegamos ao apoio à produção pecuária, aquilo que encontramos é praticamente uma referência administrativa, a elaboração de um protocolo com a Associação de Criadores de Gado e Agricultores, a ACRIGA, para substituir um protocolo que está em vigor. É positivo que se simplifiquem procedimentos, é positivo que se procure melhorar a profissionalização do apoio, mas isso por si só, não chega.

Mirandela é um concelho rural, tem produtores que continuam a resistir, muitas vezes com pequenas explorações, com dificuldades de tesouraria, custos acrescidos, problemas de mão de obra, exigências sanitárias, dificuldades no licenciamento, constrangimentos no acesso a apoios e uma pressão crescente sobre a viabilidade económica da pecuária.

Perante esta realidade, o Serviço Municipal de Veterinária da Câmara Municipal deveria ter uma intervenção mais próxima, mais técnica e mais ambiciosa. O médico veterinário municipal não deve ser visto apenas como alguém que intervém quando há animais errantes, pragas, cadáveres e vistorias pontuais. O veterinário municipal é uma peça fundamental da saúde pública veterinária, da sanidade animal, na articulação com os produtores, com as entidades oficiais, com as associações do setor e com os serviços municipais ligados à agricultura e ao desenvolvimento rural, por isso, eu esperava encontrar neste relatório mais do que uma lista de atos administrativos. Esperava encontrar um verdadeiro plano municipal de apoio à pecuária.

Gostaria de saber quantos produtores foram efetivamente acompanhados neste período? Quantos pedidos de apoio foram recebidos, quantos foram deferidos, que montante foi pago ou está previsto pagar? Que freguesias foram abrangidas? Que necessidades foram identificadas?

Gostaria também de saber que visitas técnicas foram realizadas às explorações e que ações de sensibilização foram feitas sobre sanidade animal, biossegurança, bem-estar animal, identificação animal, transporte, alimentação, gestão de efluentes ou prevenção de doenças?

O documento refere 87 atendimentos, incluindo apoio à produção pecuária, mas não separa quantos desses atendimentos foram, de facto, a produtores pecuários. Também não nos diz se esses atendimentos resultaram em soluções concretas. Não sabemos se foram esclarecimentos pontuais, candidaturas, visitas ao terreno, encaminhamentos ou acompanhamento técnico. Esta ausência de detalhe dificulta a fiscalização política e não permite perceber o impacto real do serviço.

Em termos de propostas, julgo que seria interessante criar um Plano Municipal de Apoio aos Produtores Pecuários, com metas, calendário, orçamento e relatório de execução.

Segundo, realização de atendimentos descentralizados nas freguesias, em articulação com a ACRIGA, Juntas de Freguesia e Gabinete Técnico Florestal, para que os produtores não tenham de se deslocar sempre à cidade para resolver problemas.

Terceiro, levantamento municipal das populações pecuárias do concelho. Não para fiscalizar por fiscalizar, mas para conhecer a realidade, identificar necessidades, apoiar a regularização e orientar melhor as políticas municipais.

Quarto, promoção de sessões técnicas dirigidas aos produtores sobre sanidade animal, biossegurança, bem-estar animal, licenciamento, apoios disponíveis, gestão de cadáveres, regras de transporte e oportunidades de financiamento.

Quinto, criação de indicadores públicos no relatório do Serviço Municipal de Veterinária. Quantos produtores foram atendidos? Número de explorações acompanhadas, número de apoios concedidos, montantes atribuídos, freguesias abrangidas, ações realizadas e problemas identificados?

Uma maior articulação entre o Serviço Municipal de Veterinária e a Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola. O próprio documento diz que esta equipa tem como desígnio alavancar o setor primário e agroindustrial. Então, é necessário que essa ambição se veja na prática, também junto dos produtores. Não podemos falar em valorização do mundo rural apenas no discurso.

Em termos de perguntas diretas: qual o orçamento previsto para o apoio à sanidade pecuária? Quantos produtores se prevê apoiar em 2026? Que ações concretas estão previstas nas freguesias? A Câmara está disponível para apresentar, na próxima informação escrita, um relatório específico sobre o apoio municipal aos produtores, com dados, metas e resultados?

Ao analisar o ponto 4.2 da informação escrita, temos aqui uma equipa com um papel e uma missão muito importantes e ambiciosos. O próprio documento afirma que a EMEIA foi criada para alavancar o potencial do setor primário e agroindustrial do Concelho de Mirandela, promover uma cultura empreendedora, fomentar a inovação, atrair investimento e conduzir projetos com impacto duradouro no território. Sendo esta a missão, a pergunta que temos de fazer é simples: a atividade apresentada demonstra, de facto, esse impacto no território, nos agricultores, nos produtores pecuários e nas empresas agroindustriais?

A minha leitura é clara. Há atividade, há reuniões, há ação administrativa, há trabalho no BUpi, mas há pouca evidência de resultados concretos junto daqueles que deviam ser o centro desta política: os produtores, as explorações agrícolas e pecuárias e as freguesias rurais.

Vou apresentar algumas propostas:

Primeira proposta: criação de um Plano Municipal de Apoio ao Setor Primário e Pecuário, com metas.

Segunda: concretização efetiva do Balcão Único Rural.

Terceira: realização de sessões técnicas regulares dirigidas aos produtores pecuários sobre sanidade e biossegurança.

Quarta: levantamento municipal das necessidades das populações agrícolas, numa lógica de apoiar, orientar e definir prioridades.

Quinta: publicação trimestral dos indicadores da EMEIA, incluindo indicadores dos produtores atendidos.



Sexta: maior articulação entre a EMEIA, o Serviço Municipal de Veterinária, a ACRIGA, as Juntas de Freguesia, as cooperativas e eventualmente outras entidades regionais competentes.

Quantos agricultores e produtores pecuários são acompanhados? Que montante está previsto dentro deste tema? Que Freguesias serão abrangidas pelas ações da EMEIA? Quando será realizado o Balcão Único Rural? Que projetos concretos de inovação agrícola ou agroindustrial foram acompanhados neste período? Está a Câmara disponível para apresentar, na próxima informação escrita, um relatório específico sobre este assunto?

----- A Senhora Deputada Municipal *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Quanto à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, as 93 páginas que constituem o documento revelam o volume de informação relativa às ações desenvolvidas no nosso concelho em dois meses. Mas, como quantidade nem sempre anda de mãos dadas com a qualidade, temos um documento extenso, de organização questionável e de difícil leitura.

Vou focar-me principalmente na área da educação, por razões óbvias, com o ano letivo a terminar e com a aproximação de 2026/2027. Foco-me, assim, na informação relativa à Divisão de Educação, Ação Social, Desporto e Juventude, em particular ao Serviço de Educação, no período compreendido entre 01 de abril e 31 de maio de 2026. Da informação apresentada resulta um esforço significativo na preparação atempada do próximo ano letivo, através da abertura de diversos procedimentos concursais. Destacam-se os concursos para refeições escolares, no montante superior a 600.000 €, bem como os transportes escolares para 2026/2027.

Gostava que depois o Senhor Presidente me explicasse porque é que aparecem valores separados por estabelecimentos de ensino que têm uma verba atribuída. Os 600.000 € são realmente para todos os estabelecimentos de ensino? Há dois concursos? Há duas empresas fornecedoras? É algo que não está na informação. É a informação que falta.

Evidenciando a preocupação do município em garantir condições adequadas para os alunos e respetivas famílias. Só que isto é normal, é obrigatório e é uma obrigatoriedade dos serviços técnicos. Não é uma medida política nem uma providência extraordinária.

A Assembleia precisa de saber dos resultados. Quantos alunos usam os transportes escolares? Quantas refeições são servidas em média? Qual o montante da dívida em refeições não pagas? Porque de certeza que as há. Qual é o montante total dos pagamentos em atraso na residência de estudantes? Enumerar tarefas burocráticas serve apenas para encher documentos.

Verificamos que existe um investimento significativo na componente logística e operacional da educação. No entanto, seria importante conhecer com maior detalhe quais os resultados concretos dos programas educativos apoiados pelo município, nomeadamente no âmbito do combate ao insucesso escolar, no PIPS, da inclusão social e da promoção da igualdade de oportunidades.

É referida uma reunião do Conselho Municipal de Educação para definição da rede de transportes escolares e algo relacionado com o Jardim de Infância de Passos. O que foi deliberado acerca do Jardim de Infância de Passos? Houve uma reunião, sim senhor, mas nem sabemos porquê nem para quê. Portanto, não nos podemos pronunciar sobre isso.

Gostaria de saber qual é a estratégia do município para enfrentar os desafios demográficos que afetam o concelho e que inevitavelmente se refletem na comunidade escolar. Nós estamos a perder alunos de ano para ano, independentemente de também estarem sempre a chegar imigrantes. Portanto, seria muito pior se não fosse a imigração.

Que medidas estão previstas para reforçar a atratividade das escolas do concelho e contribuir para a fixação de jovens famílias?

Gostaria também de sublinhar a importância da residência de estudantes para Mirandela, cuja gestão continua a exigir investimento e acompanhamento. Seria útil conhecer a taxa de ocupação prevista para o próximo ano letivo e o impacto que esta infraestrutura tem tido na atração e permanência de estudantes no concelho.

Este documento assume com naturalidade a cedência de espaços na residência para eventos externos: atletas, banda Primeiro de Maio, tuna feminina, entre outros. Sendo uma residência para estudantes, qual é o enquadramento legal e financeiro para o alojamento destas entidades externas? Estas cedências geram receita para o município? Têm em conta o bem-estar e o espaço dos estudantes residentes?

Para terminar, entendemos que os dados apresentados revelam uma atividade intensa no setor da educação. Contudo, consideramos que a informação prestada a esta Assembleia Municipal carece de informação politicamente relevante. A Assembleia precisa de mais do que relatórios sobre aquilo que fazem os trabalhadores. Isso é o trabalho do dia a dia. Nós precisamos de saber qual é a política educativa, quais as estratégias para o concelho e para a educação no nosso concelho.

Recomendamos ainda, mais precisão na terminologia usada no relatório. Quando são referidas visitas e reuniões, aparece a expressão "diretora de turma da Escola do Convento". A Escola do Convento não tem diretores de turma. Não há diretores de turma neste estabelecimento de ensino, uma vez que só tem turmas do pré-escolar e do primeiro ciclo. E esses são professores titulares de turma.

Há também uma outra reunião com um diretor de turma, não sei se da Escola Luciano Cordeiro ou da Escola Secundária. Ora, a Escola Luciano Cordeiro tem imensos diretores de turma, assim como a Escola Secundária. Falo da terminologia usada, que deve ser a correta na informação da Câmara. Até foi a título de ajuda que o fiz. E tudo isto será para melhorarmos, porque 93 páginas, tenham paciência, 93 páginas, não são para não serem lidas. Se não forem lidas, não há escrutínio na Assembleia. Não sabemos o que lá vai. Tem de haver alguém que sacrifique tempo a ler aquilo tudo e depois vir aqui fazer as perguntas que realmente não deviam ser feitas.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



Senhor Presidente, analisando a sua informação, obviamente exaustiva, não posso deixar de lhe fazer aqui algumas perguntas em relação àquilo que vem mencionado.

Começava pela página 11, no ponto 2.2, Gabinete Técnico Florestal, gestão e acompanhamento dos sapadores florestais. No ponto 3, diz o seguinte: "Queimada na Junta de Freguesia de Abreiro no âmbito das medidas compensatórias da Barragem do Tua." Senhor Presidente, eu queria que me respondesse: que medidas compensatórias são estas que nós não conhecemos?

A segunda pergunta, tem a ver com a página 15, no ponto 4.1, em que o Senhor Presidente fala da atividade da Engil, referindo que se iniciou, particularmente, na operacionalização da Área de Acolhimento Empresarial de Mirandela, na monitorização dos instrumentos de funcionamento em vigor, no acompanhamento e execução de investimentos apoiados e na preparação de iniciativas com relevância para o desenvolvimento futuro do concelho. E eu voltava a fazer-lhe a mesma pergunta: que iniciativas são estas?

No ponto 4.1, alínea b) que elementos pode dar hoje em relação às empresas que se candidataram à nova zona industrial? Aquilo que eu gostava de perguntar é quantas empresas realmente vão avançar. Nós já sabemos o número de candidaturas que houve, mas eu queria saber concretamente quantas empresas assinaram contrato com a Câmara Municipal e para quando está previsto o investimento para a sua instalação?

Senhor Presidente, agora vinha a um ponto que acho que merece uma atenção mais pormenorizada, na página 67. Acho que merece, da sua parte, não só este reparo que lhe vou fazer, mas também uma medida efetiva que vá ao encontro daquilo que são as necessidades das populações, concretamente das populações que necessitam imperiosamente deste serviço.

Na recolha de monstros porta a porta, este problema já se arrasta há seguramente mais de quatro anos e a justificação é sempre a mesma. A justificação é sempre a mesma: falta de pessoal efetivo para fazer estas recolhas. E eu perguntava-lhe concretamente, porque este problema já subsiste do anterior Executivo, do qual o senhor já fazia parte: o que é que falta para que a Câmara Municipal contrate os trabalhadores de que este serviço precisa, de uma forma efetiva e não precária, que é aquilo que tem estado a acontecer? Será essa a dificuldade para manter este serviço operacional, de forma a satisfazer as necessidades das populações? Portanto, eu queria perguntar concretamente: o que é que falta? Porque é que não se contrata? Estas questões já andam há quatro anos. Precisam-se de contratar trabalhadores e não se contratam. É porque não há dinheiro?

Senhor Presidente, em relação à aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária no Concelho de Mirandela, pela CIM-TTM, que por sua vez concessionou a uma empresa privada e que, de acordo com notícias recentes, iniciaria as operações no mês de agosto, eu gostava de saber se realmente essas operações vão começar no mês de agosto?

Outra pergunta muito importante, e que acho que também merecia uma explicação mais detalhada, prende-se com a Ponte Nova. Como está a decorrer a planificação e a concretização das obras necessárias? Já pode adiantar algum tipo de calendarização das obras de requalificação? E ainda vamos estar à espera do contrato-programa que o município irá assegurar com o Ministério das Infraestruturas?

Nós sabemos que a administração da ULS Nordeste é nova e assumiu funções há relativamente pouco tempo. Gostaríamos de saber se já teve oportunidade de reunir com o hospital e com a administração a propósito daquilo que é o serviço de cirurgia de urgência?

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, já por algumas vezes era para ter vindo aqui fazer uma intervenção neste ponto da ordem de trabalhos e acabei por não o fazer, porque às vezes as coisas precisam do seu tempo para tomar o rumo necessário. Entendia ainda assim que era já tempo de este relatório vir aqui com informação relevante. Não quer dizer que o que lá está não seja relevante, mas a informação deveria estar estruturada de outra forma.

A Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, que hoje apreciamos, tem uma dimensão significativa e evidencia uma atividade intensa dos diversos serviços municipais. Ninguém pode dizer o contrário. Contudo, permite-me uma observação que considero essencial. Esta informação escrita descreve muito bem o que foi feito. Há aqui muito trabalho na produção do documento, mas diz-nos muito pouco sobre aquilo que foi alcançado e era para aí que deveria caminhar.

Encontramos dezenas de páginas com reuniões, eventos, atividades e participações institucionais e o que encontramos em falta são indicadores de resultado, níveis de execução, metas atingidas ou avaliação do impacto dessas ações na vida dos mirandenses. E essa deve ser uma preocupação da Assembleia Municipal. O nosso papel não é apenas verificar se houve atividade, é avaliar se essa atividade produz resultados.

Começo pela área da saúde. O relatório refere diversas iniciativas, campanhas de sensibilização, ações de promoção da saúde, sessões temáticas e projetos comunitários. Tudo isso é importante, não há dúvidas quanto a isso, mas aquilo que os cidadãos querem saber é algo mais concreto. Melhorou o acesso aos cuidados de saúde? Diminuiu o número de utentes sem médico de família? Existem dados atualizados sobre os tempos de espera na saúde? Qual é hoje a situação de resposta dos cuidados de saúde primários no Concelho de Mirandela? Qual é a avaliação que o município faz da ULS do Nordeste no território de Mirandela? A verdade é que podemos realizar muitas iniciativas e muitos eventos, mas aquilo que verdadeiramente interessa saber é se os problemas de acesso à saúde estão ou não resolvidos.

Uma segunda questão prende-se com os processos judiciais pendentes. A própria informação escrita identifica um conjunto significativo de litígios envolvendo o município, alguns deles com valores muito expressivos. Estamos a falar de processos que representam vários milhões de euros de exposição financeira do município.

Gostaria de questionar o Executivo qual é a avaliação atual dos riscos financeiros associados aos processos judiciais pendentes? Existem provisões constituídas para fazer face a eventuais decisões desfavoráveis? Houve desenvolvimentos processuais relevantes desde a última informação prestada a esta Assembleia Municipal?

Ao longo da informação escrita encontramos referências a múltiplas intervenções, projetos, candidaturas e obras, mas continua a faltar uma informação fundamental. Qual é a taxa de execução física e financeira dos investimentos previstos para 2026 até ao momento? Quais são as obras dentro do calendário e quais apresentam atrasos? Que montantes de financiamento comunitário



foram efetivamente executados? Porque uma boa gestão não se mede apenas pelos projetos enunciados, mede-se sobretudo pelos projetos concretizados.

Relativamente ao parque de campismo municipal, verificamos um aumento da atividade e um número relevante de dormidas, mas importa conhecer mais informação. Qual foi a taxa de ocupação? Qual foi a receita obtida? Qual a comparação com o período homólogo? Qual o retorno dos investimentos realizados?

Por fim, a informação escrita deve ser um instrumento de transparência e de prestação de contas. E essa prestação de contas não se faz apenas com a enumeração de atividades, faz-se com indicadores, resultados, metas e avaliações. É essa informação que permite uma fiscalização séria e responsável por parte desta Assembleia.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria só dizer que, entretanto, também tive a hora de almoço para consultar outras informações de outros tempos e de facto estamos num processo evolutivo e agrada-me muito. Peço desculpa a modéstia, mas efetivamente nada tem a ver o nível de informação e a quantidade de informação que é vertida agora comparativamente a outros tempos. É possível que tenhamos aqui necessidade de melhoria, talvez ser mais específico, com mais dados e menos texto. Já tínhamos vindo a falar nisso e estamos a procurar evoluir, e já houve alguém que reconheceu que tem havido evolução e vamos continuar a fazer esse trabalho, porque não somos um Executivo que esteja completamente alheio às recomendações da Assembleia e assim o faremos.

Naturalmente há aqui algumas questões que foram colocadas por alguns Deputados e se nós viéssemos a verter esse nível de informação que pretendiam, estaríamos na presença de vários relatórios e várias páginas, e não sei se isso acrescentaria valor, além de que não haveria tempo para concluir as reuniões atempadamente, porque o que se pretende de uma informação é que seja o mais resumida possível, embora algumas intervenções tenham evidenciado algumas carências de informação para além da informação já dada.

Vou responder rapidamente ao Deputado *António Martins*, que foi o primeiro a tomar da palavra. Agradecer o facto de ter percebido que há uma evolução nos relatórios, nomeadamente da proteção civil. O custo das MAP's ainda não está determinado, estamos precisamente a trabalhar esse assunto. Não se preocupem, não vamos ter nada de mais transcendente no que diz respeito a recursos humanos. Quando fala em qual é a equipa que vai ficar empenhada nas MAP's, cada equipamento deve ter um responsável e o responsável do que já existe, que já é um trabalhador ou uma equipa de trabalhadores, será responsável por esse trabalho e por nos dar informação sobre aquilo que não estiver a correr conforme os procedimentos e as necessidades implementadas.

Vamos trabalhar com as equipas que temos. Em vez de termos uma pessoa responsável por todos os equipamentos, vamos ter uma equipa responsável por cada equipamento, onde cada um terá a sua função e saberá o que fazer em função das circunstâncias existentes. Isto não é nada de novo, já se faz nas empresas, não parece nada do outro mundo e não vai haver custos acrescidos. O importante é pôr as MAP's em funcionamento, porque alguns equipamentos estão com algum atraso.

Relativamente ao BUPi, ainda não mudou de instalações, embora já esteja com toda a estrutura de equipamento pronta para iniciar funções. Provavelmente na próxima segunda feira poderá iniciar funções, agora com outras capacidades de receber os munícipes, os nossos clientes. Vai passar para o centro de proteção civil, onde ficará situado numa sala ao nível do rés do chão, juntamente com o Gabinete Técnico Florestal, onde pode haver uma resposta mais enquadrada das necessidades.

Falou também da habitação social. Só para recordar que na habitação social reabilitámos 42 habitações e algumas delas podemos considerá-las efetivamente novas, tal era o estado de degradação. Não há dúvida quanto a isso. Ou não as conhecia, embora acredito que conhecesse, eu também só as conhecia por força das circunstâncias, mas estavam não habitadas e têm de ser consideradas como novas. O novo é sempre um conceito subjetivo que pode ser interpretado de várias formas. Algumas delas nem estavam habitadas e temos mais 28 para tratar, que também serão feitas ainda este ano, no bairro Padre Américo e no bairro Operário.

Relativamente à diferença entre polidesportivos de meio urbano e meio rural, não percebi bem a pergunta, deve haver aí qualquer coisa pelo meio, o Senhor Deputado *António Martins* não diz coisas em vão, deve querer chegar a algum lado, mas não percebi a ideia. Para mim um polidesportivo é um polidesportivo, embora possamos ter vários modelos, dizer que são diferentes em termos urbanos ou rurais, não percebi bem.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Carlos Sousa*, é um assunto que nos preocupa, ainda ontem, numa reunião da CIM-TTM, a Telecom apresentou mais oferta para o território e aquilo que fazem é utilizar os equipamentos que já existem. A cablagem é da responsabilidade deles e não do Município, também é da responsabilidade deles garantir o percurso por onde passa, a conformidade e a limpeza, não é responsabilidade do Município.

Nós faremos chegar esse tipo de preocupação, porque se houver um incêndio ficamos sem comunicações e quem fica privado da comunicação são os nossos munícipes e é muito importante nesses momentos, garantir essa comunicação. Não sendo uma competência nossa, faremos chegar essa preocupação, porque é muito relevante.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Vasco Cadavez*, a Câmara não se pode substituir aos serviços oficiais, há questões que são claramente da responsabilidade da DGAV. O que temos já implementado há algum tempo é um Conselho Municipal de Agricultura, onde esses temas são debatidos, fazem parte desse Conselho várias associações e várias entidades, onde podem ser dados esses *inputs*. Esse conjunto de preocupações que nos trouxe implica um relatório longo e extenso, que não caberia neste momento. Convido-o a participar no Conselho Municipal de Agricultura, onde estão essas associações e organizações e onde se pode sentir o pulsar da nossa lavoura.

Entendemos que há aqui um avanço importante, porque é um passo que é cortado entre o momento em que sai o apoio do Município e o momento em que chega aos agricultores. A proposta, que espero que venha a ser aprovada, vai no sentido de reduzir burocracia, permitindo que a própria OPP – Organização de Produtores Pecuários trabalhe diretamente com os seus clientes e lhes faça chegar os valores em causa de forma mais célere.



O que é razoável é que os apoios cheguem rapidamente aos produtores, ainda assim, considero muito bem a criação de um plano municipal dentro deste enquadramento, mas estes assuntos devem ser debatidos no Conselho Municipal de Agricultura, onde existem as entidades próprias para o efeito. Faremos chegar também esse seu depoimento a esse conselho, porque são temas de grande relevo, não podemos esquecer que Mirandela é um concelho agrícola e isso tem de ser praticado e não apenas dito.

Relativamente à questão colocada pela Senhora Deputada *Luísa Deimões*, existe também um Conselho Municipal de Educação, onde podem ser apresentadas as suas considerações, tal como referi anteriormente ao Senhor Deputado *Vasco Cadavez*, é aí o local certo, com as pessoas certas e no momento certo para debater esses assuntos. Estaremos a falar de taxas de ocupação previstas, taxas de residências e outras questões que não cabiam nesta Informação escrita, até porque se trata de períodos homólogos. Será mais importante fazer essa análise no final do ano, comparando com o ano anterior. Ainda não estamos nesse momento, o ano letivo está agora a terminar, pelo que esses dados não são para já relevantes, embora possam ser analisados no momento final de avaliação e no planeamento de 2027.

Referiu também uma casa na residência de estudantes que é ocupada por algumas entidades, essa casa não está integrada na residência de estudantes e é utilizada sempre que solicitada por associações e entidades, nomeadamente pela Banda Primeiro de Maio, quando os músicos precisam de pernoitar para concertos e também por alguns turistas, incluindo peregrinos dos Caminhos de Santiago. Pode evoluir para uma casa de albergue, dando uma resposta mais adequada a essas necessidades.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto* sobre os sapadores florestais, existem medidas compensatórias no âmbito do aproveitamento hidroelétrico de Vale do Tua. Este ano essa compensação foi feita através de uma queimada controlada para prevenção de incêndios na Freguesia de Abreiro, que correu muito bem.

No que respeita à monitorização, estas iniciativas da equipa da EMEIA inserem-se no âmbito de pedidos da CCDR-N e no âmbito do PTRR. São ações em que somos desafiados a participar e que embora muitas vezes pouco visíveis, têm o nosso contributo. Ainda recentemente estivemos em Santa Maria da Feira no lançamento da Estratégia Norte 2040, estivemos lá representados, estivemos a ouvir e a preparar o nosso futuro. Esta equipa trabalha de forma muito assertiva e enquadrada com aquilo que são as estratégias que depois podemos aproveitar e alavancar para o nosso concelho.

Relativamente à questão da recolha dos monstros, continua a haver essa lacuna. Já temos no mapa de pessoal os lugares preparados para que possam vir, após a seleção e integração das pessoas, mas estas coisas demoram sempre algum tempo. Estamos a trabalhar no programa de recrutamento de recursos humanos, que irá colmatar essa falha e em breve entrará em funcionamento e irá também dar resposta a essa necessidade.

Os transportes irão entrar em vigor a partir de 01 de agosto, com uma nova linha e um novo operador. Tivemos confirmação recente e após sucessivas alterações, será essa a data de entrada em funcionamento.

Quanto à Ponte Machado Vaz, temos uma reunião prevista com o Senhor Ministro das Infraestruturas para debater este tema, é um assunto que queremos ver definido. Esta ponte foi uma situação que os municípios assumiram através de uma competência relacionada com a rede viária, que na altura não acautelou devidamente alguns aspetos, nomeadamente as obras de arte. Temos agora um investimento na ordem dos 6 a 7 milhões de euros e precisamos de encontrar um modelo de financiamento, até porque fomos financiados a 85% no projeto. Estamos a trabalhar com os ministérios para conseguir uma solução com o mesmo nível de financiamento.

Ao nível da Unidade Local de Saúde, temos uma primeira reunião prevista para este mês, com a nova Administração, no Hospital de Mirandela.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Rui Sá*, falou muito em saúde, tivemos uma oportunidade única de colocar várias questões numa sessão promovida com a Administração da Unidade Local de Saúde e esse teria sido o momento adequado para obter essas respostas. São questões políticas, para as quais não temos resposta neste momento, mas que serão abordadas na reunião que iremos ter com a Administração, onde iremos levar um conjunto de preocupações junto de quem tem poder de decisão.

Em relação aos processos judiciais, mal seria se o Município não tivesse assegurado aquilo que é a sua responsabilidade. Essa situação está devidamente refletida nas contas e pode ser verificada, incluindo o número de processos e os valores correspondentes.

Quanto ao Parque de Campismo, está de facto com mais atividade e com mais campistas. Tenho acompanhado de perto o funcionamento e para já as pessoas estão satisfeitas. Há melhorias efetivas e tem sido feito investimento, que é necessário continuar. No final do ano faremos a comparação entre a época de 2025 e 2026, porque não é com um mês de abertura que se podem tirar conclusões, até porque o pico de ocupação ainda está para chegar.

A Informação do Presidente será melhorada e também é importante referir que ainda não temos contabilidade analítica implementada. Quando estiver instalada, permitirá dados mais precisos e relatórios mais completos, que darão uma resposta mais robusta a este tipo de análise, o documento tem sofrido evoluções extraordinárias relativamente aos últimos anos.

4.2 - Prestação de Contas Consolidada – 2025 – Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A., Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A e Resíduos do Nordeste EIM, S.A.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 05/06/2026, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Prestação de Contas Consolidada – 2025 – Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A., Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. e Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



A Consolidação de Contas permite-nos olhar para uma realidade mais ampla do que as contas do Município, permite-nos avaliar o conjunto de entidades participadas e perceber o seu impacto na situação financeira global. O PSD acompanhará favoravelmente este documento, mas a Consolidação de Contas deve servir para mais do que cumprir uma obrigação legal, deve servir para refletirmos sobre o papel e o desempenho das entidades participadas.

No caso do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, continuamos perante uma realidade que evidencia fragilidades estruturais e problemas herdados que permanecem por resolver. Importa que o Município defina com clareza qual a estratégia futura para a participada.

Já relativamente à Agro-Industrial do Nordeste, a avaliação não deve limitar-se aos resultados financeiros. O essencial é perceber se está a cumprir a sua missão de apoio ao setor agroindustrial e ao desenvolvimento económico do território. Já quanto à Resíduos do Nordeste, sendo uma entidade mais consolidada, importa continuar a exigir e a elevar os níveis de eficiência do trabalho prestado às populações, bem como a sustentabilidade e a qualidade do serviço prestado.

Em suma, as participadas municipais não existem apenas para apresentar contas equilibradas, existem antes para criar valor público. A responsabilidade do Município não termina na participação societária, exige acompanhamento estratégico, avaliação de resultados e capacidade de garantir que cada entidade contribui efetivamente para os interesses do concelho.

É essa reflexão que esta Consolidação de Contas também deve suscitar aos Membros da Assembleia e a quem nos ouve e vê.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Vou pedir permissão ao Senhor Presidente da Mesa para me pronunciar só relativamente a um assunto que para mim era um não assunto, mas que em função da intervenção do Senhor Deputado *Hernâni Moutinho*, senti que devia pronunciar-me. Em primeiro lugar, quero agradecer de facto a gentileza, a educação e o respeito que o Senhor Deputado teve com a nossa Bancada antes de fazer a intervenção. Pediu a autorização no sentido de me perguntar se eu estaria confortável com essa intervenção e é de facto com estes princípios políticos que eu quero sempre aprender o que é estar nesta Assembleia Municipal.

Relativamente ao assunto que motivou essa intervenção, dizer que relativamente a mim, isto a nível pessoal, a minha postura política e atenção, eu falo apenas enquanto postura política, sempre foi durante a campanha eleitoral, será e é à presente data, muito diferente do novo Vereador a Tempo Inteiro. Não lhe desejo sorte, desejo-lhe competência, porque é isso que os mirandenses precisam, é competência, não é sorte e dizer que, relativamente a esse assunto, eu farei com ele aquilo que vou fazer de hora em diante com a Informação Escrita do Senhor Presidente, não voltar a pronunciar-me, pois é um assunto que já não nos interessa, que nada nos diz.

Este documento suscitou-me algumas dúvidas, nem sei se posso dizer dúvidas, talvez críticas. Em primeiro lugar, preocupa-me essencialmente neste momento, o facto de o Município ter passado num espaço de um ano de uma situação positiva para uma situação negativa, sobretudo quando sabemos que houve um aumento de receitas e impõe-se, do meu ponto de vista, saber onde é que concretamente o Município está a gastar e porquê.

Outra questão tem a ver com o aumento da receita do Município, que do meu ponto de vista e da análise que eu fiz, resulta de maior dinâmica económica do concelho, se calhar resulta sobretudo de uma maior disponibilidade e dependência de transferências do Estado, penso que não estou errada e essa foi a minha análise.

O terceiro ponto crítico deste momento é a situação da Agro-Industrial do Nordeste, é uma questão que continua a suscitar preocupações, o próprio documento aponta para dificuldades, dívida, processos judiciais e necessidade de maior investimento.

Relativamente a este ponto, tinha uma questão que já não vou fazer porque o Senhor Presidente já respondeu, mas vou reformular. Vou perguntar-lhe se para resolver esta situação nós estaremos à espera da reforma dos trabalhadores ou então à espera que as pessoas comecem a consumir mais carne, porque parece-me que da resposta que deu anteriormente relativamente a este assunto, a culpa será sempre de alguma coisa e a culpa fica melhor nas costas dos outros do que nas nossas.

O caso do Metropolitano Ligeiro de Mirandela é outra situação que me suscita alguma preocupação, temos uma estrutura cuja atividade está suspensa há vários anos e sem solução visível, penso eu. Quanto tempo mais é que o Município vai continuar com esta situação? Faz sentido manter? Não sei.

É verdade que a situação está controlada, mas também é verdade que há aqui um aumento, sobretudo da dívida, penso eu. Para além disso, há um aumento crescente de despesas com o pessoal, esse aumento resulta de novas contratações ou resulta essencialmente de atualizações salariais? Para além disso, há outra questão que também gostaria de ouvir o Senhor Presidente relativamente a ela, que tem a ver com o fornecimento de serviços externos, que continuam, do meu ponto de vista, a ter algum peso e até diria um peso relevante.

Assim, Senhor Presidente, aquilo que para mim resulta deste documento é uma dúvida legítima sobre se estamos perante uma gestão equilibrada, sustentável e preparada para o futuro do Concelho de Mirandela ou não.

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Olho para as contas com preocupação, não apenas para saber se o Município cumpre ou não a lei, mas para perceber se o grupo municipal é sustentável, se os recursos estão a ser bem utilizados, se existem riscos escondidos nas participadas e se a estratégia económica do concelho está a produzir resultados, é aqui que as Contas nos devem preocupar.

Começo pelo ponto que é mais evidente. O resultado líquido de 2025 é negativo, cerca de 750 mil euros, em 2024 tinha sido positivo, cerca de 1,2 milhões de euros, portanto, estamos perante uma deterioração de 1,9 milhões de euros. O documento refere que os rendimentos aumentaram 2,48%, passando para cerca de 30,5 milhões de euros, mas os gastos aumentaram 9,85%, atingindo 31,26 milhões de euros, ou seja, a receita cresceu, mas a despesa cresceu muito mais e quando a despesa cresce muito mais depressa do que a receita, o problema não é apenas contabilístico, é um sinal económico de perda de eficiência.



É verdade que o Município apresenta uma situação confortável em termos de limite legal de dívida, o limite da dívida é de cerca de 36 milhões de euros e a dívida relevante é de cerca de 6 milhões. Significa que Mirandela está muito abaixo do limite legal, mas convém ser claro, cumprir o limite legal da dívida não é o mesmo que ter uma situação económica sem risco. Uma família também pode estar abaixo do limite do cartão de crédito e ainda assim estar a tomar más decisões de despesa, uma empresa pode ter capacidade de endividamento e mesmo assim estar a perder margem operacional, o mesmo se aplica ao Município.

O ponto central é este, a dívida formal está controlada, mas o resultado económico piorou e os riscos nas participadas continuam relevantes. O balanço consolidado mostra um ativo de cerca de 85 milhões, um passivo de 16 milhões e um património líquido de 68,9 milhões. São números aparentemente sólidos. A caixa também melhora, passando para cerca de 5 milhões, mas a pergunta económica não é apenas quanto temos ou quanto vale o ativo, a pergunta é se esse ativo está a gerar valor público? Se este património está ao serviço do desenvolvimento? Se as participadas estão a contribuir para a economia local ou se estão a acumular riscos que um dia podem recair sobre o Município.

Quanto ao Complexo Agro-Industrial do Nordeste e o Matadouro Industrial do Cachão, o Município de Mirandela tem 49 % da AIN e a AIN detém 100% do MIC. O próprio documento refere que a atividade do matadouro é tradicionalmente deficitária, cerca de 67 mil euros, isto exige uma resposta mais estruturada. Precisamos de um plano económico com números, prazos, responsabilidades e cenários. Quanto deve o MIC, quanto deve a AIN, que dívida é financeira, que dívida é comercial, que dívidas estão em litígio e que responsabilidades podem recair direta ou indiretamente sobre o Município? Qual o montante necessário para estabilizar a operação. Que investimento é necessário para modernizar o matadouro. Que volume mínimo de abates é necessário para garantir sustentabilidade. Estamos há anos a discutir este tema, mas ainda não o fizemos de forma verdadeiramente económica e estruturada.

Outro ponto preocupante é o Metropolitano Ligeiro de Mirandela, o Município detém 90% da entidade, os serviços ferroviários estão suspensos desde 2018. O documento refere a possibilidade de transferência para o operador privado ou eventual dissolução da empresa, mas também refere que o operador privado recebeu financiamento da EDP mas não concretizou o projeto e está prevista rescisão do acordo, isto é grave, estamos há anos perante uma entidade com atividade indefinida e futuro indefinido.

A Certificação Legal de Contas refere capital próprio negativo de 1,6 milhões e incerteza material quanto à continuidade. Do ponto de vista económico, isto não é aceitável de forma prolongada, ou existe missão clara, financiamento e plano de atividade, ou deve ser reestruturado, integrado ou dissolvido, não pode continuar indefinidamente num estado de suspensão.

Também merece atenção a estrutura da despesa consolidada. Os fornecimentos e serviços externos atingem cerca de 10,3 milhões de euros e os gastos com pessoal cerca de 10 milhões de euros. Em conjunto representam cerca de 20 milhões de euros, cerca de 65% da despesa do grupo autárquico, é importante definir com clareza o que se pretende para cada uma destas entidades.

Quero ainda sublinhar uma aparente contradição política, o documento refere que o Município tem margem de endividamento confortável e cumpre os limites legais, no entanto, quando falamos de estruturas estruturantes para o concelho, Cachão, regadio, agricultura, pecuária, mobilidade, habitação ou reabilitação urbana, ouvimos frequentemente que existem limitações financeiras. Então em que ficamos? Há margem financeira, mas não há estratégia? Há capacidade de endividamento, mas não há projetos maduros? Há solidez contabilística, mas falta ambição económica? Ou existe prudência porque existem riscos nas participadas que ainda não estão totalmente quantificados?

Termino com algumas perguntas concretas ao Senhor Presidente da Câmara. Como explica a passagem do resultado líquido consolidado de positivo em 2024 para negativo em 2025? Que medidas estão previstas para controlar o crescimento dos gastos, em particular fornecimentos e serviços externos e despesas com pessoal? Qual é o plano de viabilidade económica para a AIN e para o MIC? Qual é o montante total da dívida do MIC e que risco representa para o Município? Qual o calendário para o plano de reabilitação do Cachão? E qual é a decisão para o Metropolitano Ligeiro de Mirandela, manter, transformar, integrar ou dissolver? Que responsabilidades contingentes existem nas participadas e que provisões foram constituídas para as cobrir?

O que estas Contas mostram é simples, Mirandela cumpre os limites legais da dívida, mas isso não chega, existem problemas de eficiência, resultados económicos negativos e riscos relevantes nas participadas. Não está em causa a consolidação de contas enquanto instrumento contabilístico, está em causa o facto de estas contas revelarem decisões estruturais que continuam por definir.

Mirandela precisa de contas certas, mas precisa sobretudo de estratégia certa, transformar património, margem financeira e investimento em valor público e não em risco acumulado.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este ponto de discussão das Contas Consolidadas faz-me inevitavelmente voltar a 1995 no que diz respeito às Contas Consolidadas do Metropolitano de Mirandela e vamos ver se começamos a ter memória, não só memória daquilo que já passou, mas passarmos a ter memória futura e não passar sobre isto uma esponja branca sobre o comportamento do que foram os executivos desde 1995.

O Dr. *José Gama* em 1995, quando *Cavaco Silva* em 1992 desativou a linha de Carvalhais e de Mirandela a Bragança, como contrapartida, depois de dois anos a seguir, ter desativado e desanexado a linha do Tua do Plano Nacional de Ferrovia, o Dr. *José Gama* com iluminação que muito poucos poderiam ter na altura, eu ouvindo há pouco o Senhor Presidente naquela dissertação de que agora com o Tua, quando disse que até pode ser que o Município de Mirandela pegue nisto de uma forma positiva, eu digo-lhe, tenha cuidado Senhor Presidente, não prometam nem criem esperanças sobre aquilo que não pode fazer porque caímos hoje nesta situação. É que em 1992, quando o Dr. *José Gama* comprou as duas automotoras LR 2000, ficou a dever à CP 1,8 milhos de euros. Meus senhores, a contrapartida de nós termos as automotoras foram 1 milhão de dívidas da Câmara Municipal de Mirandela à CP de 1,8 milhões de euros.

Esta é a verdade pura e absoluta que não podemos cometer nem branquear, foi isto que ficou claro naquele protocolo que foi assinado com a CP, onde a Câmara Municipal de Mirandela ficou com 90% do capital e a CP ficou com 10%, portanto, quando nós quisermos falar da linha do Tua e daquilo que é o serviço público, temos que começar a pensar duas vezes naquilo que é o mais importante. Esta é uma permissiva daquilo que é o modelo neoliberal que está imposto desde a altura do professor *Cavaco Silva*,



que é começar a transmitir para os privados aquilo que deve ser uma função pública do Estado. Por isso é que pagamos impostos e o que fica claro aqui é que os lucros são para os privados, os prejuízos pagamos todos nós, esta é que é a matriz clara.

Exatamente da mesma maneira que me aconteceu com o Metro de Mirandela, com aquele iluminado Dr. *José Gama*, que ainda hoje estamos a pagar, independentemente dos acordos que possam ter a Câmara Municipal de altura, consecutivamente com o Presidente *José Silvano*, com *Júlia Rodrigues* e agora com *Vítor Correia*, ainda hoje estamos a pagar e hoje estamos a fazer uma avaliação daquilo que são as Contas Consolidadas destas entidades participadas pelo Município.

Fica claro que este modelo de desenvolvimento que na altura era o supramundo e que serviu para se ganhar eleições, para se vender a “banha da cobra” aos transmontanos, está aqui hoje a fatura. Estamos hoje a pagar essa fatura e fica claro que quando nós falamos do Metro de Mirandela e quando falamos do plano de mobilidade do Tua, aquilo que a CDU diz é que tem que ser a CP a assegurar esse transporte e não podem ser privados nem a Câmara Municipal porque não têm essa vocação. Isso repete-se para outras situações como a Escola Profissional de Carvalhais e como outras questões, mas já lá vamos.

Em relação ao Matadouro, o Matadouro é outra coisa no nosso concelho, na nossa vida comum, faz parte daquilo que hoje continuamos a assistir, que é o branqueamento total e absoluto das responsabilidades políticas que tiveram os executivos na altura. Responsabilidades políticas e eu até digo e é pena que o Executivo do Partido Socialista no primeiro mandato e no segundo não tiveram a coragem de pedir uma auditoria às contas, porque se nós iríamos ter muitas surpresas.

Em relação ao Complexo Agro-Industrial do Cachão, venderam-se terrenos, quintas, casas, lotes e mesmo assim a gestão foi sempre deficitária. Reparem bem, venderam-se quintas, lotes e casas e a gestão foi sempre deficitária e mais grave, em 2005, o Executivo do PSD fez um empréstimo bancário de 750 mil euros que é hoje aquilo que pesa desde 2005. O que pesa hoje nas contas da AIN e as penhoras são resultantes desse empréstimo que a Câmara Municipal de Mirandela, com o seu aval à Administração do Cachão na altura, não pagou, deixou de pagar à Banca e por isso é que hoje temos uma dívida ou um fundo imobiliário, não faço a mínima ideia de onde é que é, de quase 3 milhões de euros.

Vejam bem a irresponsabilidade e o cinismo que muitas das vezes aqui vimos declarar de que não somos contra isto porque gostamos do privado, porque tem que haver mais fontes de financiamento, ou seja, são as tais ilusões que se vendem à população de uma forma que eu digo sinistra e cínica.

Estamos a pagar hoje do empréstimo de 750 mil euros aquilo que pode ser o resultante, espero bem que não, e que a Câmara Municipal e que o Governo, através do seu Ministério da Agricultura, tenha essa visão estratégica que muitos destes senhores que aqui estão e que falam não têm, porque não podemos acreditar, e peço desculpa Senhor Presidente, “o ovo no rabinho da galinha”, não podemos acreditar.

Fica claro hoje que quando o PSD vem para aqui com a sua propaganda, porque eu acredito e vou-lhe tirar o chapéu Senhor Deputado, de que aquilo que andou aqui a fazer e votar contra a proposta da CDU foi porque era a CDU que propôs e teve medo que eu viesse aqui descartar isto. Foi na vossa governação que se penhorou o Complexo Agroindustrial do Cachão com um empréstimo de 750 mil euros que vocês (PSD) nunca pagaram à banca para a compra do lagar. Entretanto o lagar foi vendido e não sei para onde é que foi esse dinheiro, portanto, acho que era importante que os senhores tivessem essa perceção.

Em relação às Contas de Consolidação de Resíduos do Nordeste, eu não posso estar mais contente. São as Contas Consolidadas, ouvimos aqui vários Deputados, são as Contas Consolidadas e aquilo é uma empresa de futuro, mas eu pesava-me na consciência ter uma empresa de futuro onde tivesse trabalhadores constantemente contratados a prazo de uma forma exploratória., são explorados porque trabalham lá há 10, 15 anos, não têm progressão na carreira e eu agora gostava de ver os liberais e os neoliberais desta sala, porque há aqui muitos, como é que viam estar a trabalhar há anos com um contrato de 3 anos, entretanto essa empresa deixa de prestar serviço à Resíduos do Nordeste e volta a outra empresa e contrata-os e estão assim há 15 e 20 anos sem progressão na carreira, sem aumento de salário, porque continuam com o salário mínimo. Isto é uma vergonha, eu não posso aceitar como Deputado Municipal e vivendo nesta terra que possa haver pessoas a trabalhar 15, 20 anos desta forma exploratória.

Eu quase que dizia, para não ser tão cáustico, mas isto faz-me lembrar aquelas medidas que o Chega gosta de aprovar, venham os imigrantes e que trabalhem para nós como escravos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Assistimos mais uma vez a uma lição de história aqui do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, falou mais da história do que das Contas, mas com lapso se calhar de memória. É que o caos do Cachão começou muito antes, a seguir ao 25 de Abril, com uma gestão desastrosa. Sabe de quem? Eu estava muito próximo da situação quando os empréstimos do estado para o Cachão eram de milhões de contos, na altura não havia euros. O Senhor Deputado esqueceu-se de fazer o retrocesso ao princípio, mas tudo bem.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Seria bom, que com a entrada do novo Executivo as Contas negativas ou o passivo não entrasse na governação, seria ótimo, aliás, isso todos nós éramos governantes, na nossa casa, nas empresas onde trabalhamos, nas entidades e até na vida pública, mas assim não é. A herança tem passivo e deve ser gerida sem perder o norte, ou seja, olhar com a responsabilidade que a entidade, o Estado ou a Câmara têm em resolver esta situação.

Como já foi aqui dito, não atiremos as culpas para as costas dos outros, é fácil fazer isso, o que interessa é olhar para a realidade, olhar para as Contas. As Contas das associadas têm que ser vertidas nas Contas do Município e temos que dar algum tempo para que este Município possa arranjar soluções para os problemas. É isso que todos esperamos aqui e certamente é isso que irão fazer. Vou cingir-me à discussão das Contas Consolidadas.

Discutimos hoje a Consolidação de Contas 2025 do Município de Mirandela. Na Prestação de Contas individual, esta Bancada já afirmou que Mirandela fechou 2025 com contas equilibradas, indicadores financeiros positivos, estabilidade institucional e capacidade para continuar a investir. A Consolidação de Contas vem reforçar essa leitura porque confirma que mesmo quando analisamos o universo municipal de forma integrada, os sinais fundamentais são de solidez e responsabilidade.



É importante recordar que o perímetro de consolidação orçamental integra o Município de Mirandela e a Agro-Industrial do Nordeste, enquanto o perímetro de consolidação financeira é mais abrangente, incluindo também o Metropolitano Ligeiro de Mirandela, a AIN, o Matadouro Industrial do Cachão por via da participação da AIN e a Resíduos do Nordeste. Esta distinção é relevante porque procura dar uma imagem verdadeira e integrada da situação económica e financeira do grupo municipal.

Olhando para a demonstração consolidada do desempenho orçamental, os números são claros. Em 2025, a receita efetiva consolidada atingiu cerca de 34,8 milhões de euros, enquanto a despesa efetiva consolidada se fixou em cerca de 32,1 milhões de euros. Daqui resulta um saldo global positivo de aproximadamente 2,7 milhões de euros. Mais do que o número, este saldo traduz equilíbrio: a receita acompanha a despesa e a gestão mantém prudência e capacidade para continuar a responder às necessidades do concelho.

Também o saldo corrente é positivo, superior a 2,4 milhões de euros, e o saldo primário ultrapassa os 2,8 milhões de euros. Estes indicadores mostram que o Município e o grupo municipal conseguem assegurar a sua atividade. Há uma base financeira consistente, há controlo da despesa e há margem para investir.

No balanço consolidado, o total de ativos passa para cerca de 85,4 milhões de euros, registando um crescimento face a 2024. O património líquido consolidado atinge cerca de 68,9 milhões de euros, aumentando 4,79% relativamente ao ano anterior. Estes dados demonstram recurso patrimonial. O Município não está apenas a executar despesa, está a transformar investimento em património, em equipamentos e em infraestruturas.

A rubrica de caixa e depósitos também merece destaque, ao atingir cerca de 5,1 milhões de euros, com crescimento significativo face ao ano anterior. Isto traduz capacidade de tesouraria, estabilidade e segurança na gestão corrente.

Quanto ao passivo consolidado, é verdade que aumenta ligeiramente, fixando-se em cerca de 16,4 milhões de euros, mas este aumento deve ser lido no seu contexto, associado em parte ao crescimento de transferências e apoios de capital ligados aos investimentos em curso. Já foi aqui levantada essa questão: há transferências do Estado para financiar a parte dos investimentos.

Naturalmente, a consolidação também evidencia desafios. Embora o resultado líquido consolidado do período seja negativo em cerca de 742 mil euros, o resultado antes de depreciações e gastos de financiamento foi positivo no montante de cerca de 3,6 milhões de euros, o que demonstra o peso das depreciações e amortizações sobre os rendimentos gerados. Ou seja, o resultado operacional é positivo, mas o grupo económico está assim a reservar, pela via das amortizações e depreciações, um montante considerável para futura substituição do seu investimento.

Em 2025, os rendimentos aumentaram, mas os gastos cresceram de forma mais expressiva, nomeadamente em fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal, transferências e apoios concedidos, bem como pelo peso das depreciações e amortizações. A leitura responsável das contas exige olhar para o conjunto: desempenho orçamental, património, tesouraria, dívida, investimento e sustentabilidade.

No endividamento, a conclusão é inequívoca. O limite legal da dívida total é cerca de 36,4 milhões de euros, enquanto a dívida total relevante para efeito de endividamento se situa em cerca de 5,95 milhões de euros. Isto representa cerca de 16,34% do limite. O município dispõe assim de uma margem significativa, demonstrando cumprimento claro das regras legais e uma posição financeira robusta.

Senhoras e Senhores Deputados, a Consolidação das Contas mostra também que os desafios das entidades participadas existem e devem continuar a ser acompanhados com rigor, não só pelo município, mas pela região. Seja na valorização do Complexo do Cachão, seja no papel estruturante da Resíduos do Nordeste, seja no futuro do Metropolitano Ligeiro de Mirandela. Mas é precisamente por isso que a consolidação é importante: porque não esconde, integra; não simplifica, esclarece; não isola problemas, coloca-os no quadro global da responsabilidade municipal. Por isso, esta Bancada considera que a Consolidação de Contas confirma uma gestão equilibrada, prudente e orientada para o investimento.

Confirma que Mirandela tem estabilidade financeira, património reforçado, dívida reduzida, pagamento aos fornecedores em cerca de 14 dias e capacidade para continuar a concretizar projetos estruturantes para o concelho. A boa gestão financeira é condição para agir, investir e melhorar a vida das pessoas. E é isso que estas contas demonstram que Mirandela tem contas sólidas, tem margem para decidir e tem condições para continuar a construir o futuro.

Assim, em coerência com a nossa posição na prestação de contas, a nossa Bancada vota favoravelmente a consolidação das contas de 2025.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Importa só aqui dizer que estas contas já foram aprovadas. Nós estamos aqui apenas a incluir mais algumas empresas dentro deste perímetro, que são as contas do Município de Mirandela e de facto aquelas avaliações da Metro, da AIN e da MIC já tinha feito essa informação antes da hora de almoço, quando tive a oportunidade de responder a alguns Senhores Deputados e não vou agora voltar a falar nesse assunto. Sabemos quais são as fragilidades, apontei caminhos e apontei necessidades, considero que estão respondidas às questões que foram colocadas aqui.

É importante percebermos que as Contas foram aprovadas e que neste momento, a Consolidação das Contas de 2025 confirma a avaliação que já tinha sido feita nas Contas individuais, ou seja, o Município apresenta uma situação financeira sólida, equilibrada e sustentável.

A receita efetiva consolidada foi de 34,8 milhões de euros e a despesa efetiva de 32,1 milhões de euros, resultando num saldo positivo de aproximadamente 2,7 milhões de euros. O saldo corrente e o saldo primário mantêm-se positivos, mostrando capacidade de financiamento da atividade municipal e margem para investimento.

O património líquido consolidado aumentou 4,79%, atingindo cerca de 68,9 milhões de euros, refletindo o reforço patrimonial e a valorização dos ativos municipais. A tesouraria apresenta uma evolução positiva, com cerca de 5,1 milhões de euros em caixa e depósitos. Importa dizer que, mesmo com a remodelação que houve e com a redução dos prazos médios de cobrança, Mirandela continua entre os municípios com melhor capacidade de pagamento, situando-se em cerca de 17 dias, conforme bem sabem.



Apesar do resultado líquido consolidado ser negativo, cerca de 742 mil euros, este foi influenciado sobretudo pela integração da AIN, ainda assim, os resultados antes de gastos financeiros foram positivos em mais de 3,6 milhões de euros, evidenciando uma atividade operacional extremamente saudável.

A dívida municipal mantém-se muito abaixo do limite legal, cerca de 5,95 milhões de euros face a um limite de 36,4 milhões de euros, correspondendo apenas a 16,34% da nossa capacidade de endividamento. A Consolidação permite igualmente acompanhar os desafios das entidades participadas, integrando-as numa visão global e transparente da realidade municipal e aqui depois iremos tomar decisões em função da evolução que venham a ter no contexto que apresentam.

Em conclusão, as Contas confirmam uma gestão prudente, estabilidade financeira, capacidade de investimento e condições para continuar a desenvolver projetos estruturantes para o concelho. Esta é a realidade das Contas do Município de Mirandela e aquilo que a Consolidação das Contas de 2025 vem confirmar.

----- Efetuada a votação e estando 54 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal apreciou favoravelmente a Prestação de Contas Consolidada – 2025 – Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A., Agro-Industrial do Nordeste, EIM, S.A. e Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

4.3 - Aprovação da Proposta da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Mirandela e Submissão à Assembleia Municipal.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 28/05/2026, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e três votos contra, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Proposta da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela e a respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), conforme proposto.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Na última Assembleia e isso é regimental, a Mesa pode pedir a documentação que entender ao Executivo e explicações complementares sobre alguns assuntos a debater, foi o que aconteceu com a Prestação de Contas na reunião passada.

Hoje existe uma situação completamente diferente, não é regimental e fica na vossa mão optarem por ela ou não. O Executivo está-nos a proporcionar a hipótese de os Senhores Engenheiros aqui presentes, fazerem uma exposição de 10 minutos sobre o PDM, cerca de 10 minutos para uma explicação mais profunda.

Está na vossa mão decidirem se querem ouvir essas explicações ou não. O Plenário é que se pronuncia, o Plenário não vê mal algum nesta explicação complementar técnica e sedo assim, vamos prosseguir com uma abertura que poderá ajudar-nos eventualmente. Eu falo por mim próprio toda a informação que venha será interessante para eu ponderar a minha votação

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, eu não tenho nada contra isso, como sabe, conhece bem a minha opinião. O que não me parece correto é uma coisa, na nossa reunião de Líderes, eu questionei esta situação mais do que uma vez e foi dito que ninguém iria tomar da palavra para fazer este esclarecimento e assim sendo, os Grupos Municipais vêm com a sua opinião formada, com o trabalho feito, quem tinha que o fazer fê-lo, quem não tinha que o fazer também não vai ser agora que vai mudar o sentido de voto, portanto, a situação não vem aclarar nada àquilo que vai ser a votação.

Eu não vejo isto, até porque na Comissão Permanente de Líderes não foi isso que foi combinado e também tenho outra objeção ainda a colocar a esta situação. Da mesma forma que eu sou mais favorável a que estes assuntos estejam tecnicamente abordados, assim também o devia ter sido quando foi a apresentação de Contas, que tivesse sido tecnicamente a apresentação que aqui foi. Não foi tecnicamente, foi politicamente, portanto, hoje é um assunto político.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu já vos disse que o pedido de informações complementares ao Executivo é regimental, o pedido de informações técnicas fora desse âmbito não é e está na vossa mão. Não há dúvida nenhuma de que na Comissão de Líderes eu apalpei a sensibilidade de todos. Não me referia a técnicos, referia-me ao Executivo e toda a gente mostrou um desinteresse muito grande sobre isso. Facto que eu transmiti.

A questão que se coloca neste momento é uma informação técnica, está na vossa mão, Plenário, decidir estas coisas e já decidiu. Será sempre alguma informação. Eu também estou convencido de que a tendência de voto não vai alterar, mas se nós ficarmos com uma ideia mais precisa de pequenos pormenores, não faz mal nenhum para a Assembleia Municipal.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, a questão aqui, no meu caso concreto, é que eu ainda nem tenho o meu voto decidido, mas não são as senhoras técnicas que eu já ouvi nas sessões de esclarecimento, que vão orientar o meu sentido de voto, vai ser o Executivo, é o Senhor Presidente que eu quero ouvir responder às minhas questões.

Os técnicos eu já ouvi e, mais do que isso, até numa intervenção que fiz, quando da apresentação das reclamações, do meu ponto de vista entendi que tecnicamente tive todo o apoio, tive todos os esclarecimentos de que precisei, mas existem algumas questões que



podem mudar a minha votação final e que têm de ser o Executivo a responder-me, porque prestou declarações públicas sobre isso. Os técnicos não vão responder a isso e além do mais, Senhor Presidente, nós temos de ser coerentes e o Senhor Presidente neste momento não está a ser coerente, desculpe que lhe diga, porque assumimos um compromisso todos, acho que se devia manter.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhora Deputada, essa da coerência magoou-me e eu vou-lhe dizer porquê, aquilo que eu referi na Comissão Permanente de Líderes foi intervenção do Executivo, portanto, não deixo de ser coerente por causa disso.

Segundo, para mim é irrelevante que haja esta explicação ou não. Penso que qualquer explicação pode contribuir, não vejo mal nenhum. Terceiro, naturalmente que o Executivo vai responder, isto não vai invalidar as respostas próprias do Executivo. De qualquer maneira, a coerência vai mais longe, é respeitarmos a vontade deste Plenário, sendo assim vamos prosseguir para esta explicação complementar sobre o PDM.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, eu, a partir da próxima Comissão Permanente de Líderes, a não ser que a minha Bancada me mande expressamente lá ir, nunca mais lá irei.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, faça como entender, falta de coerência já assisti de facto na nossa Comissão de Líderes, mas não é este o caso. Eu já assisti a isso, o ir ou não ir é uma opinião própria e digo-lhe mais Senhor Deputado *Rui Sá*, tudo o que é informação complementar, para mim, que leio, estou sempre a precisar de mais informação, oiço e parece-me que não é suficiente.

O Senhor elaborou um documento muito interessante, foi pena vir tão tarde, porque senão tinha-lhe pedido que o divulgasse, que também seria uma ótima ajuda para todos os Membros desta Assembleia e eu acho que, para além disto, aconteça o que acontecer na votação, deve divulgá-lo até na comunicação social, porque isso vai enriquecer-nos em termos de opinião.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, ele só veio tarde, como deve entender, pela imensidão de documentos que nos foi dada para consultar e para estudar em tão pouco tempo. Eu não quero estar a atribuir méritos, mas produzir um documento daqueles é quase humanamente impossível, portanto, se pretendem que os Grupos Municipais e quem compõe os Grupos Municipais façam um trabalho sério, mandem-nos essa informação atempadamente, porque eu estou certo de que o PDM tinha documentos consolidados que podiam ter chegado à nossa mão há pelo menos um mês e não foi isso que aconteceu.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu continuo a valorizar o seu documento, aliás, tive a oportunidade de expressar isso pessoalmente e se o PDM passar, se calhar ainda é mais importante do que até antes.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com todo o respeito que lhe devo e que lhe tenho, deixe-me dizer-lhe que eu acho que está a confundir um bocadinho o nosso papel na Assembleia Municipal, nós temos um papel enquanto Deputados de fiscalização, portanto temos de colocar questões, analisar criticamente aquilo que nos é apresentado e tomar uma posição, nós não temos de colaborar com o Executivo.

Uma coisa é dizerem-me “faz Oposição por fazer”, não é isso que eu faço, portanto, o meu papel aqui não é colaborar com o Executivo, o meu papel aqui é questionar, analisar criticamente e opor-me sempre que entender que isso não favorece em nada os mirandenses e parece-me que o Senhor Presidente está a confundir um bocadinho as coisas, mas há já algum tempo, não é só hoje.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu peço imensa desculpa, não concordo absolutamente em nada consigo. Primeiro, nós não somos só um Órgão fiscalizador. Segundo, nós somos um Órgão deliberativo. Terceiro, somos um Órgão para acompanhar o trabalho do Executivo e que fique bem claro de uma vez por todas, eu não tenho nenhum interesse, nem o meu voto aqui mexeria em nada, em haver ou não uma explicação. Não vejo mal, pelo contrário, mas não estou com nenhuma tendência de fazer um favor ao Executivo.

Eu coloquei-vos a questão. Eu estou a fazer algum favor ao Executivo? Eu sou muito imparcial nesta situação, sou, fui sempre e vou continuar a ser e que isto fique bem entendido para todos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Eu tenho de reforçar aqui as palavras do Senhor Presidente, porque de facto, a Comissão Permanente não se pode sobrepor ao Plenário desta Assembleia. Se o Senhor Presidente colocou em Plenário esta questão e foi votada, temos de respeitar este Órgão máximo que é a Assembleia Municipal.

----- A Eng.^a *Catarina Amorim*, autorizada a intervir, disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.



Esta proposta que trazemos aqui hoje é o culminar de um processo que foi iniciado em 2019, mas que, na verdade, se desenvolveu essencialmente entre 2020 e 2025 e que envolveu um extenso trabalho técnico e de acompanhamento interno e externo, e que esperamos que culmine com sucesso esta tarde. Este é o cronograma. Não me vou alongar, mas apenas para terem uma ideia do extenso que foi e de quantas etapas isto teve, quantos momentos de concertação, de reunião, passos à frente, passos atrás, até que chegamos aqui a esta reunião. O processo, de facto, não foi simples e foi marcado por vários desafios, nomeadamente tendo em atenção os fatores externos e as exigências externas que envolvem, nomeadamente a concertação dos interesses de 28 entidades que compõem a comissão consultiva e que foram chamadas a participar e a acompanhar todo o processo.

Este processo, desde o seu início, teve sempre um ponto crítico, que é a questão da suspensão das áreas urbanizáveis. Como penso que a maioria de vocês saberá, com a entrada em vigor da legislação em 2015, o solo urbanizável desapareceu e, portanto, os diplomas determinam que essas áreas, não havendo alteração aos planos, revisão, procedimentos de alteração por adaptação à legislação, essas áreas de solo urbanizável, há de haver um momento em que elas vão ser suspensas e, portanto, o licenciamento dessas áreas deixa de poder ser possível. Essa suspensão inicialmente tinha um prazo para acontecer. Houve vicissitudes diversas, adiamentos por vias de COVID, etc e portanto, o prazo para a suspensão acabou por desaparecer do texto legislativo, porém ela está prevista e, portanto, este foi sempre um ponto crítico que acompanhou todo o processo.

Nós desde o início, aliás, convém referir que já a primeira Revisão do PDM tinha sido aprovada à luz de um regime transitório, uma vez que o desaparecimento dos espaços urbanizáveis aconteceu com a publicação da Lei de Bases logo em 2014. A primeira Revisão é de 2015 e portanto, foi possível manter as áreas urbanizáveis durante estes últimos 11 anos. Porque o PDM, a primeira Revisão beneficiou desse regime transitório. PDM aprovados no final de 2015, no início de 2016, já não têm solos urbanizáveis.

Desaparecem os solos urbanizáveis e então os municípios vão ter que reavaliar todas essas áreas, seja no contexto de uma revisão, no contexto de uma alteração do procedimento que tenha sido ou escolhido ou tenha sido dada a indicação para fazer, têm que as reavaliar e têm que as avaliar à luz de um conjunto de critérios que a lei estabelece.

Relativamente ao processo, nós consideramos que ele teve dois momentos, podemos considerar dois momentos-chave: um que resulta da apresentação da primeira proposta de plano à comissão consultiva e à apreciação da CCDR-N, portanto, em que foi apresentada uma proposta de ordenamento, não só do solo urbano, estamos aqui a centrar um bocadinho na questão do solo urbano, porque é claro que é sempre aquela que suscita mais questões e a discussão pública veio mostrar isso. Foi submetida à apreciação da CCDR-N. A CCDR-N identificou 244 áreas que analisou ao detalhe e entendeu que a grande maioria não tinha enquadramento para serem consideradas solo urbano. A Câmara ponderou, entendeu de forma diferente, defendeu, e entre estes dois momentos da apreciação da CCDR-N e da ponderação da Câmara chegámos à conclusão de que havia necessidade de concertar cerca de 120 áreas, que foram discutidas quase metro a metro com a CCDR-N.

O segundo momento-chave foi o da segunda reunião da Comissão Consultiva, que foi a conferência procedimental que encerra o acompanhamento do PDM, em que todas as entidades representadas na comissão consultiva, as 28 entidades, dão a sua pronúncia final. Neste contexto, tivemos a agradável surpresa de não ter nenhum parecer desfavorável, não houve nenhuma entidade a emitir parecer desfavorável à proposta final do plano. Houve nove entidades que não se pronunciaram e por isso, é considerado que na da tinham a opor à proposta de plano. Dez entidades deram parecer favorável condicionado, o que nos levou à necessidade de fazer reuniões setoriais com algumas delas para dirimir algumas questões e alisar algumas arestas, nomeadamente com a CCDR-N, com a APA, ARH e com o património cultural e depois tivemos oito pareceres favoráveis, entre eles, desde logo, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de Mirandela, com isto encerrou-se o processo de acompanhamento e foi possível avançar então para a proposta final de plano a submeter à discussão pública.

De forma sintética, da evolução do solo urbano da primeira revisão para a segunda revisão, lembrar que o plano não se esgota no solo urbano, não é? Num concelho como Mirandela, o solo rústico tem muita expressão. Há uma contração do solo urbano de cerca de 6,9% entre a primeira revisão e a segunda revisão. Convém ter presente que na primeira revisão, no PDM que está neste momento em vigor, temos 520 hectares de solo urbanizável, dos quais cerca de 65%, foi possível manter em solo urbano, o que nos parece que foi uma conquista importante, até tendo em atenção que muito desse solo urbanizável permanece ainda por ocupar ou infraestruturar, mas ainda assim o município assume o compromisso da sua execução no horizonte de 10 anos do plano.

A discussão pública, tal como disse, foi participada, houve muito interesse nas sessões promovidas pelo município e acompanhamento técnico. Foram apresentadas 158 participações, algumas com diversas questões. Todas elas foram objeto de uma análise individual, procurando naturalmente fazer uma verificação de um conjunto de critérios uniformes. Desta participação pública ainda foi possível recuperar cerca de 39 hectares de solo urbano. Chegados aqui, o município está neste momento a proceder ao envio das respostas aos municípios que participaram.

Estamos na Assembleia Municipal, que é a casa onde o plano é ou não aprovado. Temos dois cenários possíveis: aprovação do plano e seguimento da tramitação até publicação em Diário da República e entrada em vigor, ou não, a aprovação do plano, mantendo-se em vigor o plano de 2015, a primeira revisão, com a possibilidade de a CCDR-N avançar para a suspensão das áreas de solo urbanizável. O município irá responder, naturalmente, irá identificar e fundamentar que áreas é que entende que apresentam características para se manterem em solo urbano, com base, naturalmente, na segunda revisão e na fundamentação que levou à sua integração em solo urbano.

O que teremos até à tomada de decisão da CCDR-N, a CCDR-N comunica a suspensão, o município defende as suas áreas e a CCDR-N irá dizer de sua justiça. Não sabemos quanto tempo é que isto demora, não fazemos ideia, não aconteceu ainda, estes processos de suspensão ainda não aconteceram. E, portanto, até que a CCDR-N se pronuncie, os atos urbanísticos nas áreas de solo urbanizável ficam suspensos na totalidade, independentemente de serem solos urbanizáveis habitacionais, solos urbanizáveis afetos a equipamentos ou afetos a atividades económicas.

Todas as categorias de solos urbanizáveis ficarão com os atos urbanísticos suspensos nessa área. Ou seja, ficamos com áreas de vazio em termos de ordenamento. No resto do território continuará a aplicar-se o PDM de 2015, com as normas que estão em vigor, com a certeza de que a CCDR-N, à partida, não irá aceitar. No fundo, as áreas a que a CCDR-N irá, à partida, dar o seu aval serão aquelas para as quais deu o seu aval no âmbito da reunião final, na reunião de conferência procedimental, em que, no fundo, deu a sua aprovação à proposta de ordenamento do plano.



----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada, Senhora Eng.ª *Catarina Amorim*. Agradecemos a exposição, porque penso que nem todos os Senhores Deputados tinham ouvido esta explicação, apesar de alguns já terem assistido a uma exposição semelhante, penso que foi enriquecedor.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Discutimos hoje uma das matérias mais importantes que esta Assembleia Municipal é chamada a decidir. Não estamos perante uma obra, não estamos perante um protocolo, não estamos perante uma decisão conjuntural, estamos perante um instrumento que condicionará a utilização do território, o investimento, a habitação, a atividade económica e o desenvolvimento do concelho durante muitos anos. Por isso, esta não deve ser uma discussão partidária, deve ser uma discussão sobre o futuro de Mirandela.

O Grupo Municipal do PSD analisou esta revisão com seriedade, independência e sentido de responsabilidade. Fê-lo através de um estudo da proposta, do regulamento, dos pareceres, dos contributos recolhidos durante a participação pública e da análise de diferentes realidades territoriais do Concelho de Mirandela e a primeira conclusão a que chegamos é simples, esta revisão possui méritos que devem ser reconhecidos. Existe uma visão territorial globalmente coerente, existe preocupação com a sustentabilidade ambiental, existe preocupação com a proteção dos recursos agrícolas e florestais, existe uma estratégia de consolidação urbana e de contenção da dispersão edificatória. Existe, em suma, um esforço técnico que merece reconhecimento, seria injusto não o dizer, mas reconhecer os méritos do plano não significa abdicar de uma análise crítica, pelo contrário, significa avaliar se as opções agora propostas respondem adequadamente aos desafios que Mirandela enfrentará nas próximas décadas e é precisamente aqui que surgem as nossas maiores reservas.

Ao longo desta análise, fomos progressivamente chegando a uma conclusão que considero fundamental, o principal desafio estrutural de Mirandela não é urbanístico, o principal desafio estrutural de Mirandela é demográfico, é a perda de população, o envelhecimento, a dificuldade em fixar jovens, a dificuldade em atrair novos residentes, a necessidade de criar condições para que quem saiu possa regressar e a necessidade de garantir que as nossas freguesias continuem a ter pessoas, atividade económica e vida comunitária, por isso, quando analisamos um plano diretor municipal, a pergunta mais importante não é apenas saber o que vamos proteger. A pergunta mais importante é saber se estamos também a criar condições para que o território continue a ser habitado, vivido e desenvolvido.

O PSD não questiona a necessidade de proteger os recursos naturais, não questiona a importância da Reserva Agrícola Nacional, não questiona a importância da Reserva Ecológica Nacional, não questiona a necessidade de preservar o solo agrícola e florestal, nem questiona a necessidade de evitar fenómenos de urbanização dispersa e desordenada, mas questiona se o equilíbrio encontrado responde plenamente aos desafios demográficos que algumas freguesias enfrentarão nos próximos anos.

Ao longo deste processo, analisámos diferentes realidades do concelho, a cidade de Mirandela, a vila da Torre Dona Chama, Carvalhais, Abambres, Vale de Gouvinhas e diversas freguesias rurais e a dúvida que permanece é legítima, será que as freguesias com maior potencial de atração residencial dispõem da flexibilidade necessária para responder a futuras necessidades habitacionais? Será que estamos a criar condições suficientes para acolher famílias que pretendam regressar ao nosso concelho? Será que estamos a preparar o território para responder a novas dinâmicas populacionais que possam surgir na próxima década?

Aproveito para referir a particularidade da aldeia de Pereira, como bem sabemos, tem uma Irmã, a Irmã São João, em processo de canonização, aliás, um processo já bastante avançado e a questão que se coloca é, está o plano preparado para poder responder à realidade de Pereira poder vir a tornar-se um centro de peregrinação?

Não afirmamos que a resposta seja negativa, mas entendemos que a pergunta deve ser colocada, porque proteger o território é uma obrigação, mas garantir que existem pessoas para o viver também o é, porque o território sem população não tem futuro e porque a melhor forma de proteger uma paisagem é garantir que existe uma comunidade capaz de a valorizar, preservar e dinamizar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, existe ainda um aspeto que importa recordar, em 2015, a primeira Revisão do Plano Diretor Municipal foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia Municipal. Na altura, todos reconheceram a importância de dotar Mirandela de um instrumento de planeamento atualizado e todos compreenderam que nenhum plano é perfeito nem definitivo, aliás, o próprio Presidente da Câmara de então, afirmava que uma das vantagens daquele instrumento residia precisamente na sua capacidade de adaptação futura. Essa ideia mantém-se hoje com toda a atualidade. Nenhum Plano Diretor Municipal encerra definitivamente a discussão sobre o território, nenhum Plano resolve todos os problemas, nenhum plano antecipa todas as oportunidades. Os planos existem para orientar e quando necessário, serem aperfeiçoados, por isso, as reservas que hoje manifestamos não devem ser entendidas como uma rejeição do trabalho realizado, mas sim como uma contribuição legítima para uma reflexão que continuará nos próximos anos.

Dito isto, há igualmente uma realidade que não ignoramos. Este processo prolonga-se há muito tempo. O concelho necessita de um quadro de planeamento atualizado, os cidadãos necessitam de regras claras, os investidores necessitam de previsibilidade, o Município necessita de instrumentos adequados para gerir o território. A inexistência de uma revisão concluída também tem custos, tem custos para os particulares, tem custos para as empresas e tem custos para o desenvolvimento do concelho e os planos podem e devem ser melhorados. O tempo perdido é tempo que dificilmente poderá ser recuperado.

Ao longo dos últimos dias, o Grupo Municipal do PSD procurou analisar esta proposta com profundidade, ouvindo diferentes sensibilidades e diferentes perspetivas sobre a realidade territorial do concelho. Desse trabalho resultam conclusões amplamente partilhadas. Reconhecemos os méritos da revisão, reconhecemos o esforço técnico desenvolvido, reconhecemos a importância de dispor de um instrumento de planeamento atualizado, mas identificamos igualmente reservas legítimas relativamente a algumas opções desta proposta, em particular no que respeita à capacidade de determinadas freguesias responderem aos desafios da renovação demográfica, da atração de novos residentes e da criação de oportunidades de fixação de população.

Contudo, também reconhecemos que estamos perante uma matéria particularmente sensível, profundamente ligada ao território e às diferentes realidades locais do concelho. Por essa razão, o Grupo Municipal do PSD deliberou, na sua reunião preparatória, conceder liberdade de voto aos seus Membros relativamente a esta Proposta, não por falta de análise, não por falta de trabalho, não



por ausência de posição partidária, mas porque entendemos que a proximidade de cada eleito às populações e ao território que representa pode legitimamente conduzir a diferentes apreciações sobre o sentido de voto mais adequado.

Aquilo que nos une é mais importante do que aquilo que nos diferencia. Une-nos a preocupação com o futuro de Mirandela, a defesa das nossas freguesias, a necessidade de criar condições para fixar população, atrair investimento e promover qualidade de vida, e a convicção de que o debate sobre o território não termina com a aprovação deste plano ou desta revisão. Pelo contrário, a responsabilidade de acompanhar a sua execução, avaliar os seus efeitos e corrigir aquilo que a experiência vier a demonstrar continuará a ser de todos nós, porque o nosso compromisso não é apenas com este plano ou esta revisão, mas acima de tudo com o futuro de Mirandela.

----- A Senhora Deputada Municipal *SANDRA GRILO* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Hoje discutimos um dos documentos mais importantes para o futuro do Concelho de Mirandela, a segunda Revisão do Plano Diretor Municipal, este Plano Diretor Municipal não é apenas um documento técnico, não é apenas um conjunto de plantas, regulamentos, condicionantes e pareceres. O PDM é, na prática, a constituição territorial do concelho. É um instrumento que define onde se pode construir, onde se pode investir, onde se pode instalar atividade económica, onde se pode criar habitação, onde se pode expandir uma aldeia, uma empresa, uma exploração agrícola, um equipamento público ou uma oportunidade de futuro.

Por isso mesmo, uma revisão do PDM exige máxima transparência, máximo rigor e máximo esclarecimento político. E é exatamente aqui que começam as nossas reservas. Não estamos contra a revisão do PDM. Pelo contrário. Não estamos contra o ordenamento do território, não estamos contra a proteção ambiental, nem contra o cumprimento das exigências legais e das orientações da tutela.

Mirandela precisa de um PDM moderno, claro, funcional e compatível com os desafios do presente. Mas não podemos aceitar que uma decisão desta dimensão seja tratada como se fosse apenas uma formalidade administrativa.

Segundo a informação que nos é apresentada, a proposta de revisão do PDM foi aprovada em Câmara por maioria, com quatro votos a favor e três votos contra. Isto significa que nem no Executivo houve consenso. E quando estamos perante um documento estrutural para o futuro do concelho, esta divisão política deve ser levada muito a sério.

Um dos pontos mais preocupantes é a redução do solo urbano em cerca de 7%, pode parecer um número pequeno de forma abstrata, mas no território representa terrenos, expectativas, possibilidades de construção, potenciais investimentos, aldeias que podem ficar mais limitadas, famílias que podem ver condicionada a possibilidade de construir ou reabilitar, e freguesias que já lutam contra o despovoamento e que podem ficar ainda com menos margem para crescer.

Por isso, a pergunta que se impõe é simples: onde é que estes 7% de solo urbano desaparecem? Quais são as freguesias mais afetadas? Que lugares perdem área urbana? Que zonas da cidade de Mirandela são abrangidas? Que terrenos deixam de ter capacidade construtiva? E que impacto terá isto na habitação, na fixação dos jovens, na reabilitação de edifícios, nos pequenos investimentos particulares e nos investimentos municipais futuros?

Estas perguntas não são detalhes técnicos, são questões políticas essenciais. Num concelho como Mirandela, que perde população, que envelhece, que precisa de atrair investimento e de fixar jovens e famílias, não podemos aprovar uma redução de solo urbano sem sabermos exatamente quem é afetado, onde é afetado e porquê.

A redução pode ter fundamentos legais ou técnicos, mas, se tem fundamento, então deve ser explicada com clareza. A Assembleia Municipal deve receber mapas comparativos freguesia a freguesia, lugar a lugar, com indicação das áreas que deixam de ser solo urbano, das razões dessa alteração e dos impactos previsíveis. Não basta dizer que decorre de exigências da tutela. A tutela pode impor regras, mas cabe ao Executivo explicar as consequências dessas regras para o concelho e defender, dentro da legalidade, o interesse estratégico de Mirandela.

Ordenar o território não pode significar, “encolher” o concelho. Não pode significar, reduzir oportunidades sem explicação. Não pode significar, impor restrições que, no papel, parecem técnicas, mas que, na vida concreta das pessoas, podem condicionar projetos, investimentos e expectativas legítimas.

Há também uma questão que nos preocupa: a falta de clarificação estratégica sobre a futura linha ferroviária de alta velocidade, vulgarmente associada ao TGV. Se existe a possibilidade de uma infraestrutura desta dimensão atravessar ou influenciar o concelho de Mirandela, então o PDM deve acautelar essa realidade, salvaguardar corredores, compatibilidades, acessibilidades, oportunidades económicas e eventuais condicionantes. O PDM não deve apenas responder ao presente, deve preparar o futuro.

E aqui deixo uma pergunta direta ao Executivo: esta revisão do PDM prepara Mirandela para beneficiar da alta velocidade ou limita-se a não criar conflitos administrativos? Porque uma infraestrutura desta natureza não pode ser vista apenas como uma linha num mapa. Pode significar acessibilidade, centralidade, logística, atração de investimento, novas oportunidades económicas e reforço do posicionamento de Mirandela no território regional. Para isso é preciso visão. E essa visão não está clara na proposta que nos é apresentada.

Também nos preocupa o modo como a discussão pública é apresentada. É referido que foram realizadas quatro sessões de esclarecimento e que foi elaborado um relatório de ponderação. Muito bem. Mas a questão essencial é saber que impacto teve essa participação pública: quantas reclamações, observações e sugestões foram apresentadas? Quantas foram aceites? Quantas foram rejeitadas? Com que fundamentos? Que alterações concretas foram introduzidas na proposta final após a discussão pública? Os cidadãos foram ouvidos apenas formalmente ou a sua participação teve consequências reais?

A democracia local não se cumpre apenas abrindo um período de discussão pública. Cumpre-se quando os contributos são verdadeiramente ponderados e quando os eleitos conhecem com detalhe o resultado dessa ponderação. Por isso, esta Assembleia não pode ser chamada apenas a validar um processo que já vem fechado. Esta Assembleia deve discutir o conteúdo, os impactos e a visão estratégica do PDM.



O PDM deve responder às perguntas fundamentais: que concelho queremos daqui a 10 ou 20 anos? Queremos um concelho que continue a perder população ou um concelho que crie condições para fixar pessoas? Queremos aldeias com futuro ou aldeias cada vez mais condicionadas? Queremos facilitar a reabilitação e a habitação ou criar mais obstáculos? Queremos atrair investimento agrícola, agroindustrial, turístico e empresarial ou queremos limitar ainda mais a capacidade de iniciativa? Queremos preparar Mirandela para a alta velocidade, para as novas acessibilidades e para as novas oportunidades ou queremos apenas cumprir uma obrigação administrativa?

Estas são as perguntas que devem orientar uma revisão do PDM e sinceramente, da informação que nos foi apresentada não resulta claro que tenham tido respostas suficientes.

Deixamos, por isso, algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara: qual é a área exata de solo urbano que o concelho perde com esta revisão do PDM? Quais são as freguesias e os lugares mais afetados por esta redução? Que impacto terá esta redução na capacidade de construção, reabilitação ou investimento das populações? Que reclamações ou sugestões foram apresentadas durante a discussão pública e quantas foram efetivamente acolhidas? Que garantias dá o Executivo de que esta revisão não penaliza as freguesias rurais e não reduz ainda mais a sua capacidade de fixar população?

Que corredor condicionante ou de salvaguarda fica previsto relativamente à futura linha de alta velocidade? De que forma este PDM contribui para atrair investimento, criar habitação, apoiar o setor primário, desenvolver a agroindústria e reforçar a competitividade do concelho?

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, um PDM não deve ser aprovado apenas porque chegou ao fim do procedimento. Deve ser aprovado quando há confiança política, clareza técnica e uma visão estratégica. Neste caso, temos dúvidas sérias sobre a redução do solo urbano, sobre o impacto nas freguesias, sobre a proteção do potencial de desenvolvimento do concelho, sobre a articulação com a alta velocidade e sobre a verdadeira incorporação dos contributos da discussão pública.

O PDM de Mirandela precisa de um documento que ordene, sim, mas que também dê futuro; que projete o território, que não bloqueie o desenvolvimento, que respeite o ambiente, mas compreenda as necessidades das pessoas; que combata a dispersão, mas não condene as aldeias à imobilidade; que cumpra a lei, mas que também defenda Mirandela.

Por isso, deixo esta ideia final: o PDM não pode ser um documento que reduz as possibilidades de um concelho. Tem de ser um documento que organiza, qualifica e projeta o futuro de Mirandela. Precisamos de mais transparência, mais dados, mais mapas, mais explicações e mais estratégia.

----- A Senhora Deputada Municipal *FILIPA CERQUEIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Discutimos hoje um documento essencial para o futuro de Mirandela, a revisão do Plano Diretor Municipal. Importa começar por dizer, com toda a clareza, que este não é um capricho político nem uma opção circunstancial deste ou daquele Executivo. Antes de mais, é uma obrigação legal. A Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial impuseram uma alteração profunda ao modo como os municípios classificam e qualificam o solo.

O antigo conceito de solo urbanizável deixou de poder ser tratado como no passado. Os municípios foram chamados a fazer escolhas, a fundamentá-las tecnicamente e a adequar os seus planos à nova lei. Foi isso que Mirandela fez.

Este processo não foi simples, nem foi feito de ânimo leve. O município teve de articular a proposta com 28 entidades externas, entre organismos da administração central, entidades regionais, autoridades setoriais e municípios vizinhos. Foram ouvidas entidades com responsabilidades no ambiente, na agricultura, nas florestas, nas infraestruturas, no património, na proteção civil, nas comunicações, na energia, na aviação civil e noutras áreas determinantes para o ordenamento do território.

Houve pareceres, houve reuniões, ajustamentos, correções e ponderações. Este plano é, por isso, resultado de um trabalho técnico exigente, de concertação institucional e de responsabilidade pública. Também não é irrelevante sublinhar que a representante da Assembleia Municipal de Mirandela na Comissão Consultiva do PDM declarou, em 06 de março de 2025, na reunião plenária da Comissão Consultiva do Procedimento da Segunda Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela, estar de acordo com a proposta deste plano. Tal consta da Ata e da documentação remetida à Assembleia Municipal.

Este facto deve ser valorizado porque demonstra que a Assembleia Municipal não chega a este momento à margem do processo. Pelo contrário, esteve representada, acompanhou os trabalhos e a sua representante manifestou concordância com a proposta que hoje vamos votar.

Muito se tem dito sobre a redução dos perímetros urbanos, mas convém esclarecer a verdade. A redução ocorre essencialmente na cidade de Mirandela e incide, em grande medida, sobre solos urbanizáveis que, na prática, não tinham verdadeira vocação para a construção. Eram áreas que estavam no papel, mas não correspondiam a uma estratégia realista, sustentável e financeiramente responsável de crescimento urbano, por serem áreas verdes.

Manter artificialmente solo urbanizável sem capacidade efetiva de execução não é defender o desenvolvimento; é criar ilusão, é alimentar expectativas que, mais tarde ou mais cedo, acabam por prejudicar os proprietários, os investidores e o próprio município.

O novo PDM procura fazer o contrário: concentrar o crescimento onde ele faz sentido, reforçar a cidade consolidada, valorizar os espaços centrais, promover a reabilitação urbana, ordenar melhor as atividades económicas e proteger os solos que devem ser protegidos por lei.

Este plano não fecha Mirandela. Este plano abre Mirandela ao futuro, com regras claras. E é precisamente aqui que devemos ser muito responsáveis. A não aprovação da segunda revisão do PDM prolongaria a desconformidade com o atual quadro legal da classificação dos solos, que elimina a anterior categoria de solo urbanizável, exigindo a reclassificação fundamentada do território em solo rústico e solo urbano.

Adiar esta decisão seria imprudente para o investimento privado no concelho, pois comprometeria a programação do investimento municipal e a execução de operações urbanísticas. Mais grave ainda, poderíamos comprometer candidaturas e financiamentos comunitários, num tempo em que os municípios competem por fundos do Portugal 2030, do Norte 2030, do PRR e de outros



instrumentos nacionais e europeus. Não ter um PDM atualizado, coerente e legalmente conforme é perder capacidade de afirmação, é perder oportunidades, é colocar Mirandela em desvantagem face a outros territórios.

Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia, votar favoravelmente este PDM é votar pela legalidade, pela estabilidade, pela confiança e pelo desenvolvimento económico. É dar segurança aos munícipes, aos investidores e aos serviços municipais. É permitir que Mirandela tenha um instrumento atualizado para planear habitação, atividades económicas, equipamentos, mobilidade, ambiente, património e proteção civil.

Naturalmente, nenhum PDM é perfeito. Um plano desta dimensão nunca agrada a todos, nem resolve tudo de uma só vez. Mas este PDM é sério, é tecnicamente fundamentado, foi articulado com entidades competentes e responde às exigências da lei. Este Plano Diretor Municipal não é fechado. Bem pelo contrário: permite sempre que solos não previstos como urbanos possam ser objeto de um plano de pormenor com efeitos registais, a apresentar pelos proprietários e sujeito a deliberação da Assembleia Municipal.

Por isso, hoje não estamos apenas a votar um documento técnico, estamos a decidir se Mirandela quer avançar com segurança ou ficar bloqueada na incerteza. Em nome da responsabilidade, da legalidade e do futuro económico do concelho, defendemos, de forma consciente e segura, a aprovação desta revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Antes de mais, dizer que ainda não tenho uma decisão sobre o sentido do meu voto, como já tinha dito há pouco. Não tenho, em primeiro lugar, porque entendo que este não é um documento qualquer, é sim, um documento que condicionará o desenvolvimento do nosso concelho durante muitos anos.

Particpei na sessão pública de esclarecimentos, apresentei quatro reclamações, li, o melhor que consegui, a documentação que foi enviada, ouvi as declarações do Senhor Presidente da Câmara e de alguns Senhores Vereadores da AD, e de alguns munícipes, alguns que até hoje estiveram nesta Assembleia e também prestaram aqui o seu contributo à discussão desta matéria.

Vou colocar aqui algumas questões. Vou mantê-la tal como a tinha, apesar de a senhora técnica que veio prestar esclarecimentos ter respondido aqui a uma dessas questões. No entanto, vou continuar a querer ouvir o executivo relativamente a ela e, portanto, vou fazê-lo com tempo. Não me vou apressar em relação ao tempo, porque acho que este documento também merece que nós percamos o tempo que tiver de ser perdido. E vou colocar todas as questões que tinha preparado colocar.

Nesse sentido, pergunto, Senhor Presidente, em primeiro lugar: quantas das 158 participações apresentadas pelos munícipes foram recusadas e quantas foram aceites, total ou parcialmente? De facto, a esmagadora maioria das reclamações pretendia alterações de classificação do solo, aumento da capacidade edificatória e integração em perímetros urbanos. Por isso, penso que é importante saber quantas reclamações foram aceites, total ou parcialmente, e quantas foram recusadas, no sentido de perceber até que ponto foi pedida a participação pública e essa mesma participação teve influência efetiva na decisão. Ou seja, até que ponto as suas declarações públicas, e passo a citar: *“É conveniente que todos os intervenientes tenham a noção de que esteve em consulta pública, que houve 158 participações e que foi muito discutido, não passam de meras declarações políticas e vão ao encontro da realidade desta proposta”*.

O próprio relatório refere que a proposta de regulamento foi objeto de reanálise e que foi feita uma reapreciação global do documento com base na participação pública. Assim, o grande argumento do Senhor Presidente na defesa desta proposta, na minha opinião, é o de que houve 158 participações e que o plano foi muito discutido. Então, se houve reapreciação na sequência dessas participações, diga-nos claramente o que é que neste plano mudou por causa dos contributos dos munícipes?

Acrescento mais, o relatório refere que, após a análise das participações, foram reclassificadas áreas de solo rústico para urbano em Abambres, Barcel, Contins, Eixes, Frechas, Freixeda, Mirandela, Navalho, Pereira, São Pedro de Vale do Conde, Suções e Vila Nova das Patas. Senhor Presidente, como não sei quantas participações foram apresentadas em Contins, das 158, posso afirmar-lhe que, das quatro reclamações que eu apresentei em representação daquela localidade, três foram recusadas e uma foi aceite parcialmente. Ora, só nestas quatro reclamações apresentadas, 75% foram recusadas. Se a percentagem for a mesma para as 158 participações, aproximadamente 118 participações dessas 158 foram recusadas.

A segunda questão que lhe coloco é: quantas aldeias ganham efetivamente nova capacidade edificatória com esta revisão? E porque penso ser importante a resposta a esta pergunta? Porque está comprovado documentalmente que, com a presente proposta, não foram criados novos perímetros urbanos. Foi seguida uma lógica de contenção urbana. A reclassificação de solo rústico para urbano é encarada como excecional e foram recusadas alterações que implicassem novos processos de exclusão de REN e RAN.

Isto confirma que houve, do meu ponto de vista, uma orientação de contenção, ou mesmo de redução, da expansão urbana, sobretudo nas aldeias. Assim, pergunto-lhe: que metas demográficas concretas pretende o Executivo atingir com este PDM e que mecanismos específicos existem para fixar jovens no nosso concelho?

Efetivamente, o relatório reconhece explicitamente o envelhecimento da população, a regressão demográfica, a desertificação das aldeias, a concentração excessiva na cidade de Mirandela e a necessidade de fixar jovens. Mas, quando se passa da estratégia para as normas do plano, não vejo metas de população, metas de habitação, metas de fixação de jovens ou metas para aldeias em risco de despovoamento. Ou seja, o PDM diagnostica corretamente os problemas, mas não cria instrumentos concretos para os resolver. É esta a minha conclusão.

Para além disso, Senhor Presidente, porque decidiu a Câmara não avançar com processos de exclusão da REN e da RAN quando reconhece a necessidade de combater o despovoamento? Isto porque me parece que uma das passagens mais relevantes da documentação de ponderação da discussão pública revela que o município optou por não promover novos processos de exclusão de áreas da REN e da RAN por considerar que tal atrasaria a aprovação do plano. Assim, pergunto-lhe: foi privilegiada a rapidez do processo ou a procura das melhores soluções para o nosso território?

Efetivamente, eu entendo que, quando está em causa um instrumento que condicionará o desenvolvimento do concelho durante muitos anos, é legítimo questionar se deveria ter sido feito um esforço adicional para responder a algumas pretensões, quer das freguesias, quer dos proprietários e até mesmo de possíveis investidores. Para além disso, o relatório reconhece repetidamente o problema do despovoamento das aldeias. Contudo, a proposta não apresenta mecanismos verdadeiramente diferenciadores para a



recuperação dos espaços rurais, fixação de jovens agricultores, atração de novos residentes para as freguesias e criação de habitação acessível fora da cidade.

O risco, na minha humilde opinião, é que o plano acabe por reforçar a tendência de concentração na Cidade de Mirandela, sem criar uma verdadeira política de revitalização do restante território do concelho. O próprio relatório admite que a concentração na cidade penaliza o restante território. Reconhece também a necessidade de criar atratividade no território rural. Contudo, no relatório de ponderação, a Câmara afirma claramente que recusou criar novos perímetros urbanos e recusou promover processos de exclusão da REN e da RAN para não atrasar a aprovação do plano, o que legitima, por isso e do meu ponto de vista, esta minha pergunta.

Em que medida este PDM é mais favorável ao investimento privado do que o atualmente em vigor? Pergunto isto porque a revisão introduz novos regimes relacionados com a estrutura ecológica municipal, zonas inundáveis, áreas de infiltração máxima, adaptação às alterações climáticas e proteção ambiental reforçada. Embora estes objetivos sejam legítimos e necessários, importa garantir que não resultem em obstáculos desproporcionados à atividade económica no nosso concelho.

Assim, as minhas conclusões neste momento concreto e antes de serem prestados os esclarecimentos do Senhor Presidente são as seguintes: os próprios cidadãos estão a dizer à Câmara que o principal problema é a falta de capacidade para construir e investir em várias aldeias do nosso concelho.

O relatório afirma que o concelho perde população, que é necessário revitalizar o território e combater o despovoamento, mas, simultaneamente, encontramos dezenas de pedidos para construir habitação, ampliar perímetros, criar alojamentos turísticos e instalar atividades económicas e a maioria, no meu entendimento, é recusada, não necessariamente porque a Câmara discorda, mas porque a classificação territorial e a RAN não o permitem. Por isso, contrariamente à posição assumida pelos Senhores Vereadores da AD, que reduziram esta questão a uma perda de cerca de 7% de área urbanizável, o problema não é meramente quantitativo, do meu ponto de vista. Não se trata apenas de percentagens, trata-se de saber se este plano responde ou não às necessidades concretas do nosso território.

Assim, porque pretendo, como sempre, votar em consciência e no sentido do que melhor for para Mirandela, deixo ainda três perguntas finais ao Senhor Presidente.

Nas suas declarações públicas, disse que: *“não vejo razões nenhuma para que ele não possa ser alterado, até porque é um documento que ainda é dinâmico, fica ainda com margem para mais tarde poder ser revisto e há ali questões que podem ser muito técnicas e particulares, que não são assim tão limitativas como à partida possam parecer”*. Eu pergunto-lhe: dinâmico como? Pode ser alterado como e quando? E quais as questões que não são assim tão limitativas como à partida possam parecer?

Também nas suas declarações disse: *“Parece-me que é um plano orientador para o concelho. Tem efetivamente algumas questões, nomeadamente de redução da área urbanizável, mas tem outros ganhos.”* Quais ganhos, Senhor Presidente? E se esta proposta de alteração for reprovada nesta Assembleia Municipal, quais as consequências para o nosso concelho?

Na verdade, Senhor Presidente, será a clareza das suas respostas que me permitirá formar o meu sentido de voto e aferir se estamos perante um processo verdadeiramente participado ou apenas perante um processo formalmente participado. E é precisamente por isso, Senhor Presidente, que, tendo lido e ouvido com atenção e sentido de responsabilidade as suas declarações sobre este assunto, permita-me pedir que nesta Assembleia seja mais objetivo e mais concreto nas respostas às questões colocadas.

Nem toda a Oposição entra nesta sala com o voto previamente decidido, como tenho ouvido o Senhor Presidente dizer. Nem toda a Oposição faz da política um exercício automático. Há também quem entenda, e é esse, aliás, o papel da Assembleia Municipal, que decidir exige primeiro questionar, analisar criticamente e só depois, com base em factos, formar uma posição. E é em função da clareza, ou da falta dela, das suas respostas que formarei o meu sentido de voto.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas **JOSÉ CARLOS TEIXEIRA** (INDEPENDENTES) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, efetivamente, temos um assunto extremamente importante para a Cidade de Mirandela e para o concelho, que é a votação do Plano Diretor Municipal, contudo, fiz duas reclamações e as duas foram aceites parcialmente. Também fiz uma intervenção porque, desde o início deste processo, venho a acompanhar as alterações ao PDM. Em setembro de 2023, apresentei nesta Assembleia Municipal uma recomendação que veio a ser aprovada, no sentido de o município promover mecanismos que permitissem salvaguardar a capacidade de crescimento urbanístico da Freguesia de Frechas, nomeadamente através da celebração de instrumentos de gestão territorial adequados à realidade da freguesia.

Essa recomendação surgiu porque já nessa altura existiam da minha parte preocupações relativamente à revisão do Plano Diretor Municipal e às consequências que as alterações dos perímetros urbanos podiam ter para o desenvolvimento da nossa freguesia. Infelizmente, os receios que então manifestei parecem confirmar-se.

De acordo com as propostas agora apresentadas, a Freguesia de Frechas poderá perder cerca de 10% da área urbanizável, situação que considero profundamente injusta e prejudicial para o seu desenvolvimento futuro. É difícil compreender como áreas onde já existem habitações licenciadas pelo município, servidas por infraestruturas básicas e integradas na malha urbana consolidada, possam ser excluídas do perímetro urbano.

Estamos a falar de terrenos que durante anos foram considerados aptos para construção e que agora veem o seu potencial ser reduzido. Mais preocupante ainda é o impacto que esta decisão poderá ter na fixação de população, na atração de novos residentes e no desenvolvimento económico da nossa freguesia.

Todos reconhecemos que um dos maiores problemas do concelho de Mirandela é a perda de população e o envelhecimento demográfico. Perante esta realidade, seria expectável que os instrumentos de planeamento territorial criassem condições para atrair pessoas e investimento e não que limitassem ainda mais as oportunidades de crescimento das freguesias.

Não podemos defender a coesão territorial e, simultaneamente, promover opções que contribuem para a estagnação das nossas aldeias. Respeito naturalmente as orientações técnicas e legais que enquadram a revisão do Plano Diretor Municipal. Contudo, as decisões políticas não podem ignorar a realidade concreta do território e das populações que nós representamos. Enquanto



presidente da Junta de Freguesia de Frechas, não posso concordar com uma proposta que considero lesiva para os interesses da freguesia que represento e para as legítimas expectativas dos meus habitantes.

Senhor Presidente, a revisão do Plano Diretor Municipal deve preparar o futuro do concelho para as próximas décadas. Não deve ser um instrumento de limitação do crescimento das freguesias, nem retirar oportunidades às gerações futuras. Quem vive nas aldeias tem o mesmo direito ao desenvolvimento, à construção de habitação e à fixação de famílias que quem vive nos centros urbanos. Reduzir áreas urbanizáveis num concelho que perde população é uma decisão que dificilmente será compreendida pelas populações que aqui pretendemos manter.

Por esta razão, e em coerência com a posição que tenho vindo a defender desde o início deste processo, o meu voto será contra a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES (MOVE)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria desde já dizer que é uma exposição ingrata, uma vez que já falaram aqui vários oradores, e muito bem, concordo com quase todos, e apresentaram propostas e perguntas muito bem colocadas.

Vou tentar não ser repetitivo e começo por lembrar que, de manhã, a munícipe *Luísa Torres* já fez uma resenha do que tem sido também a nossa participação e a participação, nomeadamente dela, como técnica e como elemento que foi também desta Assembleia. No entanto, há aspetos que eu vou com certeza acrescentar e que também são importantes, e perguntas que eu vou questionar. Desde já, uma das questões que eu notei em todas as intervenções é a questão demográfica, que eu também vou tratar aqui, como é lógico.

O PDM é um instrumento de gestão territorial que define a estratégia de desenvolvimento e o modelo de organização espacial do município. Por isso, estranhámos porque é que se reduz a área urbana, quer da cidade, quer das freguesias rurais, em cerca de 7%.

No Mensageiro de Bragança, de 4 de junho de 2026, vem referido que, em 2024, a Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Mirandela realizou uma reunião extraordinária com os Presidentes de Junta de Freguesia. Motivo: o chumbo da primeira proposta de revisão do PDM, devido a divergências sobre o alargamento de perímetros urbanos em zonas sem infraestruturas.

Já anteriormente, em 2023, na Rádio Terra Quente, concretamente a 23 de março, surgia uma notícia sobre os passos que a revisão do PDM e as suas necessidades deviam tomar. E, a propósito, foi o próprio Vereador e Vice-Presidente *Orlando Pires* que indicou qual era, na altura, o passo seguinte. Passamos a citar: *“Não existindo infraestruturas, temos de as criar e vamos comprometer-nos a elaborar, conjuntamente com os Presidentes de Junta, um programa de alargamento dos perímetros urbanos junto da comissão consultiva.”*

Adiantava o Vice-Presidente do município, que deu como garantia, e passamos a citar: *“Não vai ser por causa do PDM que não vai haver desenvolvimento local e mais edificação no meio rural.”* O processo foi evoluindo e pairava no ar a esperança de que assim se procederia. Isto é, a recetividade do executivo era animadora na criação de infraestruturas e na ampliação de espaços urbanos. Passado este tempo todo, não foram criadas nenhuma infraestruturas para que o alargamento da área urbana fosse uma realidade.

O que é que nos apresenta este Executivo Municipal? Não só não alargou o território urbanizável, como teve a afronta de o diminuir, conhecendo que não é esse o espírito de muitos presidentes de junta e cidadãos do Concelho de Mirandela. Todos sabemos que a diminuição da área urbanizada vai estrangular o desenvolvimento do concelho, vai reduzir a atratividade de potenciais investidores e moradores. Isto é contra o mais elementar princípio de combate à desertificação e ao despovoamento. As pessoas e os investidores vão para outros concelhos onde será mais fácil construir, com áreas mais acessíveis a vários níveis, incluindo ao nível dos custos.

E é isto mesmo que o PDM em discussão nos apresenta: o caminho retrógrado. Passamos de um urbanismo em expansão, que tem caracterizado Mirandela e lançado esperanças de um aumento populacional, para um urbanismo de contenção, ou seja, reduz as possibilidades de captar mais população para Mirandela e, consequentemente, novos investidores.

É assim que este Executivo quer preparar o futuro de Mirandela? É assim que quer desenvolver políticas de atratividade e combater o despovoamento do concelho? Como é possível reconhecer-se que é urgente o Governo Central tomar medidas para evitar a diminuição populacional se depois, a nível local, este Executivo apresenta uma segunda revisão do PDM em contenção relativamente à área urbana anterior? Não é isto contraditório? Um dos problemas do nosso interior transmontano é a falta de população, já foi aqui referido, e a sua tendência para diminuir. Isto faz mexer com as nossas condições de vida. Em relação, por exemplo, à saúde, o helicóptero quer sair porque não é viável, etc.

Em relação à educação, foi falado aqui também de manhã, a Escola Agrícola, etc. Como, portanto, também é negativo para se conseguirem obras essenciais para que se viva com qualidade e se diminuam as assimetrias regionais. Com este PDM diremos que vai acelerar ainda mais a falta de viabilidade de estruturas que já existem e que poderão levar ao seu encerramento, o que nós não concordamos. E nós, que vivemos em Mirandela, podemos aceitar que se contribua para o despovoamento do nosso território? Jamais podemos ficar indiferentes.

Há concelhos noutras zonas do país onde as áreas urbanas não diminuiram. Porque é que acontece isto aqui, na cidade do Tua e no concelho de Mirandela? Alguém nos sabe explicar porquê? Ou a legislação é diferente? Porque demoraram tanto tempo a fazer esta revisão? Estiveram à espera que a lei mudasse?

E eu queria acrescentar aqui um aspeto. Como é que, com uma redução de 7% de solo urbano, se vai conseguir arranjar espaço para construção, para a captação de moradores e de investidores? O preço dos terrenos, como toda a gente sabe, funciona em função da lei da oferta. Já anda inflacionado, com preços, desde as rendas de casa até à venda de apartamentos, muito elevados. O que acontecerá se houver falta de lotes para venda? Com a diminuição, terá de haver falta de lotes. Os preços vão disparar. Poderá um jovem escolher Mirandela para construir?

São estas e outras questões que eu gostaria que o Senhor Presidente, para além de muitas outras que não vou referir porque outras pessoas já colocaram essas questões, respondesse para que realmente também eu, que neste momento não tenho orientação sobre se vou votar a favor, contra ou abster-me, possa decidir.



----- O Senhor Deputado Municipal *TIAGO MORAIS* (IL) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje discutimos uma das decisões mais importantes que esta Assembleia toma, porque define, durante anos, onde se pode construir, onde se pode investir, onde se pode criar habitação, onde se pode instalar atividade económica e que futuro queremos para o nosso concelho. Trata-se de um conjunto de documentos extensos, de carácter muito técnico, que mereceu da nossa parte o recurso a aconselhamento especializado dentro da nossa equipa, obviamente.

Para a Iniciativa Liberal, um PDM deve proteger o território, sim, mas deve também criar oportunidades. E é precisamente aí que temos reservas em relação a este PDM. Apesar de todo o trabalho meritório que foi feito, e que aqui reconhecemos a todos os que participaram neste processo, consideramos que fica aquém da ambição necessária para combater o despovoamento, atrair novos residentes e facilitar o acesso à habitação.

Sabemos que as orientações nacionais tendem a concentrar a construção e a evitar a dispersão urbana. Mas Mirandela não é Lisboa, não é o Porto, nem é um grande centro urbano do litoral. A realidade das nossas aldeias é diferente. Em muitas freguesias, o problema não é o excesso de construção; é, antes, a falta de pessoas, a falta de investimento e a falta de condições para que uma família possa ficar, regressar ou construir no terreno que comprou ou herdou.

Um PDM demasiado restritivo pode ter um efeito perverso. Em vez de ordenar melhor o território, pode empurrar cidadãos para soluções informais, para construções ilegais ou para alterações de uso feitas à margem das regras. Porque, quando a regra está demasiado distante da realidade, a ilegalidade tende a crescer. E todos sabemos que a fiscalização, muitas das vezes, só atua depois de existirem queixas. Por isso, este PDM devia ser uma oportunidade para corrigir problemas, para ser mais preciso e para criar caminhos legais de crescimento equilibrado.

Devia facilitar a reabilitação urbana, permitir soluções habitacionais adequadas às aldeias, integrar melhor a construção dispersa com regras claras de segurança, acessibilidades, infraestruturas e proteção contra incêndios, e valorizar os recursos endógenos do território.

Também nos preocupa que, num concelho que precisa de gente, como já aqui foi referido, se possa estar a reduzir solo anteriormente urbanizável. Fala-se muito, e bem, em aumentar a oferta de habitação. Nos territórios de baixa densidade, como Mirandela, onde o desafio é fixar população, não podemos fechar portas a quem quer construir legalmente, viver na sua terra ou regressar às suas origens.

Além disso, este PDM deveria também resultar de uma colaboração mais intensa entre os técnicos e as Juntas de Freguesia, porque são as Juntas que melhor conhecem a realidade concreta de cada aldeia. Pelo descontentamento que já ouvi de alguns Presidentes de Junta, isso não terá acontecido na dimensão ou proporção necessárias.

Portanto, a nossa visão é simples: proteger a natureza, prevenir riscos e ordenar o território, sim; mas também permitir que Mirandela cresça, que as aldeias tenham futuro, que a habitação seja possível, que o investimento não fique bloqueado e que os cidadãos tenham alternativas legais em vez de serem empurrados para a informalidade.

Por estas razões, a Iniciativa Liberal manifesta reservas quanto à ambição deste documento. Entende que Mirandela precisava de um PDM mais orientado para a fixação de pessoas, para a liberdade de construir com regras, para a reabilitação, para o investimento e para o desenvolvimento equilibrado do nosso concelho.

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao longo da sessão foram apresentadas algumas afirmações que me deixaram confuso. Sobre o RJIGT, o artigo n.º 199 estipula as regras transitórias para a classificação do solo. Estabelece que os municípios tinham até 31 de dezembro de 2004 para integrar as novas regras de classificação do solo rústico e do solo urbano nos seus Planos Diretores Municipais.

O incumprimento deste prazo dita a suspensão automática. Mas, se não o fizermos, diz aqui que as novas regras da Lei de Bases dos Solos e do Regime Jurídico permitem aos municípios reclassificar o solo rústico para solo urbano através de uma alteração simplificada ao PDM, desde que os terrenos contíguos à malha urbana sejam destinados maioritariamente à habitação acessível ou a custos controlados.

As diretrizes nacionais para a transição e gestão do solo rústico para solo urbano assentam nos seguintes pilares: reclassificação simplificada, destino da área construída para beneficiar alguma contiguidade. Ou seja, ninguém nos obriga a retirar solo urbano para solo rústico. O que está a acontecer é que estamos a reclassificar solo urbano para solo rústico e estamos a gorar as expectativas das pessoas que tinham solo urbano, que passam a ter solo rústico, e o que vai acontecer é que vamos estar sujeitos à atividade discricionária de quem tem o poder de reclassificar terrenos de solo rústico para solo urbano através de uma alteração simplificada ao PDM. Quem terá essa capacidade? A Câmara Municipal. E, portanto, isto é grave, porque de facto está a remover direitos a quem já os possuía.

Foi também dito que a alteração é mais ou menos homogénea; não é. Em Mirandela, a redução do solo urbano é de 2,8%; em Torre Dona Chama, 13,9%; Navvalho, 30%; Vale Gouvinhas, 23,2%; Vale de Telhas, 33%; Vale de Salgueiro, 26%. Portanto, isto tem impacto nos direitos dos cidadãos e dos nossos conterrâneos.

Eu tinha vários documentos sobre o assunto, e isto julgo que daria espaço para muito mais, mas foquei-me fundamentalmente no parecer final da CCDR-N relativamente à revisão. A discussão da segunda revisão do PDM de Mirandela não pode ser feita apenas com base numa ideia simplificada. Há um parecer favorável da CCDR-N, portanto, estaria tudo resolvido. Não está.

O parecer final da CCDR-N é, de facto favorável, mas é favorável em contexto de várias entidades que emitiram pareceres favoráveis condicionados, com observações técnicas, correções necessárias e recomendações que a Câmara Municipal de Mirandela tinha obrigação de ponderar e incorporar antes de fazer esta proposta à Assembleia Municipal. Isto consta no parecer final, páginas 8 e 9. Por isso, a primeira questão política que deixo é muito simples: onde está a tabela final clara e completa que demonstre ponto a ponto o que foi corrigido, o que foi acolhido e o que foi rejeitado?



O próprio parecer da CCDR-N recorda que o procedimento de revisão do PDM começou em 2019 e só teve parecer final em 2025. Estamos, portanto, perante um processo de quase seis anos, com prorrogações, alterações e reinícios. Depois de quase seis anos de trabalho, não é aceitável que a Assembleia Municipal seja chamada apenas a validar politicamente um documento sem que ele seja explicado com detalhe, nomeadamente sobre como foram resolvidas as reservas técnicas levantadas pelas entidades competentes.

Na segunda reunião plenária do conselho consultivo estiveram presentes 17 das 27 entidades. Não houve pareceres desfavoráveis, é verdade, mas houve 11 pareceres favoráveis condicionados, incluindo da APA ARH Norte, do ICNF, da DGADR, da IP, da DGEG, do Turismo de Portugal, da ANACOM, do Património Cultural e da própria CCDR-N, que está expresso nas páginas 8 e 9 do parecer final. Isto tem significado político: um parecer favorável condicionado não é uma aprovação sem reservas, é uma aprovação com matérias a corrigir, complementar ou esclarecer. Tenho várias reservas, mas vou obviá-las. Todas as reservas do parecer da CCDR-N estão aqui documentadas e, portanto, seria importante nós termos acesso a essa informação, mas há aqui um ponto que me choca verdadeiramente e que é muito relevante para todos nós.

Em relação a Vale de Salgueiro, o parecer da CCDR-N pronuncia-se sobre a conformidade global da proposta de plano, mas não responde às perguntas políticas concretas que esta Assembleia tem de fazer. Por que razão Vale de Salgueiro perde 26% do seu solo urbano? A CCDR-N avalia a compatibilidade com programas territoriais, procedimentos e enquadramento legal, mas cabe à Câmara Municipal de Mirandela explicar à população e a esta Assembleia por que razão esta freguesia é tão penalizada na redução do solo urbano e não aceito que se esconda esta decisão atrás de um parecer favorável da CCDR-N.

O parecer da CCDR-N não substitui a responsabilidade da Câmara Municipal nem da Assembleia Municipal. Vale de Salgueiro não pode ser apenas uma linha numa tabela; estamos a falar de uma freguesia que precisa de fixar pessoas, criar condições de habitação, permitir pequenos investimentos, apoiar famílias, dar resposta a emigrantes que queiram regressar e manter viva a comunidade.

Quando se retira 26% do solo urbano a Vale de Salgueiro, a Câmara Municipal tem de explicar que parcelas são retiradas, que proprietários são afetados, que expectativas urbanísticas são eliminadas, que impacto terá esta redução na fixação da população, que alternativa é dada à freguesia, que investimento compensatório está previsto e que ponderação específica foi feita. Sobretudo, a Câmara Municipal tem de explicar porque é que Vale de Salgueiro é penalizada muito acima da média concelhia.

Esta é uma questão política. A CCDR-N pode dizer que o plano é globalmente conforme, mas a justiça territorial não se mede apenas pela conformidade legal, mede-se pelo impacto concreto nas pessoas, nas freguesias e nas oportunidades de futuro. Portanto, tenho aqui um conjunto de perguntas para o Município que, de facto, me deixam bastante preocupado com o que está a acontecer.

É inaceitável que se insinue que as alterações são impostas pela tutela quando é exatamente o contrário. Atualmente, os municípios têm mais facilidade para reclassificar solo rústico em solo urbano. O que está a acontecer é a retirada de direitos aos cidadãos para a Câmara Municipal ficar com o poder de decidir posteriormente.

Isso é inaceitável. Temos de ter condições para decidir a nossa vida sem interferências superiores. Há direitos que foram constituídos e agora estão a ser retirados. Portanto, o nosso movimento vai votar contra esta revisão do Plano Diretor Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este assunto do Plano Diretor Municipal é um tema que a todos deve preocupar. Depois de termos participado em várias reuniões e de nos ter sido dito que todas as pessoas iriam poder construir, sempre que manifestassem esse interesse, vem agora a informação de que todas as aldeias vão perder uma percentagem significativa da sua área de construção.

Na verdade, o que querem fazer é desertificar cada vez mais as aldeias. Meus amigos, a informação que me chegou é que vai haver aldeias que vão perder mais de 30% da sua área de construção. Senhores Presidentes de Junta, tenham atenção, porque as nossas aldeias vão realmente ficar cada vez mais desertificadas.

A minha União de Freguesias é daquelas que, ao longo do tempo, tem atraído pessoas, inclusive estrangeiros, e que, como sabem, ainda conseguiu crianças para manter o infantário e o primeiro ciclo em funcionamento. Vem agora a informação de que vamos perder uma área muito significativa de construção.

O Navalho é uma das aldeias onde está previsto perder cerca de 30% da sua área de construção. Eu não entendo o porquê, pois, nas reuniões que fizemos, foi-nos pedido que identificássemos as áreas junto às ruas que têm todas as infraestruturas, ou seja, saneamento, rede de águas, calcetamento e rede elétrica. Então, se já temos estas infraestruturas e se identificámos os terrenos que estão junto delas, por que razão vamos perder 30% dessa área?

Não posso concordar com esta situação e o meu voto será contra.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela coloca-nos perante uma decisão estratégica sobre o futuro do concelho. Uma decisão que não pode ser analisada apenas em termos técnicos, mas sobretudo em termos políticos, sociais e do interesse das populações. O parecer agora emitido pela CCDR-N é muito claro: estamos perante um plano que, no seu entender, merece uma avaliação globalmente favorável, mas profundamente condicionada, com um conjunto significativo de insuficiências que não podem ser ignoradas.

Um plano que confirma problemas antigos. Esta revisão do PDM revela algo que o PCP tem vindo a afirmar há muito tempo: o modelo territorial seguido nas últimas décadas, também refletido no PDM de 2015, foi construído sob perspetivas irrealistas. Criaram-se extensas áreas urbanizáveis que nunca foram executadas, promoveu-se uma lógica de expansão urbana desorganizada e desvalorizou-se o solo rural e produtivo. Hoje, a própria legislação vem impor aquilo que já era evidente, que é necessário reduzir essas áreas e ajustar o planeamento à realidade. Mas a questão que se coloca é quem beneficiou desse modelo falhado?



Há uma omissão neste plano que não pode passar em branco e gostaria de perguntar ao Senhor Presidente onde está o relatório de fundamentação, onde a Câmara Municipal justifica as suas escolhas de crescimento; menos expansão urbana, mas para quê e para quem serve?

A revisão aponta para uma redução da expansão urbana e para uma maior contenção. O PCP considera que esta orientação pode ser positiva, mas apenas se servir objetivos concretos: a fixação da população, o acesso à habitação a preços justos e o apoio à atividade económica local. Caso contrário, corremos o risco de limitar novas construções sem resolver o problema da habitação e sem combater a desertificação. Ou seja, menos solo urbanizável não pode significar menos oportunidades para quem vive e trabalha em Mirandela.

Falhas graves na integração ambiental. O parecer é muito claro ao identificar lacunas graves, falta de integração adequada dos riscos de inundação do rio Tua, informação insuficiente sobre as infraestruturas de água saneamento e deficiências na avaliação ambiental estratégica. Isto é particularmente preocupante, porque significa que o plano ainda não garante plenamente a segurança nem a sustentabilidade do território. E aqui o PCP não pode deixar de sublinhar que não pode haver desenvolvimento económico à custa do agravamento dos riscos ambientais.

Senhores Deputados, só 2% dos trabalhadores do nosso concelho utiliza transportes públicos. A submissão às lógicas dos grandes interesses. Outro aspeto relevante prende-se com a crescente imposição de compatibilização com infraestruturas energéticas e grandes redes nacionais e programas extensos no território. O próprio parecer refere a necessidade de permitir que infraestruturas energéticas sejam compatíveis com praticamente todas as classes do solo. Isto levanta uma questão política essencial: está o território a ser planeado para as populações ou para interesses externos?

O PCP rejeita uma lógica em que o concelho se transforme numa plataforma ao serviço de interesses que não respondem às necessidades locais. Também não podemos ignorar a fragilidade do processo e a falta de participação. O processo arrasta-se desde 2019, com sucessivos atrasos e reinícios, e agora avança com múltiplas condicionantes. Muito restrita a participação da população na fase de discussão pública. Por isso, o PCP considera que era fundamental garantir uma verdadeira participação das populações e não uma mera formalidade administrativa.

A posição do PCP entende que é necessária a revisão do PDM. Concordamos com a correção de erros do passado, mas o plano ainda não responde plenamente às necessidades do concelho. Por isso, defendemos que neste processo deveriam ser introduzidas as alterações que garantam o direito à habitação, protejam o solo agrícola e produtivo, assegurem a soberania sobre o território, reforcem os serviços públicos e as infraestruturas essenciais e previnam os riscos ambientais e climáticos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a revisão do PDM levanta uma questão central: vai este plano resolver o problema da habitação em Mirandela ou agravá-lo? Sabemos que a nova proposta reduz áreas urbanizáveis, corrigindo o modelo anterior assente em expectativas irrealistas. Isso pode ser positivo, mas o problema é outro. Reduzir o solo disponível sem uma política de habitação clara pode significar menos construção, preços mais elevados, maior dificuldade para jovens e trabalhadores. E o plano, como está, não garante a habitação acessível, disponibilização de solo para projetos públicos, nem a mobilização de fogos devolutos. Além disso, existem falhas técnicas relevantes identificadas, nomeadamente na articulação com as infraestruturas e planeamento da capacidade urbana.

Senhoras e Senhores Deputados, o PCP entende que o PDM deve ser um instrumento ativo de política de habitação. Não basta ordenar o território, é preciso garantir o direito à habitação, travar a especulação e apoiar quem vive e trabalha em Mirandela. Caso contrário, estaremos apenas a reorganizar o mapa sem resolver a vida das pessoas. Se não vejamos: 7% da habitação necessita urgentemente de requalificação e cerca de 20% apresenta necessidade moderada da mesma requalificação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta revisão do PDM confirma algo evidente: o modelo anterior falhou. Durante anos, classificou-se solo como urbanizável sem execução, desvalorizou-se o solo agrícola e promoveu-se uma expansão urbana fictícia. Agora, a revisão corrige parcialmente esse erro, reduz as áreas urbanizáveis e reforça a distinção entre solo urbano e solo rural, mas a questão central mantém-se: para que serve o solo em Mirandela?

Para o PCP, o solo deve estar ao serviço da produção agrícola, da soberania alimentar e da fixação das populações. Não pode ser tratado apenas como um ativo especulativo. Preocupa-nos, ainda, a insuficiente integração na Rede Natura 2000, as fragilidades da estrutura ecológica e os riscos ambientais maltratados nas zonas de inundação do rio Tua. Se não garantirmos uma proteção efetiva do território, estamos a comprometer o futuro do concelho.

Senhor Presidente, muito se fala deste PDM como instrumento de desenvolvimento, mas importa perguntar, desenvolvimento para quem?

O plano reforça a necessidade de compatibilização com grandes infraestruturas, como já mencionei anteriormente: infraestruturas energéticas, rodoviárias e programas nacionais, chegando ao ponto de admitir a presença de infraestruturas energéticas em várias classes de solo. Isso levanta um risco claro, o território ser condicionado por interesses externos, sem garantir o devido retorno para a economia local. Além disso, persistem falhas na articulação com a rede viária, insuficiência de infraestruturas de base e lacunas no relatório ambiental. Ou seja, este plano ainda não garante condições efetivas para um investimento sustentável.

Para o PCP, o desenvolvimento de Mirandela exige apoio à pequena e média produção, a valorização do território e dos recursos locais e investimento público estruturante.

Não basta abrir as portas ao investimento; é preciso garantir que esse investimento serve o concelho.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Volvidos 11 anos, esta Assembleia é chamada a pronunciar-se acerca da segunda revisão do PDM de Mirandela, foram 11 anos, quatro mandatos autárquicos e uma alternância política à frente dos destinos do Município.

Em 2015, tive a oportunidade de participar, como autarca de freguesia, já não na sua discussão, pois a mesma tinha terminado em 2013, mas ainda na fase da consulta pública, com a inclusão de valores culturais que foram aceites, referentes à freguesia. Na altura, deixei a nota de que a localidade, por exemplo, de Vila Verdinho, deveria merecer uma deferência na sua classificação, tal a



relevância social, cultural e histórica que a mesma tem no contexto de Mirandela e na sua história. Mas, ao longo do tempo e no desenvolvimento deste processo de revisão, isso nunca foi atendido.

Este processo iniciou-se a 1 de agosto de 2019, conforme deliberação do órgão executivo, e pode hoje, volvidos sete anos, terminar, caso esta Assembleia Municipal o aprove. Ou seja, este processo já se inicia com a mudança de ciclo político que tem governado este concelho desde 2017.

As alterações introduzidas pela Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo e pelo RJIGT potenciaram esta revisão para adequar os instrumentos de gestão territorial a novas realidades e a novos desafios. Mas atrevo-me a ir um pouco mais longe e dizer que vieram criar regras e uma malha mais apertada sobre os municípios e sobre os cidadãos, para forçar um compromisso de futuro na sustentabilidade e no crescimento do território.

O Município de Mirandela tinha, por força da sua obrigação, de elaborar, em 2019, o Relatório do Estado do Ordenamento do Território, decorridos quatro anos da implementação do PDM. Nas considerações finais desse relatório, a equipa referia, e cito: *"As mudanças de paradigma a que se assistiu com a entrada em vigor da atual Lei de Bases e do RJIGT, que determinam a necessidade de o PDM integrar as novas regras de classificação e qualificação do solo previstas no RJIGT, terá de ocorrer a breve trecho, sob pena de suspensão das normas do plano, que com esta não sejam compatíveis, sendo que um procedimento de alteração com esse fim não poderá envolver uma decisão autónoma de planeamento e limita-se a transpor o conteúdo do ato legislativo ou regulamentar, ou do programa ou plano territorial que determinou a alteração."*

Por esse facto, alguns dos constrangimentos do PDM em vigor identificados, apenas terão enquadramento no âmbito de uma revisão desse instrumento. Os compromissos do concelho eram conhecidos. Basta ler a página 164 dessa caracterização de referência, de setembro de 2020, que retrata o quadro-síntese do programa de execução do PDM em vigor, em 2015, para ver onde o tal *"outro caminho"* nos iria levar. E o resultado final chega hoje a esta Assembleia, sete anos depois de se ter iniciado esta revisão e nove anos depois do início da governação socialista.

Ao longo destes últimos meses fomos ouvindo reclamações sobre a perda de 119,65 hectares de área urbanizável, cerca de 6,9% face a 2015. O município passou a ter 1.670,4 hectares de área urbana. Dos 54 perímetros urbanos definidos, apenas oito viram a sua área aumentar, mas esse aumento corresponde apenas a 4,56 hectares. Para termos uma ideia, é algo equivalente a um olival com cerca de 1.350 oliveiras, muito pouco face à perda registada.

Mirandela cidade perde 17,6 hectares, as restantes localidades perdem mais de 100 hectares. As freguesias continuam a cavar o fosso da interioridade face à sede do concelho. Quando falamos em coesão territorial, não podemos esquecer estes números.

Não posso deixar a nota de quem ainda quer fazer política à custa deste tema, pois a contradição entre a ação e o discurso é gritante. Em sede própria votam favoravelmente o documento e, depois, em praça pública, apelam ao seu contrário.

Se os sucessivos executivos socialistas sabiam destes números, o que fizeram ao longo destes anos para inverter este ciclo? Que diligências foram feitas com investidores, promotores, particulares e coletividades para assegurar que a perda não fosse tão significativa? Que compromissos assumiram com o Estado Central, beneficiando de um Governo da mesma cor?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, mas será que o concelho de Mirandela se resume à área urbana? Vejamos o quadro da página 69 do relatório da proposta: o solo urbano representa 2,5% do nosso território; o solo rústico representa 97,5%. Temos uma área agrícola que representa 54,6% do território. O sustento de muita gente do nosso concelho está neste setor. Veremos mais à frente o que está a ser pensado para este setor.

A segunda revisão do PDM está sustentada em três eixos orientadores: o primeiro é a sustentabilidade e resiliência; o segundo é a regeneração e qualificação territorial e o terceiro a competitividade e inovação, distribuídos por nove objetivos específicos de base territorial, as designadas OT. Não vos vou maçar com a sua leitura, mas peço que acompanhem, ao longo do tempo, a sua execução.

Os desafios da adaptação às alterações climáticas são muitos. Uma das opções de adaptação passa pela criação de bacias de retenção de água. Alguém se recorda do que se passou com a barragem da Serrinha, entre o Navalho e Barcel? Projeto não apoiado pelo executivo e pelo Governo socialista da altura, que tanto a freguesia do Navalho lutou por ela, bem como as suas gentes, não podia esta ideia, agora plasmada no PDM, estar ao serviço daquelas localidades?

Muito se fala dos recursos naturais e do potencial da nossa região na área do turismo. O que estamos a pensar fazer para capacitar a região e explorar melhor os nossos recursos? Recordam-se das eólicas na Serra de Santa Comba? Ou das pinturas rupestres dos abrigos? Ou até diria do Alto do Prado do Castelo, que, após os trabalhos desenvolvidos, tem passado da afirmação por falta de vontade política e, com isso, passa ao lado dos fundos comunitários para desenvolver e afirmar este setor?

No relatório da proposta existe uma série de referências às servidões administrativas a salvaguardar. Mas o que dizer da qualidade destes serviços que querem salvaguardar? O que estamos a fazer para que a E-Redes invista no território e suprima as sucessivas falhas de energia elétrica que nos afetam? O que estamos a fazer junto das operadoras de comunicações e da ANACOM para levar a rede 5G às nossas aldeias? Algumas ainda carecem de sinal de rede para uma mera chamada telefónica. E quando falamos da linha do comboio, desclassificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2016, e que continua a insistir que está ativa, não foi uma machadada neste projeto a implementação de uma ciclovia em terrenos existentes que nos ligavam aos territórios a nascente de Mirandela? A troco de quê? Tudo isto são desafios atuais que diria ontem a sua implementação já era tarde.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o RJIGT, como referi anteriormente, veio criar regras apertadas e exigir compromissos entre os cidadãos e as autarquias locais, incluindo as freguesias. Se o suprimento de 6,9% da área urbanizável é uma perda, a mesma pode ser recuperada. Mas isso vai exigir o compromisso dos cidadãos ou promotores, vai ter de envolver as autarquias e também vai exigir da Assembleia Municipal deliberação.

Compromissos de execução a quatro anos. Terá de haver uma maior responsabilização de todos os agentes envolvidos. Haja vontade de investir, mas, acima de tudo, vontade de executar. Já no restante, não basta haver vontade de investir, é necessário haver capacidade política para idealizar, planejar, liderar, financiar e executar dentro dos prazos necessários. Talvez aqui existam mais problemas do que inverter os 6,9% da área perdida.

Não podemos continuar a ter projetos como a nova zona industrial que, após nove anos de governação socialista, ainda não tem um único lote edificado. É desta forma que queremos captar investidores ou melhorar as condições dos que cá estão?



Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta segunda revisão do PDM tem parâmetros técnicos balizados na legislação vigente desde 2015, que são incontornáveis. Face aos constrangimentos de execução a que o "outro caminho", que andou pela nossa terra, nos levou, fomos todos metidos num colete de forças do qual não conseguimos sair. Se tivesse nesta Assembleia uma forma de votação em que nos fosse pedido confiança, eu diria prontamente que não a dava. Mas quem deu confiança a este executivo doi o voto popular, reforçado agora com uma maioria obtida à custa de uma geringonça bicéfala da nova geração.

Deve ser essa confiança a clarificar, nesta Assembleia, o que pretende. Mas o que nos é pedido é se votamos a favor ou contra ou se nos abstermos e aqui reside a grande questão: o que é melhor para o concelho? Conseguiremos alterar esta proposta de PDM se a mesma for reprovada nesta Assembleia? Que consequências teria para o concelho o chumbo desta revisão do PDM?

Não tenho capacidade para medir esse alcance. Não deixo, contudo, de encarar com preocupação o que se encontra mencionado no artigo 199.º e também no artigo 29.º do RJIGT, que diz *"a não atualização do plano territorial no prazo fixado determina a suspensão das normas do plano territorial intermunicipal ou municipal que deviam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, o uso ou a transformação do solo."*

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a confiança foi dada pelo voto popular e é suportada nesta Assembleia pelos mandatos atribuídos. A nós resta-nos fazer uma oposição construtiva, apresentar propostas de melhoria nesta Assembleia para inverter o ciclo em que estamos mergulhados e contribuir para melhorar esta revisão do PDM, com propostas de alteração que visem melhorar a qualidade de vida dos mirandenses ao longo da sua execução.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não podia deixar de fazer aqui algumas considerações e de ficar, de alguma forma, admirado com algumas intervenções que foram aqui colocadas, que pretendiam que trouxéssemos mais explicações técnicas, quando esteve precisamente em causa a possibilidade de fazerem questões técnicas. Portanto, há aqui alguma incongruência, não entendi muito bem, mas, afinal, esta Assembleia ainda carece de alguns elementos e de alguma informação técnica para refletir sobre estas matérias.

Quero agradecer aos técnicos que fizeram o seu trabalho de apresentação, um trabalho profissional e cuidado, que nos trouxe até este momento. Dizer também que muitas das questões que foram aqui levantadas tiveram oportunidade de ser discutidas no fórum técnico. Sei que muitas dessas pessoas não faziam parte da Assembleia Municipal, mas eram munícipes, tinham responsabilidade e também podiam ter acompanhado este processo. E não é a primeira vez que isto acontece: quando já estamos a discutir um documento para aprovação é que se levantam dúvidas quanto ao documento. Penso que há momentos próprios para haver essas discussões, para se levantarem essas dúvidas e para se colocarem todas as questões.

Quando o documento vem para aqui, já devíamos ter identificadas as nossas dúvidas e, até, como alguém sugeria, "vamos já para a votação, porque não vai alterar rigorosamente nada".

Das 158 participações que foram recebidas, 15 foram aceites, representando um aumento de mais de 38.5 hectares em solo urbano; 36 foram parcialmente aceites; 92 não foram aceites, porque incidem sobre áreas da RAN ou da REN, representando cerca de 85% das participações; 14 estavam fora do âmbito e uma ainda carece de esclarecimentos. Portanto, foi este o resultado das sessões que aconteceram.

É importante que tenhamos também a seguinte noção: há, efetivamente, uma diferença entre aquilo que era a antiga categoria de solo urbanizável e as atuais categorias de solo urbano e solo rústico. São coisas distintas. E o solo urbanizável, meus amigos, importa dizê-lo, era tudo. Inclusivamente, havia zonas classificadas como solo urbanizável onde não era possível urbanizar. Alguém fez um tracejado, mas, na realidade, ninguém constrói lá hoje seja o que for. Era uma situação que importava transformar. E essa passagem de solo urbanizável para solo urbano também implica responsabilidades, para que os loteamentos sejam infraestruturados para que possam ser construídos os edifícios.

Há também algumas limitações do ponto de vista da área dos territórios onde pode ser implantado um edifício, estando sujeitas ao limite mínimo de dois hectares. Há pessoas que, neste momento, não conseguem construir, mas que, se agregarem algumas parcelas circundantes, poderão vir a conseguir. Portanto, quando digo que não está nada fechado, é porque, efetivamente, há questões que ainda podem ser ultrapassadas através de alguns mecanismos que a lei permite. Isto é uma realidade, porque o facto de não termos uma área mínima edificável é factual e não podemos ultrapassar essa exigência.

É verdade que a revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela resulta de uma obrigação legal imposta pela Lei n.º 31/2014 e pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, que alteraram profundamente as regras da classificação dos solos e eliminaram a antiga categoria de solo urbanizável. Também importa dizer que algum desse solo urbanizável, nomeadamente na área da cidade de Mirandela, correspondia a zonas verdes que nunca foram passíveis de ser edificadas. Portanto, essas áreas também entram nesta percentagem, e é importante que isso seja dito. Eram zonas verdes que não faziam sentido ser contabilizadas como área urbanizável, mas contam para essa percentagem.

Agora, é muito importante percebermos o seguinte: perdemos 6,9%, é verdade. Perdemos 6,9% de zonas onde, em muitas delas, efetivamente nunca aconteceria qualquer construção. Mas vamos fixar-nos apenas nesses 6,9% ou devemos concentrar-nos nos restantes 93,1%? É que esses 93,1% representam 1.676 hectares.

Se, nos próximos dez anos, conseguirmos edificar essa área, digo-vos uma coisa: Mirandela transforma-se por completo. Agora, se estivermos apenas a olhar para o pormenor, para o 1% ou para o 2%, até chegarmos aos 6,9%, claramente que temos aqui perdas, mas porque é que não nos devemos concentrar nas áreas que são urbanas e promover para que sejam construídas?

Tudo o que aqui foi dito, com alguma política à mistura, porque são movimentos políticos o que está aqui em causa, não altera aquilo em que eu me quero concentrar. Eu quero concentrar-me e quero que sejam edificados os 1.676 hectares que estão disponíveis, é isso que eu quero. Os outros temos tempo, nestes dez anos, para depois voltarmos a ter um novo plano. Se precisarmos de mais, então venha mais.

Agora, não vou pôr em causa um PDM que tem 1.676 hectares disponíveis por causa de cerca de 100 hectares, que representam 6,9%. Pensem nisto, não é razoável estarmos aqui a olhar para uma parte, retirando-a do todo. Tenham paciência.



Isto, efetivamente, é um caso que temos de analisar, porque a redução dos perímetros urbanos incidiu sobretudo, e eu estou aqui a reforçar, apesar de as áreas classificadas como urbanizáveis não apresentarem condições realistas para urbanização e o novo PDM aposta num crescimento mais sustentável e vem resolver alguns problemas que estão em curso.

Há muita gente a apoiar o PDM, que tem situações por resolver e que nunca foram aqui faladas, e que estão ansiosas para que o plano seja aprovado, porque vai resolver algumas questões que foram sendo arrastadas ao longo do tempo, que agora ficam incluídas e que antes não estavam.

O novo PDM aposta num crescimento mais sustentável, concentrado numa cidade consolidada, promovendo a reabilitação urbana, a atividade económica e a proteção dos solos legalmente condicionados, porque há solos que estão legalmente condicionados, como bem sabem. A não aprovação do plano manteria o concelho de Mirandela em desconformidade legal, criaria incerteza para investidores e proprietários, dificultaria a execução de investimentos municipais e poderia comprometer o acesso a financiamentos comunitários. Como aqui foi dito, sem aprovação, compromete-se tudo isso. Por isso, a aprovação deste PDM representa uma opção pela legalidade, pela estabilidade, pela confiança e pelo desenvolvimento económico, dotando Mirandela de um instrumento atualizado para planear o futuro.

Pode, efetivamente, caber algumas das situações que mencionaram. Naturalmente, a razão nunca está só de um lado; a perfeição não existe. Mas importa aqui deixar muito claro que ouvi alguns números que me pareceram fora de contexto. Se ouvi mal, peço desculpa.

Frechas perde 8,1%, mas há aqui territórios que ganham. Nós concentramo-nos nos que perdem, mas também temos de nos concentrar naqueles que ganham. Por exemplo, a União de Freguesias de Romeu tem um aumento de 19,24 hectares, que não tinha sequer urbanizável em Vale de Couço; 19 hectares que não estavam no PDM e que passam a estar. Não temos que valorizar? Vamos pegar apenas naquilo que é mau? Por amor de Deus.

Vou terminar a minha intervenção, porque gosto de me concentrar naquilo que temos para fazer nos 1.676 hectares que temos para construir e, daqui a algum tempo, quando esses estiverem construídos, voltaremos a falar nos outros.

Naturalmente que nesta situação nem toda a gente fica contente. Sabemos que cada vez que é dito que não, as pessoas ficam tristes. Eu, se fosse ter com a Dra. *Maria Gouveia*, que esteve a ouvir os presidentes de junta com paciência, atenção e profissionalismo, e saísse de lá com um não, também ficaria triste. Ninguém gosta de ouvir que não, mas ouviram que não, porque não foi possível. Este assunto foi debatido durante muito tempo, aliás, demasiado tempo, como foi aqui dito, e lamentamos tê-lo trazido até este momento. Depois de o termos encerrado, houve um momento de discussão pública e agora tem de haver um momento de votação.

Se for aprovado, temos até 30 de junho para publicação em Diário da República, para que o concelho não pare. Caso contrário, poderemos ficar por parte da CCDR, que tem essa gestão, a marcar passo durante algum tempo e a cidade fica completamente refém de uma não decisão, de uma não votação. Portanto, sugiro que pensem muito bem naquilo que é o todo e não nos estejamos a concentrar apenas na parte. E o todo são 97,1%. Se 6,9% põem em causa todo um concelho, lamento profundamente.

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É só para fazer um ponto sobre a classificação de solo urbano, os espaços verdes urbanos são classificados como solo urbano, ou seja, quando o Município reduz áreas na perspetiva de que sejam espaços verdes ou de proteção verde, isso pode estar incluído nos espaços urbanos.

Hoje em dia, as grandes cidades estão, de facto, a promover espaços verdes, porque há estudos que mostram uma relação entre a saúde mental das pessoas e a presença de espaços verdes. Portanto, justificar essa redução dos espaços com a necessidade de criar espaços verdes não faz sentido, porque, na verdade, os espaços verdes estão e devem estar dentro do espaço urbano.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desculpe, está em contexto urbano, mas não é em território urbano para efeitos de edificado, são coisas distintas. Efetivamente, devemos manter esses espaços e fomentá-los.

----- Efetuada a votação e estando 57 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor, 12 abstenções e 15 votos contra, aprovar a Proposta da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela e a respetiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (INDEPENDENTES) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Votei contra a Proposta da Revisão do PDM porque considero que a mesma prejudica o desenvolvimento e o futuro da Freguesia de Frechas através da sua redução da área urbanizável, limitando oportunidades de construção e de fixação de população e atração de indústria.

O meu voto traduz a defesa dos interesses da Freguesia de Frechas.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:



É uma Declaração de Voto, no entanto, não deixa de me surpreender. Nós, Deputados Municipais, temos que olhar pelos interesses do nosso concelho. Alegar que se vota contra ou a favor por causa de uma freguesia é irregular, não estamos a representar devidamente aquilo para que os nossos eleitores nos puseram aqui.

Nós temos 30 Presidentes de Freguesia que representam uma população muito inferior a 50% das pessoas que nos elegeram, se formos seguir esse critério, estamos a adulterar tudo aquilo que é o princípio básico de defendermos os interesses maiores do nosso concelho, ou seja, alguém diz, “*porque eu sou de Contins e reduziram a área*”; “*eu sou de Frechas, falhou*”.

Como Presidente desta Mesa, posso estar completamente errado, mas não considero que esse seja o caminho correto de quem está aqui a defender os interesses globais do concelho, sem atender aos prejuízos, aos benefícios e a determinadas coisas que cada um pode alegar na sua Declaração de Voto.

Vejo aqui votos e abstenções coerentes, se calhar com toda a lógica e outros votos contra, com toda a lógica, mas uma Declaração de Voto baseada nesse princípio está escrito, está feita e vai ficar registada. Eu sinceramente, como Presidente da Assembleia, não a encaro corretamente. Peço desculpa, mas é a minha opinião.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Esta Declaração de Voto representa o Grupo Municipal do PSD, que votou abstenção. Votou abstenção na Proposta da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal, fizemo-lo porque apesar de reconhecer os méritos da Revisão, a coerência global da estratégia territorial proposta, mantendo reservas relativamente à capacidade de algumas opções, responderem plenamente aos desafios da renovação demográfica, da fixação de população e atração de novos residentes para determinadas freguesias do concelho.

Contudo, importa reconhecer que uma parte significativa das soluções agora refletidas no PDM, não resulta apenas de opções do Executivo municipal, resulta também das profundas alterações introduzidas no quadro legal do ordenamento do território, designadamente pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que reforçam a proteção do solo rústico e agrícola e limitam expansão urbana.

Por isso, é legítimo questionar se uma nova revisão produziria no essencial um resultado substancialmente diferente. A nosso ver, não existe essa garantia, pelo contrário, a não aprovação desta Revisão poderia significar o prolongamento de um processo que o concelho aguarda há vários anos, mantendo-se a incerteza para os cidadãos, investidores e para o património do Município.

Entendemos, por isso, que Mirandela beneficia mais de dispor de um instrumento de planeamento atualizado, ainda que não isento de críticas e passível de aperfeiçoamentos futuros, do que de prolongar indefinidamente a sua conclusão. Os planos podem e devem ser melhorados. O tempo perdido é que dificilmente pode ser recuperado.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Eu vou falar só por mim, não vou falar pela Bancada, vou falar por mim, porque tive alguma dificuldade em decidir o meu voto nesta matéria e decidi votar contra em primeiro lugar porque valorizei tudo aquilo que eu ouvi dos meus colegas, alguns deram-me algum conhecimento que eu não consegui retirar desta matéria, da leitura que fiz e da análise que fiz e fizeram ver outras perspetivas.

Por outro lado, sinto que um Executivo que, em primeiro lugar, diz publicamente que nós temos um PDM e uma discussão pública que foi muito participada, para depois justificar aqui perante algumas questões que foram colocadas, dizendo que afinal devia ter sido mais participada ainda. E, para além disso, dizer também e apelar aqui alguma sensibilidade no sentido que se esta Proposta de Revisão do PDM não for aprovada, nós vamos causar algum prejuízo, porque alguns fundos comunitários não vão ser aproveitados; eu não vejo que seja uma justificação correta, esclarecedora, concreta e, além do mais, sinto que é muito pouco valorizada a nossa opinião enquanto Deputados Municipais.

A dada altura, sinto que era preferível que nada fosse dito, que nada fosse questionado, era muito mais confortável. Eu gosto de ter opinião. Não permito a ninguém que avalie ou ajuíze o meu sentido de voto, porque ele foi feito em consciência. Se dou exemplos concretos nesta Assembleia, é porque são exemplos que eu conheço e porque participei neles e porque tenho a minha visão deles e, portanto, é a minha e isso para mim é suficiente.

Eu sou Deputada Municipal, delibero de acordo com a minha consciência, de acordo com o meu conhecimento e de acordo com o conhecimento que o Executivo devia dar, e não dá, e de acordo com o trabalho que muitos colegas sim me dão. Por isso, o meu voto foi contra, apesar de inicialmente até pensar abster-me, mas abster-me, do meu ponto de vista, é muito pouco e, portanto, não tive alternativa a não ser votar contra, porque o sim, não sinto que fosse o melhor para Mirandela.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

O PCP votou abstenção porque não abdicamos daquilo que é, e que deve ser, este plano de desenvolvimento do PDM, em que ficou claro, muito claro perante todos vós, que temos uma área agrícola, ou um solo agrícola, ou rústico de cerca de 93% e 3% de área urbanizável. E aqui não posso deixar de ser mais claro do que isto, aquilo que eu falei há pouco sobre um documento que faz falta, iremos debater-nos para que esse documento faça parte deste Plano Diretor Municipal, refiro-me ao Relatório de Fundamentação. E



este Relatório de Fundamentação vai dar-nos a possibilidade de que este Executivo justifique perante os Deputados desta Assembleia as suas escolhas de crescimento.

Iremos ser fiscalizadores, iremos fazer propostas, porque não queremos que este território seja para produções e infraestruturas energéticas, rodoviárias, ou até para programas nacionais. Aachamos que este Plano Diretor Municipal tem algumas, provavelmente mais partes positivas do que negativas, vai depender sim da avaliação política que este Executivo irá ter exatamente com este Relatório de Fundamentação.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Nós votamos contra, porque eu fiquei na expetativa de o Senhor Presidente da Câmara responder, não só às minhas perguntas, que até eram poucas, mas, por exemplo, às da Senhora Deputada *Sandra Grilo*, que fez uma série de perguntas e que eu não repeti e outros Deputados que questionaram o Senhor Presidente e o Senhor Presidente limitou-se a apelar ao voto.
Aqui nesta Assembleia, eu começo a ficar perturbado e fico perturbado, gosta-se muito de extremar e dramatizar em determinadas situações. Lembram-se das Eólicas? Os funcionários iam ficar sem vencimento. Agora, o problema também, o Senhor Presidente limitou-se a apelar ao voto...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* interrompeu o Senhor Deputado para dizer:
Eu peço desculpa, Senhor Deputado, isto não é uma Declaração de Voto.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
É justificar porque é que nós votamos contra... Deixa-me acabar... Então fale você sozinho.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
Então vá-se embora. O Senhor já tinha dito que votava contra e agora dizia novamente porquê. Agora votou pelo que disse o Senhor Presidente? Por amor de Deus.

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Votamos contra, porque um Plano Diretor Municipal que é mau para uma freguesia não pode ser bom para o global, ou seja, um Plano Municipal deve atender a todos os pontos do território, julgo que é motivo mais suficiente para votar contra.

Outra coisa que eu acho que é importante, é que a Assembleia Municipal é o órgão que aprova, nós devemos ter tempo para avaliar o documento, para o votar e devemos ter tempo para, se necessário, fazer alterações.

Não me parece que seja correto, nem muito justo para nós, apresentar um documento e tem que ser aprovado, porque senão perdemos milhões. Isso é inaceitável, isso é típico dos portugueses, fazemos tudo em cima do joelho. Este documento deveria ter chegado aqui com tempo de antecedência para ser debatido, para ser alterado por todos nós, é esse o nosso papel.

Este foi o motivo do meu voto contra.”

Eu tenho a mania que sou professor e com o maior respeito, Senhor Presidente, vou-lhe dar um conselho enquanto professor: faça a gestão da Mesa e não comente as Declarações de Voto. É um é um conselho de amigo e de professor.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
Obrigado por isso. A declaração de voto para mim é uma coisa muito simples, muito frontal e muito realística. Agora, aproveitar uma declaração de voto para voltar a recapitular tudo, eu não posso aceitar.

Eu tenho que interromper quando o Senhor Deputado está a seguir uma linha que não tem lógica e o Senhor Deputado estava outra vez a recapitular uma situação que esteve 10 minutos a comentar e, ao fazer a declaração de voto, estava a recapitular.

Em relação aquilo que o Senhor Deputado *Vasco Cadavez* diz, o Senhor Deputado acredita que a tendência de voto mudou, porque o Presidente da Câmara responsabilizou alguém sobre as consequências disso? Também não acredita nisso, não é? É claro que não. Eu acho muito bem que cada um faça as declarações de voto que entender, mas sem estarmos a recapitular. Aliás, também estive para interromper o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, porque já estava a entrar na mesma linha.

Isso não faz parte daquilo que é uma declaração de voto, uma declaração de voto é muito taxativa. Aliás, até um voto vencido, que não é o caso, não apareceu aqui nenhum.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) fez uma interpelação à Mesa:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu fiz exatamente o mesmo que fez o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* e a mim não me interrompeu, porquê?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
Não fez não, não fez. Mas pronto, estão a questionar a minha opinião. Eu interrompi quando entendi que deveria interromper e a discussão termina aqui.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) fez uma interpelação à Mesa:



Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Presidente só pode dar a sua opinião sobre aquilo que nós dissermos, se nós lhe pedirmos a sua opinião.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não, peço desculpa. Sempre que se faz uma declaração de voto e essa declaração de voto deixa de ser uma declaração de voto para ser uma opinião expressa daquilo que já se repetiu, eu vou interromper sempre. E não, este caso não foi igual ao seu, nem igual a nenhum deles.

A interrupção não tem nada de mal, o que tem de mal é alguém abandonar o palanque porque se arreliou, porque está enervado, porque não lhe correu bem, porque não era isso que estava nas suas ideias. Fique com a sua opinião, eu fico com a minha.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu sei como votei e como decidi o meu voto. Não lhe admito ao Senhor Presidente que questione se quando eu entrei ou quando eu saí, se eu já trazia o voto ou não, porque eu sei aquilo que fiz aqui e não admito a ninguém que esteja a questionar a forma como eu decidi.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Mas, com certeza, não alterou ...

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Altere.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Mas foi por causa da explicação da Senhora Engenheira?

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Foi por causa da resposta do Senhor Presidente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Isso é uma mudança de opinião muito ténue, parece-me a mim, mas é sua e a responsabilização é sua.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Deixem-me só pôr aqui uma questão. De facto, a Senhora Deputada *Marisa* fez todo o sentido fazer a declaração de voto, porque quando fez a sua apresentação não disse qual era a orientação de voto. Mas no caso do Senhor Deputado *Virgílio Tavares* ele já tinha dito, antes do Senhor Presidente dar explicações, que ia votar contra. Nem sequer fazia sentido, se calhar, a declaração de voto.

4.4 - Proposta de Alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Mirandela e respetiva Tabela de Taxas.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 05/06/2026, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 142.º do Código do Procedimento Administrativo e na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as alterações ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Mirandela e respetiva Tabela de Taxas, conforme proposto.”

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu só tenho aqui duas questões a colocar relativamente a esta matéria. A primeira questão tem a ver com a retroatividade. E, relativamente a essa questão, eu coloco mesmo a pergunta ao Senhor Presidente, no sentido de perceber quantos processos concretos existem que justifiquem esta retroatividade? Estamos perante uma alteração geral do regulamento ou perante uma tentativa de acomodar situações particulares já ocorridas?

Para além disso, há outra questão, que é a dispensa da consulta pública. A Câmara propõe dispensar a consulta pública, alegando que as alterações são favoráveis aos interessados. Contudo, essas alterações mudam regras de cobrança de taxas, criam novas isenções, alteram critérios urbanísticos e podem afetar receitas municipais. E era relativamente a estes dois pontos que eu gostava de algum esclarecimento, se pudesse ser.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



A proposta que hoje apreciamos contém alterações que, na sua generalidade, nos parecem positivas. Clarifica normas, adapta conceitos urbanísticos à realidade do Plano Diretor Municipal, cria incentivos associados à mobilidade elétrica e introduz mecanismos de apoio ao investimento.

Contudo, a análise deste documento suscita uma reflexão mais ampla. Estamos a alterar um regulamento aprovado há pouco mais de um ano e verificamos que já foi necessário introduzir clarificações interpretativas, novos regimes de isenção, novas reduções de taxas e até atribuir efeitos retroativos a algumas das alterações agora propostas. Isto leva-nos a questionar se o regulamento original acautelou devidamente todas as situações relevantes ou se algumas matérias poderiam ter sido melhor densificadas desde o início.

Por outro lado, compreendemos a intenção de criar mecanismos de incentivo ao investimento e ao desenvolvimento económico. Mas, quando se atribui à Câmara Municipal a possibilidade de conceder isenções ou reduções de taxas com fundamento em interesse público, social ou económico, entendemos que seria desejável uma maior definição dos critérios que orientam essas decisões do executivo. Se não estiverem suficientemente definidos, fica a dúvida quanto ao livre arbítrio. Não porque duvidemos da atuação do executivo, mas porque regras claras protegem os particulares, reforçam a transparência e valorizam a própria decisão administrativa.

Finalmente, entendemos que seria útil conhecer o impacto prático destas alterações, nomeadamente quantos processos poderão beneficiar dos regimes agora criados e das normas cuja aplicação retroativa contém a proposta.

Com estas observações, acompanharemos favoravelmente a proposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO FONSECA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Aproveito para aconselhar alguma calma nesta reta final a todos, porque não faz mal a ninguém, para podermos chegar de alguma forma mais célere ao final desta sessão.

A alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas do Município de Mirandela e respetiva Tabela de Taxas, que hoje apreciamos, tem um objetivo muito claro: clarificar, aperfeiçoar e adaptar o regulamento à realidade que a sua aplicação prática veio revelar.

Recorde-se que este regulamento foi aprovado pela Assembleia Municipal em 28 de fevereiro de 2025 e entrou em vigor após a sua publicação em Diário da República.

Decorrido mais de um ano de aplicação, verificamos que foi possível identificar algumas situações que justificam ajustamentos, não por implicarem qualquer agravamento para os munícipes ou agentes económicos, mas precisamente para tornar o regime mais claro, mais justo e mais adequado às necessidades do concelho.

Em primeiro lugar, procede-se à clarificação do regime de isenções previsto no artigo 26.º, no que respeita às operações urbanísticas. Pretende-se evitar dúvidas interpretativas, deixando expresso que determinadas isenções abrangem as taxas associadas à atividade administrativa municipal, mas não incluem a taxa de realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas (TRIUI), As taxas de compensação ou as taxas de reposição.

Em segundo lugar, são introduzidos mecanismos de isenção e redução da TRIUI (Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas) em situações devidamente fundamentadas, falamos, por exemplo, de casos de catástrofe pública, calamidade ou força maior, de obras com manifesto interesse público ou social, ou de projetos relevantes para o desenvolvimento económico do município.

Prevê-se ainda a possibilidade de redução da TRIUI quando o promotor execute, por sua conta, infraestruturas que venham a servir o município ou terceiros, ou quando proceda à cedência de imóveis necessários à prossecução das atribuições municipais. Este é um aspeto importante, porque permite reconhecer o esforço dos particulares quando estes assumem encargos que, de outra forma, poderiam recair sobre o município, criando um regime mais equilibrado e mais ajustado ao interesse público.

A proposta contempla também a redução da taxa aplicável à ocupação do espaço público por postos de carregamento de veículos elétricos, passando de 25 centimos para 5 centimos por metro quadrado e por dia. Trata-se de uma medida alinhada com os objetivos de sustentabilidade ambiental, mobilidade elétrica, descarbonização e transição energética, incentivando a expansão destas infraestruturas no concelho.

É igualmente prevista a isenção da taxa de ocupação do espaço público para postos de carregamento de iniciativa municipal, mesmo quando resultem de investimento ou exploração por entidades terceiras.

Por fim, procede-se a uma clarificação na Tabela de Taxas, passando a categoria "Indústria" a constar como "Indústria e/ou Armazéns", em conformidade com os conceitos urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial em vigor.

Importa sublinhar que estas alterações são, no seu conjunto, favoráveis aos munícipes. Não criam novos encargos, não aumentam taxas existentes e visam, sobretudo, clarificar, simplificar e tornar o regulamento mais adequado à realidade municipal. Por estas razões, entendemos que a proposta é equilibrada, oportuna e positiva para o Município de Mirandela, para os munícipes e para os investidores que pretendam desenvolver projetos no nosso concelho.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Responder aqui de uma forma genérica a todos e responder também muito objetivamente à Senhora Deputada *Marisa Aranda* que não há qualquer caso retroativo. Não há retroatividade. O que está em causa são aqueles processos que estão neste momento em curso, isto é, alguns já terão entrado e irão beneficiar desta aprovação, mas não temos nenhum caso que vá ter efeito retroativo. Não temos.

A proposta de alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Mirandela visa clarificar, aperfeiçoar e ajustar o regime existente à experiência e à prática da sua aplicação, que temos tido desde a sua entrada em vigor, sem introduzir novos encargos para os munícipes ou agentes económicos.



As principais alterações incluem a clarificação do regime de isenções no âmbito das operações urbanísticas, deixando explícito que não abrangem a TRIU, as taxas de compensação ou de reposição, reforçando a segurança jurídica e evitando interpretações divergentes. Portanto, trata-se de uma clarificação.

Introduzem-se também mecanismos de isenção e redução da TRIU em situações excecionais, como catástrofes, projetos de relevante interesse público ou económico, bem como nos casos em que os promotores privados executem infraestruturas ou cedam terrenos para interesse municipal, promovendo uma lógica de cooperação com o interesse público.

No domínio da sustentabilidade, destaca-se a redução significativa da taxa de ocupação do espaço público para postos de carregamento de veículos elétricos e a isenção desta taxa para impostos de iniciativa municipal, incentivando assim a mobilidade elétrica e a transição energética.

Por fim, procede-se a uma atualização da terminologia da Tabela de Taxas, passando a designação "Indústria" para "Indústria e/ou Armazéns", alinhando-a com o instrumento de gestão territorial em vigor.

Em síntese, trata-se de uma alteração orientada para a clarificação normativa, a justiça na aplicação das taxas e o incentivo ao investimento e à sustentabilidade, sem agravamento fiscal.

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Mirandela e respetiva Tabela de Taxas.

4.5 - Proposta de Aprovação do Protocolo de Colaboração com a ACRIGA e Revogação do Regulamento de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 05/06/2026, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o Protocolo de Colaboração entre o Município de Mirandela e a Associação de Criadores de Gado e Agricultores – ACRIGA, constante do anexo à presente proposta, que dela faz parte integrante, nos termos do qual se estabelece a operacionalização de um apoio municipal aos produtores pecuários com explorações legalmente registadas no concelho de Mirandela, destinado a compartilhar os encargos associados às ações de profilaxia médica e sanitária abrangidas pelo Programa Sanitário anual da DGAV, sendo o respetivo processamento operacional efetuado através da ACRIGA.**
- 2 - Autorizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a subscrever o referido Protocolo em representação do Município.**
- 3 - Submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta formal de revogação do Regulamento de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária do Município de Mirandela, aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e publicado através do Aviso n.º 5974/2021, de 29 de março, com efeitos a partir da data de entrada em vigor do Protocolo.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A atividade pecuária continua a ter uma enorme importância económica, social e territorial para o concelho de Mirandela. Por isso, todas as medidas que contribuam para reduzir encargos dos produtores e simplificar procedimentos administrativos merecem a nossa atenção e consideração.

A proposta que hoje analisamos parte de um diagnóstico que nos parece correto. O modelo anterior, assente em candidaturas individuais e reembolsos posteriores, revelou-se burocrático, moroso e pouco eficiente para os produtores pecuários.

A solução agora apresentada, através da colaboração com a Associação de Criadores de Gado e Agricultores (ACRIGA), procura simplificar procedimentos, acelerar pagamentos e garantir uma gestão mais próxima da realidade do setor. Trata-se de um objetivo que acompanhamos. Contudo, gostaríamos de deixar uma reflexão: o município não está apenas a aprovar um protocolo; está também a revogar um regulamento municipal que enquadrava este apoio desde 2021. E aqui coloca-se uma questão que consideramos relevante.

Os regulamentos municipais têm vocação de permanência e garantem um enquadramento geral, abstrato e estável para os apoios públicos, já os protocolos constituem instrumentos de execução associados a uma entidade concreta e a uma determinada realidade temporal. Por isso, perguntamos se não teria sido mais adequado manter um enquadramento regulamentar simplificado para este apoio e utilizar o protocolo apenas como mecanismo operacional da sua execução.

Não colocamos em causa a idoneidade da ACRIGA, nem a utilidade da solução encontrada. Entendemos apenas que, quando um regulamento é substituído por um protocolo, importa garantir que o município não perde capacidade de manter uma política pública estruturada e duradoura nesta área.

Com estas observações, acompanharemos favoravelmente a proposta apresentada.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:



Gostaria de alertar para o seguinte: como sabem, o Regimento prevê que estas reuniões terminem às 19 horas. Eu penso que, se prolongarmos, com o vosso aval, mais uma hora, resolvemos hoje o assunto, sem termos de vir na segunda-feira.

Alguém vê algum inconveniente em que a reunião se prolongue até às 20 horas? Sendo assim, vamos manter a reunião para terminarmos os trabalhos e tentar ser o mais breves possível. Muito obrigado.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este ponto levanta-me uma dúvida que não é uma dúvida técnica; é uma dúvida de coerência, Senhor Presidente. E digo isto porquê?

Há relativamente pouco tempo, e há de estar recordado, coloquei por escrito um conjunto de questões ao município sobre os apoios à pecuária e a resposta que recebi foi muito clara: o município reconhece que existem atrasos, sim, mas explica que esses atrasos são devidos a constrangimentos operacionais e à falta de recursos humanos. Afirma que esses atrasos estavam já em processo de regularização e praticamente resolvidos ainda antes desta proposta chegar a esta Assembleia.

Ora, Senhor Presidente, é precisamente aqui que eu tenho dificuldade em perceber. Hoje dizem-nos que é necessário revogar um regulamento aprovado por esta Assembleia porque o sistema era moroso, complexo e gerava atrasos, mas, ao mesmo tempo, diziam-me que os atrasos resultavam da falta de recursos humanos e que estavam já resolvidos mesmo antes desta proposta. Por isso, a pergunta é inevitável: afinal, o problema era o regulamento ou era a falta de capacidade dos serviços? Porque, para mim, são coisas diferentes.

Se o problema era o regulamento, então deve existir uma avaliação objetiva que o demonstre. Mas essa avaliação não existe ou não nos é apresentada. Se o problema era a falta de recursos humanos, então estamos a resolver um problema administrativo alterando profundamente as regras de apoio. E isso, Senhor Presidente, já não é uma necessidade técnica; é uma opção política, do meu ponto de vista. E as opções políticas têm de ser explicadas. Mas não ficamos por aqui.

O que hoje nos é proposto não é apenas uma simplificação; é uma mudança de modelo. Passamos de um sistema em que cada produtor podia candidatar-se diretamente, com regras claras e iguais para todos, para um sistema em que tudo passa por uma única entidade. Acresce ainda uma contradição que não posso deixar de referir. Nas respostas que me foram enviadas, foi dito que o novo modelo poderia aplicar-se já ao ano de 2025, que ainda está em atraso aos produtores.

Uma coisa que também me surpreendeu na resposta foi o facto de dizerem que os valores que estavam a ser pagos relativos a 2023 e 2024 aos produtores eram tão baixos que isso não os poderia afetar. Isto é surpreendente, é surpreendente. Portanto, continuamos em falta com o ano de 2025 e o protocolo que hoje analisamos diz exatamente o contrário, diz que 2025 continua a ser tratado ao abrigo do regulamento anterior.

É por isso que eu pergunto, afinal, qual é a versão correta? O que me foi comunicado por escrito na sua resposta ou o que consta do documento que hoje nos pedem para aprovar?

Senhor Presidente, há aqui um padrão que me preocupa: utiliza-se o argumento dos atrasos para justificar a mudança, mas os atrasos eram limitados, resultavam de problemas operacionais e estavam já resolvidos antes desta proposta e, por isso, não posso deixar de concluir que aquilo que hoje temos não é uma necessidade; é uma escolha. Puramente uma escolha. E essa escolha levanta para mim uma questão de fundo: estamos a melhorar o sistema ou a substituir um modelo transparente por um modelo mais dependente?

Para mim, apoiar a pecuária é essencial. Nisso não há dúvida e estamos de acordo. Mas a forma como esse apoio é atribuído também importa, e para mim importa muito, porque é aí que se joga a confiança, a transparência e a igualdade entre todos os produtores. E, por isso, Senhor Presidente, termino apenas com uma nota simples: espero que esta simplificação não venha, na prática, substituir a transparência pela conveniência.

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No âmbito da minha participação no Conselho Municipal de Agricultura, dei alguns contributos para este protocolo.

Há um ponto que eu acho que é fundamental: o Município de Mirandela deve apoiar os produtores do concelho de Mirandela. Julgo que não temos dúvidas quanto a isso. Também julgo que não há dúvidas de que não é a mesma coisa apoiar os produtores ou apoiar uma associação. Se queremos apoiar os produtores, temos de garantir que o apoio chega aos produtores. E, portanto, quando li o protocolo, foi essa a primeira preocupação que tive. Qual é a forma que devemos encontrar para que os agricultores tenham, de facto, acesso aos apoios e para que estes não se dispersem nem deixem de chegar aos produtores?

Nesse âmbito, propus várias sugestões que foram aceites e integradas no protocolo. Inclusivamente, o protocolo inicial obrigava a que os produtores do concelho de Mirandela fossem sócios de uma associação do concelho de Macedo de Cavaleiros, o que, no meu entender, não faz sentido. Se nós queremos apoiar os produtores, não podemos fazer depender esse apoio de uma associação que não está sediada no concelho. Nós queremos apoiar os nossos produtores, a condição deve ser que sejam produtores do concelho de Mirandela, independentemente de serem associados ou não. Isso é importante.

O modelo de transferência de verbas para a ACRIGA comporta riscos e julgo que deve haver uma forma clara de verificação da utilização dessas verbas. Isso é muito importante para que os nossos agricultores e os nossos produtores tenham, de facto, acesso aos apoios. Portanto, é uma preocupação que continua a existir, apesar das melhorias que o protocolo já incorpora. Ainda hoje, este protocolo que aqui chegou continua a fazer referência a associados e não a produtores do concelho de Mirandela. Acho que isso deve ser modificado.

Há um ponto em que existe um erro na parte legal, porque refere um documento de 1997. Diz assim “atualizar ou validar a referência legal à Portaria n.º 168/2007.” Acho que o que é referido no protocolo está desadequado. As intervenções abrangidas devem ser harmonizadas entre a cláusula 1.ª, a cláusula 2.ª, a cláusula 4.ª e o Anexo I, porque as intervenções abrangidas nestas cláusulas não são exatamente as mesmas. Portanto, é preciso ter algum cuidado nessa matéria.



Há aqui um ponto que deve ser substituído: o protocolo refere “produtores associados”, isto é ambíguo e julgo que não nos compete a nós obrigar os produtores do nosso concelho a serem associados de uma associação de Macedo de Cavaleiros. Parece-me a mim, posso estar enganado. Devíamos substituir essa expressão por “produtores pecuários beneficiários” porque o município apoia os produtores e não pode discriminar em função da pertença ou não a uma associação. Portanto, no protocolo, deveríamos substituir “produtores associados” por “produtores pecuários beneficiários” ou “produtores abrangidos do concelho de Mirandela”. Julgo que era importante esta clarificação.

Era só. Há aqui mais alguns pontos que eu posso fazer chegar posteriormente, mas a minha preocupação é, de facto, esta: que os beneficiários dos apoios sejam efetivamente os produtores.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mascarenhas *FERNANDO PINTOR* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou ser muito breve e é para esclarecer esta situação.

Todos os produtores são associados de uma OPP. Se formos à origem da medida, o nome da ajuda deveria ser “ajuda à sanidade animal” e não aos produtores pecuários, porque a ajuda aos produtores é mais abrangente e, se calhar, um dia vamos discutir isso e apresentar uma proposta nesse sentido.

Neste momento, o que está aqui em cima da mesa é uma ajuda à sanidade animal ao nível dos produtores. E os produtores têm de ser associados de uma OPP. Todos os anos, nos meses de novembro e dezembro, têm de indicar qual é a OPP que realiza as intervenções e, por isso, têm de estar associados.

Neste momento, vamos assinar um protocolo com a ACRIGA, que é a ADS de Macedo de Cavaleiros. Mas, se tivermos, e temos pelo menos duas ou três explorações que eu conheço, que são intervencionados pela ADS de Vila Flor e, mais tarde, com certeza, terá de vir um protocolo com a ADS de Vila Flor para poder abranger esses produtores e permitir que também eles sejam financiados. Por isso, eles têm de estar sempre associados a uma associação que vai realizar essas intervenções. Basicamente, é isso. A ajuda destina-se apenas à sanidade animal. Não é ao melhoramento nem a outras áreas; é única e exclusivamente para a sanidade.

Depois, tem uma vantagem. O que se tem verificado nos últimos anos com a ajuda que estava a ser dada pela autarquia é que a maior parte dos produtores com 20 ou 30 animais, para receber 1 euro por animal, tinha de ir à Segurança Social, tinha de ir às Finanças buscar a declaração de não dívida e tinha de entregar toda essa documentação na autarquia. Como não o faziam, acabavam por não beneficiar desse apoio. Neste momento, vamos ter a garantia de que, tenha o produtor 10 animais ou 500 animais, vai ter acesso a essa ajuda. E vamos ter outra garantia, que todos os animais do concelho vão ser intervencionados.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Importa realçar que esta proposta resulta do Conselho Municipal de Agricultura, onde foram debatidos estes temas. Creio que a Senhora Deputada *Marisa Aranda* estava lá, certo?

Os conselhos municipais, quer de Agricultura, quer de Educação, quer de Segurança, devem ter algum efeito; aquilo que vamos para lá debater e propor há de ter algum efeito.

Daquele Conselho Municipal de Agricultura resultou esta proposta, que pareceu a todos os conselheiros aceitável, do ponto de vista do melhoramento do acesso mais rápido aos produtores. Tendo em conta todos os contributos, preparamos o documento, foi à reunião de Câmara, foi aprovado e vem hoje aqui, sempre numa perspetiva de melhorar o processo e de chegar o mais rapidamente possível aos destinatários.

Se nós temos aqui um interveniente que pode ser uma mais-valia para mitigarmos os assuntos burocráticos e chegar mais rápido aos produtores, e que os sejam ressarcidos mais rapidamente, e estejam mais tranquilos na obtenção da documentação e em todo esse processo burocrático, para nós é fundamental.

Em nada impede, e reitero tudo o que disse, fiquei muito preocupado quando percebemos, e disse-o naquele Conselho Municipal de Agricultura, que há de estar em ata, que havia produtores de 2023 e de 2024 que não tinham recebido o apoio. E eu disse, “é verdade que não receberam, porque efetivamente há um problema”. Havia um problema de recursos humanos e de procedimentos,

Tivemos de fazer esse trabalho, porque este protocolo não tem efeitos retroativos; só produz efeitos daqui para a frente. Só a partir da aprovação é que vamos assinar com a AGRICA. Portanto, tudo o que estava para trás teve de ser tratado por nós, e esse trabalho está feito. Não podíamos deixar esse trabalho por fazer e entregá-lo agora à AGRICA. Vamos entregar o processo limpo e atualizado. Portanto, tudo isso são, efetivamente, questões muito importantes.

Aproveito também para dizer que, às vezes, não damos conta das respostas todas. Em relação à equipa da EMEIA, a equipa da EMEIA é uma equipa que também é muito limitada, e que também dá resposta ao BUpi. São poucas pessoas, algumas estão a meio tempo e também trabalham com outros serviços. A equipa é limitada e não consegue dar resposta a tudo o que nós gostaríamos.

Neste caso concreto, é mais uma libertação. Este assunto é trabalhado também pela senhora veterinária, que vai poder dar resposta a outras questões que colocou há pouco o Senhor Deputado *Vasco Cadavez*, ficando liberta disto. Portanto, parece-nos também um assunto muito importante.

Agora, nós não vamos perder nunca o controlo, isso é que não. Quando transferimos as verbas, vamos ter de saber para quem foram, quem são e qual é a morada da exploração. Isso que fique muito claro. Nós não vamos transferir pagamentos para Macedo de Cavaleiros ou para Vila Flor; até podem estar associados nessas associações, mas têm de ter a exploração e residência no nosso concelho. Isso parece-me absolutamente determinante. Nós só pagaremos à medida que nos forem chegando os comprovativos dos pagamentos. Isso é absolutamente claro e teremos de fazer esse trabalho.

Quanto à questão do regulamento, este teve de ser revogado porque estava muito associado à forma de pagamento e à forma de chegada aos produtores. Portanto, se nós vamos ter outro modelo, teríamos de revogar aquele, sem prejuízo que se faça outro.



Vamos trabalhar outros níveis, quer ao nível dos produtores pecuários, quer dos produtores apícolas, e ainda noutras situações que venham a ser tratadas e decididas.

Parece-me que este é um documento que vem agilizar o processo e não fragiliza rigorosamente nada daquilo que são as determinações e as obrigações do Município, antes pelo contrário. Pegámos neste assunto porque nos pareceu uma boa prática, já praticada noutros concelhos e, parecendo-nos adequada perante a apresentação que nos foi feita no Conselho Municipal de Agricultura, levámo-la à reunião de Câmara, aprovámo-la e hoje trouxemo-la aqui. Parece-me que irá ser aprovada e que é uma boa medida.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de Colaboração entre o Município de Mirandela e a Associação de Criadores de Gado e Agricultores – ACRIGA e aprovar a revogação do Regulamento de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária do Município de Mirandela, aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e publicado através do Aviso n.º 5974/2021, de 29 de março.

4.6 - Proposta de Protocolo de Cedência de Utilização e Gestão do Parque de Lazer de Ponte da Pedra.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 05/06/2026, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, para que esta aprove a minuta do Protocolo de Cedência de Utilização e Gestão do Parque de Lazer de Ponte da Pedra a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama, concedendo poderes ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, *Vítor Manuel Correia*, para a outorga do mesmo, conforme proposto.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Só informar que tive uma solicitação da Bancada do PSD para que este ponto eventualmente viesse a ser retirado, porque um protocolo de cedência não teria necessidade, digamos assim, de vir à Assembleia Municipal.

O meu entendimento é que deve vir, porque, se a concessão tem de vir, a cedência não passa de uma concessão gratuita. De qualquer modo, como informei a Bancada do PSD, encaminhei o assunto para o Executivo, que decidiu não retirar o ponto, vamos prosseguir com ele.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero começar por dizer que não temos qualquer objeção de princípio à solução encontrada. Parece-nos perfeitamente legítimo que o Município confie a gestão do Parque de Lazer da Ponte da Pedra à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Torre de Dona Chama, entidade com forte implantação local, reconhecida ligação à comunidade e relevante papel de interesse público.

O que nos suscita algumas dúvidas não é a entidade escolhida, mas o enquadramento jurídico adotado. A proposta é apresentada como uma mera cedência de utilização e gestão de um equipamento municipal. Aliás, o próprio protocolo refere expressamente que a cedência tem natureza precária e que não constitui concessão de exploração. É isso que está dito no protocolo: que não é uma concessão de exploração. É o que está dito. Podia não estar dito, mas é isto que está lá dito. Não é um arrendamento, não é um comodato, nem qualquer forma de transmissão de direitos reais ou gozo sobre o imóvel. Portanto, não é isso.

Contudo, quando analisamos o conteúdo efetivo do protocolo, verificamos que estamos perante uma atribuição de gestão, manutenção, utilização e exploração do parque e respetivo bar por quatro anos, renovável por mais quatro.

Ora, esta circunstância suscita uma questão legítima: se estamos perante uma mera cedência precária de utilização, como está dito no protocolo, então seria útil perceber qual o fundamento jurídico concreto que justifica a intervenção deliberativa da Assembleia Municipal. E isso não está esclarecido. Mas, se pelo contrário estivermos perante uma figura materialmente próxima da concessão de exploração de um equipamento municipal, então compreende-se a intervenção da Assembleia Municipal ao abrigo das competências previstas no regime jurídico das autarquias locais.

A este propósito, recorde que a doutrina administrativa e diversos pareceres das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional têm vindo a distinguir claramente a simples utilização de bens públicos da concessão de exploração. Como refere um parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, apoiado na doutrina do professor *Freitas do Amaral*, existe concessão de exploração quando a entidade beneficiária assume a gestão do bem público de forma próxima daquela que seria exercida pela própria administração, e não é o caso.

É precisamente essa proximidade que torna menos evidente a qualificação jurídica da figura que hoje estamos a apreciar. Mas existe uma segunda questão que nos merece igualmente reflexão: o protocolo permite que a exploração do bar possa vir a ser cedida ou subconcessionada a terceiros, mediante mera comunicação ao Município. Ou seja, só tem que dar comunicação ao Município.

Ora, se a escolha da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Torre de Dona Chama assenta precisamente na confiança institucional, na sua ligação ao território e na prossecução de finalidades de interesse público, então parece-nos contraditório admitir que a exploração económica de parte relevante do equipamento possa posteriormente ser transferida a terceiros sem autorização expressa do Município. Ou seja, os Bombeiros só têm que lhes dar conhecimento, já não precisam de autorização para subconceder.

Não colocamos em causa a Associação Voluntária dos Bombeiros Voluntários da Torre Dona Chama. Não colocamos em causa a utilidade da solução encontrada. Entendemos apenas que, quando está em causa a gestão do património municipal, a clareza da



qualificação jurídica da figura utilizada e os mecanismos de transmissão da exploração económica são elementos essenciais para a boa administração. Por isso, gostaríamos de ouvir o Executivo sobre estas duas questões: qual o enquadramento jurídico concreto que justifica a intervenção deliberativa da Assembleia Municipal nesta matéria, atendendo a que se trata de gestão e não de concessão? Por que razão a eventual cedência ou subconcessão da exploração do bar não depende de autorização expressa do Município, mas apenas de comunicação?

São estes os esclarecimentos que gostaríamos de ver prestados. E digo mais, Senhor Presidente: se esta situação exige aprovação da Assembleia para a concessão e não para a gestão, e nisso não tenho dúvidas absolutamente nenhuma, porquê que então a Assembleia Municipal depois não tem parte quando se trata da subseção? Essa questão é que deve ser colocada.

Em relação à minha intervenção, terminei.

O Senhor Presidente fez o favor de dizer que havia um pedido da bancada do PSD sobre esta situação. Nunca é demais dizê-lo e vou ter que o fazer: Os pedidos dirigidos a qualquer organismo público têm um prazo de 10 dias para lhes ser dada resposta. Decorre da lei. O Código do Procedimento Administrativo determina que devem ter resposta.

A resposta pode ser uma mera resposta ao *e-mail* e quase não levar conteúdo, mas tem que haver resposta. E essa resposta não existe. Eu faço o pedido por interposta pessoa, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia naturalmente encaminhá-lo-á ao Executivo e, pronto, *“tudo como dantes no quartel de Abrantes.”* Isto não pode acontecer.

Eu tenho outros pedidos feitos ao executivo, na certeza, porém, que os 10 dias já lá vão, e eu vou forçar o ato administrativo. Vou recorrer ao Tribunal Administrativo para que o Município preste os devidos esclarecimentos a quem os pede.

Não estou aqui na qualidade de um munícipe qualquer; eu estou aqui ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição e que me é devida resposta. Quando se colocam perguntas muito concretas, muito objetivas, que eu fi-las, têm que lhes dar resposta. Não se podem escurar ao abrigo do regime de proteção de dados ou, então, digam-me por escrito qual é o regime pelo qual não podem dar essas informações e, depois, eu avaliarei as demais subsequentes. Agora, os pedidos não podem ficar sem resposta.

São-nos pagas as gratificações, ou as subvenções, pelas senhas de presença. Já é a segunda vez que digo que não sei aquilo que me estão a pagar, mas ninguém me responde. O recibo não dá para escrever, tem um programa ou não sei quê. Não. O recibo tem que ter, pelo menos, uma linha ou duas onde há de dar para escrever ou, se não dá para escrever, há de ter uma nota de lançamento, porque a contabilidade naturalmente paga com uma nota de lançamento. Que nos façam chegar essa nota de lançamento para sabermos aquilo que nos estão a pagar.

A questão, eu dou isso ao desbarato, mas que nos respondam!

----- O Senhor Deputado Municipal *TIAGO MORAIS* (IL) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto vai ser muito rápido, porque o Senhor Deputado *Rui Sá* acabou por tocar na minha dúvida, vou só reforçar, porque pelos vistos é uma dúvida que faz bastante sentido. Ou seja, nós acompanhamos favoravelmente a proposta, vemos com bons olhos esta solução de proximidade. No entanto, temos uma dúvida, que é o facto de a minuta prever, como o Senhor Deputado *Rui Sá* disse, que a associação possa subceder ou subconcessionar o bar a terceiros, bastando a comunicação ao Município.

Tratando-se de património municipal cedido gratuitamente e tendo em conta que a exploração de bares ou espaços municipais obedece sempre a critérios transparentes e concorrenciais, como tem sido regra e como temos vindo a aprovar aqui na Assembleia, entendemos que esta subcedência deveria depender também de autorização prévia do Município e dessas regras claras, e não apenas de uma comunicação escrita, como a minuta parece prever.

Pensei que pudesse ser um problema de escrita ou uma má interpretação da minha parte, mas, pelos vistos, a dúvida é partilhada também por outros colegas, e é isso que gostava de ver esclarecido. Apesar desta reserva, acompanhamos favoravelmente a proposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tinha aqui algumas questões relativamente ao protocolo para depois poder também tomar uma decisão de voto sobre esta matéria. Este protocolo é suportado por um normativo legal, DL n.º 280/2007, neste caso pelo artigo 23.º. Esse artigo diz que *“os imóveis do domínio público podem ser cedidos a título precário para utilização por outras entidades públicas”* ao qual se aplicam os artigos 53.º a 58.º do mesmo diploma.

Na consulta desses artigos, nomeadamente o artigo 54.º, aplica-se o princípio da onerosidade. Diz o diploma que a cedência, incluindo a cedência aos serviços do Estado, obedece ao princípio da onerosidade. Define o mesmo diploma que a contrapartida referida no número anterior pode assumir a forma de compensação financeira a pagar pelo serviço ou organismo utilizador.

E aqui, Senhor Presidente, começam as minhas dúvidas quando, no n.º 1 da cláusula primeira do protocolo, o Município cede, a título gratuito, à segunda outorgante este espaço. Qual a decisão técnica e jurídica que suporta esta decisão? Portanto, gostaria de saber o que está na base desta decisão.

Depois, na mesma cláusula, surge que o parque se encontra implantado na freguesia da Torre, mas esta informação não é correta, pois o rio Tuela define o limite geográfico entre as freguesias, conforme consta do PDM de Mirandela, que ainda hoje aqui aprovámos na segunda revisão. Deve ser corrigida esta informação.

Na cláusula segunda, Senhor Presidente, não se discrimina nem se define o que são fins sociais, ambientais e de apoio à comunidade. Questiono, por exemplo, se vai haver eventos de cariz social, com a integração dos centros sociais, a poderem utilizar este espaço periodicamente, com o transporte da cooperação, ou se os fins sociais são celebrar uma festa ocasionalmente? Vai haver metas ambientais, como recolha de resíduos, lixo, ações de sensibilização no local, limpeza das margens? De que apoio à comunidade falamos aqui? As pessoas, por exemplo, vão ter transporte assegurado para poderem usufruir deste espaço ou apoio em atividades? Aquilo que surge nesta cláusula é demasiado vago.



Na cláusula terceira temos um conflito que nos parece, no mínimo, estranho. Se a intenção é entregar aos Bombeiros, porque permite o Município que os Bombeiros, com a devida autorização, cedam a terceiros? Não seria melhor, nesse caso, o Município assumir aqui um papel diferente e colocar o espaço numa concessão pública, aberta ao mercado e à concorrência, tirando daí os seus dividendos económicos?

Nas obrigações previstas, por exemplo, na cláusula quinta, deve ser incluído, na minha opinião, quarto artigos: disponibilizar o nadador-salvador, monitorizar a qualidade da água e comunicar de imediato ao Município qualquer alteração, definir um horário de funcionamento do local e Ser criado um corredor de acesso dentro do limite dos 50 metros de proteção previsto no n.º 1 do artigo 43.º da Lei n.º 107, pois a ponte é um monumento nacional e deve haver essa linha dos 50 metros para salvaguardar o monumento nacional, que deveria constar desta planta, porque tecnicamente, os visitantes, ou seja quem for, têm que ter livre acesso àquela ponte, por se tratar de um monumento e a área de concessão não deveria ignorar esse facto.

Na cláusula sétima, penso ser coerente colocar um horário que balize a responsabilidade e defina o limite do valor do seguro de responsabilidade civil. O seguro deve assegurar a totalidade do valor investido e ser previamente enviado ao Município para validação. Não se deve dizer apenas que deve ter um seguro; deve dizer-se qual é o valor e o que é que esse seguro tem que assegurar.

Na cláusula oitava, deve constar que não se pode proibir o acesso a pessoas que apenas queiram ver o monumento nacional ou, então, pessoas das IPs ou das DGPC para vistorias às tais zonas não edificando e de salvaguarda do património.

Na cláusula décima primeira, diz assim “como se calcula a indemnização?” Porque refere uma indemnização. Então, se isto é dado a título gratuito, porque é que vou querer calcular uma indemnização? Que critério estão a pensar aplicar?

E, para terminar, na cláusula décima segunda, deve ser corrigida a frase que diz que a assinatura do protocolo é feita após a receção definitiva. Penso que se trata de um lapso. Deve ser após a receção provisória, porque, se for após a receção definitiva, será no fim dos cinco anos da obra estar concluída e não acredito que seja para entrar em vigor, então, este ano.

Senhor Presidente, aguardo os seus esclarecimentos às questões colocadas para poder, em consciência, definir o meu sentido de voto sobre este protocolo.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, não ouvi, e gostava de ter ouvido, o reconhecimento de finalmente a Ponte da Pedra estar reabilitada, depois de tantos momentos, tantas críticas. Era importante também ouvir e fazer essa ressalva. Mas nós agradecemos. Sabemos como é: há sempre um dedo acusatório e nunca um dedo de aprovação. Mas já nos fomos habituando a esta situação.

E dizer que, não sei quem é que falou, mas relativamente a estar situado no território de São Pedro Velho, não sei se teve ocasião de ver o artigo matricial. Convido-o a ler o artigo matricial. Nem lhe vou dizer o que lá está; depois, se quiser, terá oportunidade de o ler a este plenário, para perceber onde é que está situado o parque de lazer. É outra questão que importa dizer. Trata-se de um parque de lazer. A estrada e o monumento a que se refere, é uma estrada nacional, portanto, ainda que quiséssemos estabelecer aqui algum critério, temos que perceber do que é que estamos aqui a falar. É, efetivamente, um monumento nacional, mas que é utilizado como uma estrada nacional, onde passa trânsito. Portanto, é difícil colocarmos qualquer barreira de acesso a esse monumento nacional, que é uma estrada nacional.

Efetivamente, pode haver aqui uma questão ou outra de formalismo. Sinceramente, não me vou pronunciar já sobre esse assunto. Passou pelo nosso jurídico e o nosso jurídico entende que, relativamente ao facto de vir aqui à Assembleia, isto tem a ver com a deliberação sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, que é competência da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º, alínea q), n.º 1, do Regime Jurídico das Autarquias Locais. Mas não vou entrar aqui nessas questões, porque são questões jurídicas.

O que é importante aqui dizer é que nós temos mais alguns parques de lazer e algumas praias fluviais onde também existem equipamentos municipais que foram atribuídos às Juntas de Freguesia, e as Juntas de Freguesia concessionam-nos a quem entendem, nomeadamente em Miradeses e em Vale de Juncal. Portanto, não vejo aqui inconveniente rigorosamente nenhum, nem há necessidade, no nosso entender, de ter que ser de outra forma. Mas quando nós estamos aqui a pegar no assunto com esse pormenor, parece-me que, de facto, temos que ter mais cuidado e, se calhar, nem pensar em abrir esses espaços, dada a necessidade e a exigência tão elevada quanto a esses assuntos.

Quem é que utiliza? Se pode? Se tem transporte para ir para lá? Claro que sim. Tem transporte. As pessoas podem ir a pé, podem ir de bicicleta. Pode haver lá eventos? Sim. Já houve lá um evento. Veja bem: já houve lá um evento participado pelo Desporto Escolar, que resultou a 100%, e os miúdos estiveram lá envolvidos, sem que estivesse ainda protocolado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Torre Dona Chama.

Portanto, há aqui alguns assuntos em que, efetivamente, temos que ter alguns cuidados, nomeadamente naquilo que é o protocolo e se tem ou não validade jurídica. Agora, acho que estamos a levar o assunto demasiado longe. Até este pormenor de vir aqui falar na questão da titularidade do território me parece muito frágil e, sinceramente, nem sei o que quis dizer com isso. Portanto, parece-me que isso é um não assunto.

O assunto foi tratado com a Junta de Freguesia de São Pedro Velho, foi tratado com a Junta de Freguesia da Torre Dona Chama, e entenderam que aquele lugar se chama Lugar da Ponte da Pedra. Não é uma praia; é um parque de lazer. Poderá vir a ser praia, efetivamente. E aí, quando for praia, terá que ter nadador-salvador e todas as condições adequadas. Até lá, não tem. Já teve águas próprias para o efeito, mas nós não conseguimos que a praia abra em tempo útil. Foi retirada essa possibilidade de ser praia e agora continuamos a fazer as análises para que possa vir a ser praia a breve trecho.

Sendo certo que irá ser explorada pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Torre Dona Chama, que me parece ser a entidade adequada, tendo em conta a sua atividade. E o facto de poder ser concessionada a alguém parece-me da legítima responsabilidade da Associação Humanitária, porque, tendo ali um corpo de Bombeiros, seriam esses que teriam a responsabilidade de prestar esse apoio. A qualquer momento poderiam ser chamados para um incêndio, um acidente ou outra ocorrência e não podiam estar dependentes disso.



Parece-me que pode, efetivamente, sem qualquer problema, ser concessionado, sem estarmos aqui, em Assembleia, a aguardar por mais decisões, porque estas Assembleias têm uma cadência que, muitas das vezes, não se coaduna com o dia a dia. Pareceu-nos também uma solução simples e, até, pegando na similitude com outros parques de merendas, não vimos nada de anormal.

Ficará, porém, esse registo, desse conjunto de informações, que teremos de verificar. E, se vier a verificar-se que alguma coisa não está bem, teremos que vir cá de novo à Assembleia propor as alterações, porque nós, efetivamente, não deixamos morrer as coisas. Ouvimo-las, vemo-las, analisamo-las e, se tiver que ser, faremos o trabalho que seja considerado adequado.

De maneira que não tenho mais nada a dizer em relação a isso. Apenas desejo que os nossos municípios, e outros, possam desfrutar daquele espaço que finalmente vai ficar acessível a quem o quiser visitar e utilizar.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor, quatro abstenções e 14 votos contra, aprovar a Proposta de Protocolo de Cedência de Utilização e Gestão do Parque de Lazer de Ponte da Pedra.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Eu gostaria muito de acompanhar o mérito desta cedência, só não acompanhei, votei contra e faço esta Declaração de Voto porque, como o Senhor Presidente sabe, não me desonero pelo facto de votar contra, eu só fico efetivamente desonerado deste voto se fizer uma Declaração de Voto.

Sendo assim, vou fazer uma Declaração de Voto tendo por base que a administração do património municipal, a gestão de equipamentos municipais e a atribuição de apoios a entidades legalmente existentes, integram em princípio, as competências próprias da Câmara Municipal, previstas no artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 e não as competências da Assembleia Municipal.

Nesse sentido, voto contra precisamente por causa disso, por não achar que são competências da Assembleia Municipal para o fazer.”

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Eu votei contra, nada tem a ver contra o Protocolo em si, mas o Senhor Presidente fez questão de não responder à questão que lhe coloquei e se achar que isto é uma questão de teimosia, a cláusula 12.ª diz o seguinte, “*O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, produzindo efeitos materiais quando a cedência do espaço, apenas após a receção definitiva da obra.*” É o que está aqui e não é esse o objetivo, o objetivo é entregar a obra após a receção provisória.

O meu sentido de voto foi votar contra, porque o Senhor Presidente não respondeu.”

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado nesse ponto tem razão.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Presidente não me respondeu.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Simplesmente porque não me lembrei de responder, fiquei completamente incomodado com a quantidade de problemas que trouxe aqui para um parque de lazer que é extremamente importante e que a comunidade espera há muito tempo, mas o que diz é verdade, há um lapso no Protocolo, é provisório.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Posso fazer uma pergunta? Agora como é que vai corrigir o documento, depois de o termos aprovado aqui? A questão é esta, é uma questão de forma, é uma questão de qualidade do trabalho que é produzido e quando vimos aqui chamar a atenção das coisas, é porque também nos interessamos em ler isto e vimos aqui colocar as questões.

Se calhar uma boa parte das pessoas que aqui estão conhecem o território melhor do que eu e são as primeiras pessoas a dizê-lo, é projetar o PDM que nós acabámos de aprovar, em como aquela zona está em território de São Pedro Velho. Ora, quando se diz no protocolo que os terrenos estão em São Pedro Velho e na Torre Dona Chama é mentira. Não pode constar isto num protocolo.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



Desculpe, vá ver o artigo.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não tenho nenhum artigo. Eu pedi-o, mas não me foi enviado. Está a ver? “*Vá ver o artigo*”, mas não o disponibilizaram quando o pedi.

A questão aqui é uma questão de forma e de conteúdo, e o conteúdo tem de estar correto. Vai-me agora dizer “*é preciosismo*”; é qualidade que tem de ser exigida aqui. É isso que se está a pedir às pessoas. Se não for para produzir qualidade, olhe, eu não ponho cá mais os pés, não vale a pena. Não me leve a mal. Isto é uma questão de conteúdo e de forma. Se não quisermos pôr as coisas desta maneira, então não vale a pena estarmos a discutir aqui absolutamente nada.

Senhor Presidente, não me leve a mal. Acabei de votar contra um protocolo, porque o Senhor Presidente não acolheu aquilo que foram as nossas dúvidas e sugestões. E esta é uma deforma. Agora vá lá mudar no protocolo o “provisório” para “definitivo”. Está a alterar um documento, que foi aprovado aqui e podia-o ter aceite logo.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desculpe, não se está a alterar coisa nenhuma, porque esse facto vai constar da ata e, na ata, vai lá uma errata. Desculpe lá, não vamos ter de fazer outra Assembleia em setembro e o parque ficar sem funcionamento até lá.

Isto carece efetivamente de correção, é verdade que é uma “reção provisória”, foi um lapso, como acontece noutros casos. Agora não podemos pegar nisto e fazer aqui um cavalo de batalha em relação a isso.

Por isso é que existem as atas. Na ata deve constar lá que o protocolo, que há de ser corrigido, contém uma errata e indicar que a reção é provisória, sem problema nenhum. E é isso que vai acontecer. Portanto, ninguém está aqui a fugir de nada. Isto é qualidade.

Agora, aquilo que me insurjo efetivamente é com a quantidade de pormenores que traz aqui ao assunto, que me parecem completamente desnecessários.

4.7 - Suspensão temporária da execução do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Mirandela e o Jornal Notícias de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 28/05/2026, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Submeter a aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela, a suspensão temporária da execução do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Mirandela e o Jornal Notícias de Mirandela;**
- 2 - Determinar que a suspensão produza efeitos desde a data do pedido apresentado pela entidade protocolada, mantendo-se até comunicação escrita do Jornal Notícias de Mirandela informando estarem reunidas as condições necessárias para a retoma da execução do protocolo, ou até ulterior deliberação dos órgãos municipais competentes;**
- 3 - Suspender, durante o referido período, os efeitos financeiros e demais obrigações emergentes do Protocolo, sem prejuízo da regularização de eventuais obrigações já vencidas.”**

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a suspensão temporária da execução do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Município de Mirandela e o Jornal Notícias de Mirandela.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Li uma notícia agora recente de que há uma linha de autocarros da FlixBus que passou a fazer o transporte de passageiros de Braga, Porto, Vila Real e Bragança com destino a Madrid e vice-versa. O meu reparo é apenas saber se os municípios são consultados nestas situações ou se se poderia eventualmente fazer alguma coisa junto da empresa. Seria uma mais-valia para Mirandela se pudesse entrar aqui e fazer paragem, ou pelo menos considerar essa possibilidade. Se efetivamente é assim como estou a dizer, poder-se-ia fazer algum esforço, porque daí poderíamos retirar alguma vantagem.

Quereria dizer ao Senhor Presidente da Assembleia que partilhei consigo e penso que a Mesa também terá recebido, um relatório de análise do PDM que poderá ser bem utilizado. Faço gosto que o seja, porque o que lá está vertido recomenda alguma fiscalização que nós, Assembleia Municipal, deveríamos ter. Fica disponível para ser usado, assim o entendam.



Fazer um reparo ao Senhor Presidente, bem sei que custa a todos e que provavelmente aqui em cima se apanha mais calor do que lá em baixo, mas isto leva-me a questionar algumas coisas, o salão nobre de Mirandela é este Auditório, estivemos aqui na Assembleia de dezembro com frio e hoje, em junho estamos aqui com calor insuportável, o equipamento avariou e está a ser tratado um procedimento. Parece-me que o património edificado municipal está um pouco ao acaso, as coisas acontecem se acontecerem bem, se não acontecerem, também não há seguimento.

Há dias fui ao café aqui no edifício e vi aquele balcão que não nos dignifica como munícipes, nem dignifica esta casa. Se houve um interregno entre a concessão anterior e o novo procedimento, devia ter havido alguém que resolvesse aquilo, nem que fosse um simples arranjo, um verniz ou uma cobertura em vidro, dá a sensação de que está tudo um pouco ao acaso. A climatização deste edifício avariou e a questão para mim é pertinente, há relatórios de manutenção? Sabia-se em que estado estava o equipamento? Não há redundância? Se não há redundância, então tem de haver manutenção do que existe. Se o equipamento chegou ao fim de vida útil, devia ter sido acautelada a substituição ainda em funcionamento.

Assim, penso que não há condições para eventos no período de verão e primavera-verão. É disto que estou a falar, não para apontar o dedo a ninguém, mas para que haja planeamento, façam um plano, atribuam um técnico responsável por cada equipamento. Eu vivo perto da antiga cadeia velha, um edifício bonito e histórico, mas está coberto de folhas e com telhas desalinhadas. Já fiz essa observação na plataforma e isto é como escrever no molhado.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MD) disse:

Senhor presidente, há algum assunto que eu não possa falar nesta rubrica “outros assuntos”? E eu gostava de saber se posso fazer a minha intervenção sem ser interrompido. Não responde, é porque posso.

Na verdade, Senhor Presidente da Assembleia, na minha opinião, não se pode interromper uma Declaração de Voto, nem comentar as Declarações de Voto, mas, se o Senhor entende que o fez e, portanto, entende que sim, eu terei de recorrer a outras instâncias para ver se efetivamente pode ou não pode, no meu entender, acho que não, porque ainda há pouco o Senhor Presidente tinha acabado de dizer, precisamente a propósito de outra situação, que a Declaração de Voto era, não disse sagrada, mas era como se fosse, portanto tinha de ser respeitada e dita até ao fim.

Além disso, não o fez para o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, não o fez para a Senhora Deputada *Marisa Aranda*, não o fez para o Senhor Deputado *Vasco Cadavez*, não o fez agora para o Senhor Deputado *António Martins*, que leu o artigo tal como tinha sido lido antes na Declaração de Voto, e a mim interrompe. Eu não percebo, acho que não lhe fiz mal nenhum, mas já não é a primeira vez e eu tenho de tomar uma atitude, porque assim não me sinto bem aqui, sinto-me perturbado, meus amigos, tenho de o confessar, sinto-me perturbado e vocês já viram. A minha idade também já pesa um bocadinho e é natural que isso me afete, eu não venho às Assembleias da mesma forma que vinha antes. Tenho o cuidado de falar e de respeitar o tempo e foi dito por quem o contou que falei 18 minutos, precisamente, para que as Assembleias não se estendam, tenho cuidado para não ofender ninguém, porque não estou aqui para ofender ninguém, estou aqui para falar naquilo que entendemos que não está bem e que pode ser melhor para Mirandela.

Se achar que estou aqui a perturbar, Senhor Presidente, diga-me que eu deixo de vir às Assembleias, peço para ser substituído, acabou, eu não me meti nisto para andar aqui a discutir ou a sofrer estas situações. O Senhor tinha de respeitar a minha intervenção até ao fim e não o fez.

Senhora Segunda Secretária, quando acabei a minha intervenção não referi qual era a minha intenção de voto e não é verdade que o tenha feito. Eu disse que, tal como a Senhora Deputada *Marisa Aranda* e outros deputados fizeram várias perguntas, eu fiz algumas e que a minha Declaração de Voto dependia das respostas do Senhor Presidente, como não respondeu, é evidente que tive de tomar uma atitude e votei.

A questão de sair do palanque, sim, saí do palanque, chateado, claro, quem não se sente não é filho de boa gente, mas cada um tem as suas características, eu tenho as minhas físicas e psicológicas e não somos todos iguais, se calhar fervo em pouca água. Por isso peço desculpa pelo gesto que fiz quando disse para falar sozinho, não o devia ter feito, saí do palanque porque me foi cortado na palavra e estávamos a entrar num diálogo que eu não quero, não quero entrar numa linha de discussão, como já aconteceu noutras Assembleias, não quero isso. Ou então vou-me embora, não venho. Tenho família à minha espera e prescindi disso para estar aqui, porque acho que contribuo para o desenvolvimento de Mirandela.

Cada cabeça sua sentença, cada um tem a sua visão e da discussão sai luz, era só isso que queria dizer. Tinha outro assunto para falar neste ponto, mas não estou em condições de o fazer e prescindo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, primeiro tenho de lhe dizer que este ponto diz assim: “5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município”. Francamente, não sei se isto é de interesse para o município.

Segundo, dizer-lhe que o Senhor está aqui eleito pelo povo e é para se manter. Faço todo o gosto em que se mantenha. Não são alguns ruídos que nos vão aqui alterar o voto popular. Se há alguma coisa a alterar aqui, sou eu, dali daquela cadeira, não, porque fui eleito pelo povo, mas da Mesa, o senhor, faça favor. E quem entender, faça uma moção de censura. Se ela for chumbada, imediatamente eu saio daqui da Mesa.

Terceiro, eu interrompi uma vez uma intervenção sua e fiz questão, e o Senhor sabe, de lhe pedir desculpa, e de facto não agi bem. Hoje interrompi, não foi uma declaração de voto, foi uma não declaração de voto. Aquilo não era uma declaração de voto. Muitas vezes querem defender a honra e eu interrompo sempre que não estão a defender a honra.

Há situações que são muito pontuais. A defesa da honra é a defesa da honra. A declaração de voto é uma declaração de voto. Não queira comparar, ainda que alguém, enfim, tenha ido em sua defesa noutras situações. De facto, houve aqui quem tivesse fugido um pouco àquilo que é normal. Mas o Senhor ultrapassou tudo isso. Não é uma questão de ter algo contra o Deputado *Virgílio Tavares*. Para mim, o meu respeito por si é igual ao de todos os que estão aqui.

E já agora, quanto à intenção de voto, eu por acaso tinha entendido que o senhor a tinha dado, mas está na gravação. Se estiver errado, pedirei desculpa, também aqui da Senhora Primeira Secretária.



Já agora, tenho de responder ao deputado *Rui Sá*, que elaborou um documento sobre o PDM. Já tive oportunidade de o referir. É muito importante, tinha a devida importância até para antecipar leituras e até influenciar tendências de voto, o que é positivo. É uma visão global, mas ainda mais importante agora depois da aprovação, dado que o PDM foi aprovado.

Não vou ficar com a honra de o distribuir. Se entenderem, podem pedir à Mesa para o divulgar a todos os Deputados Municipais. Devia haver esse pedido noutros sítios também. Isto é uma corresponsabilização muito grande no pós-aprovação do PDM. O PDM não termina aqui. Não nos vamos desligar dele, e isso está muito claro. Temos essa função e responsabilidade, e gostaria que esse documento fosse do conhecimento de todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De manhã já se falou das extratoras, mas fiquei, digamos, com uma questão que gostaria que pudesse ser respondida, porque há dias vi aqui alguns Deputados a fazer publicações nas redes sociais, mas vir aqui debater esses assuntos não gostam de o fazer, e acho que era aqui que deviam fazer e não andar a republicar fotos nas redes sociais sobre aquilo que principalmente se passa na Mirabaga.

Percebi pela conversa da manhã que os pressupostos que estavam identificados naquele plano de ação não foram implementados, foi aquilo que percebi, e estão, digamos, muito aquém. Queria fazer-lhe esta pergunta: consegue garantir aos mirandenses que a qualidade do ar que respiramos é boa e segura?

Outra ocorrência importante para Mirandela foi a perda da classificação da Bandeira Azul na praia do Arquiteto Albino Mendo. Não sei se a atividade de uma das extratoras localizadas a montante possa ter contribuído de forma significativa para este epílogo ou não. Gostaria que nos esclarecesse isso.

Senhor Presidente, que medidas estão a ser implementadas para recuperar a confiança dos banhistas e também da instituição ABAE – Educação Ambiental para a Sustentabilidade, que vai novamente reavaliar todo o processo, nomeadamente a instalação de sensores e o que está a ser feito a esse respeito.

No mandato anterior, quando aqui estive como autarca, falei que tem de haver um controlo na atribuição das licenças de ruído, nomeadamente nos eventos e festividades no concelho. Já sei que vai dizer que é preciosismo, mas não me vou inibir de colocar esta questão. Esta licença só pode ser atribuída com base num evento existente, devendo a realização desse evento ser suportada por uma licença de festividade emitida pela Junta de Freguesia.

Coloco a questão se isto está a ser acautelado. Verifico que, nas Atas, existe muitas vezes a emissão de licenças de ruído em nome de particulares. Essas pessoas estão habilitadas ao cumprimento de regras? Estão alinhadas com o titular da licença de festividade? Porque uma licença de festividade deve ter subjacente um seguro de responsabilidade civil no caso de haver um problema no evento. Esse seguro ou é emitido em nome da coletividade que realiza a festa, ou, nalguns casos, um particular assume essa responsabilidade. E importa saber se esse particular é o mesmo que consta da licença de ruído.

Tive oportunidade, no mandato em que aqui estive como autarca, de referir isto na altura com a Presidente da Câmara, porque me parecia um contrassenso, já que a base do evento é a licença de festividade e não a licença de ruído.

Por último, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vou ser mais uma vez preciosista. Quero deixar uma palavra de agradecimento e reconhecimento a dois mirandenses que já foram membros desta Assembleia Municipal. À Professora *Manuela Gândara*, por integrar a exposição “Meu Querido Santo António”, que está a decorrer no Museu de Lisboa entre os dias 3 de junho e 20 de setembro de 2026.

A professora *Manuela Gandra* é uma das 32 colecionadoras que integram esta exposição, sendo reconhecida pela sua qualidade e admiração pela figura de Santo António, bem como pelas publicações que tem feito nesta matéria. Teria ficado muito bem ao Município de Mirandela realizar uma publicação na sua página oficial alusiva a esta atividade de uma ilustre mirandense.

E também ao Professor *José António Costa Ferreira*, um acérrimo defensor da política e da importância do poder local e do seu papel, académico e historiador em temas ligados à constituição e à afirmação do poder local. Foi com satisfação e regozijo que soube da sua participação com o artigo “O caminho da democracia portuguesa, Constituição de 1976, da eleição à sua aprovação”, na revista O Referencial da Associação 25 de Abril, por convite da Professora *Maria Inácia Rezola*, comissária executiva para as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, na edição especial comemorativa dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa.

Isto só mostra a qualidade do Professor *José António Ferreira* nestas matérias. O Município de Mirandela deveria aproveitar a prata da casa para dar exemplo e elevar a qualidade dos eventos do 25 de Abril e do 25 de Maio com que fomos brindados este ano. Tal foi a fraca qualidade e diversidade do programa implementado para estas comemorações.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (INDEPENDENTES) disse:

Se eu bem percebi aqui ao Senhor Presidente da Mesa, aconselhou o Senhor Presidente da Câmara para ser um bocadinho mais resumido nas respostas, não foi para que não respondesse, é que a mim não me respondeu rigorosamente a nada.

Queria também felicitar o Sport Clube Mirandela pelo seu centenário e vi, de facto, as notícias de que o Senhor Presidente deu na Rádio Terra Quente e disse que as obras que iam ser feitas na Reginorde eram a prenda de aniversário para o Sport Clube Mirandela.

Eu pergunto-lhe, embora aquilo seja do concelho, que seja para todos os clubes, mas quando foi da campanha eleitoral no Cachão disse que não se ia esquecer do Cachão, muito menos do Grupo Desportivo do Cachão. E eu questiono se está previsto a substituição do piso sintético do Grupo Desportivo do Cachão, se tem isso na mente, se está para breve?

Deixar aqui uma nota para a Mesa. Por muita estima e admiração que tenho pelo Senhor Presidente, fiquei um bocadinho estupefacto, quando comenta o meu sentido de voto. Eu acho que não o deve fazer nem comentar o sentido de voto nem as intervenções, porque a Mesa deve dirigir os trabalhos da Assembleia. É o que diz o Regimento.

Eu acho que foi muito mais grave eu estar lá em baixo a pedir um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente sem som. Eu sei que o Senhor Presidente disse que tinha bom ouvido e Deus o conserve, mas para as pessoas que estão em casa a assistir, eu estava



a falar para o boneco, desculpe a expressão. Era mais sensato ter-me chamado e vir aqui. Foi assim que fizeram os outros nas declarações de voto.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Começar por um agradecimento, não foi a pedido, mas quase, agradecer ao Executivo, era um assunto muito querido o assunto da Ponta da Pedra desde 2019, talvez que falou na praia fluvial e ultimamente no açude. Passaram sete anos, acho eu, mas de facto é uma alegria ver as coisas a começar a andar.

Já agora, lançava aqui outro desafio. Uma vez que estamos a falar na Ponte da Pedra, sugeria uns passadiços da Ponte da Pedra para as Minas de Nozedo. São sensivelmente 8 km. Abrangem três concelhos: Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Vinhais. E penso que seria uma mais-valia para as freguesias de São Pedro Velho e Torre Dona Chama, para as aldeias limítrofes e também para o concelho e até para o distrito, porque cada vez me convenço mais que o turismo é a única forma de trazer gente às nossas aldeias. Portanto, pensem nisso, para daqui a sete anos talvez já esteja como a praia fluvial.

Outro assunto que também já trouxe aqui muitas vezes, é a mobilidade, os transportes das aldeias. Volto a repetir. Estão fartos de saber que São Pedro Velho não tem autocarro para Mirandela e estamos ansiosos. Li na comunicação social recentemente que iam iniciar no mês de agosto, se não me engano. Portanto, gostaria de saber se de facto é mesmo para avançar.

Outro assunto: internet nas aldeias. Demorei uma hora para abrir a documentação, não estou a exagerar, uma hora para abrir a documentação da Assembleia Municipal. Estão neste momento a colocar fibra em São Pedro Velho. Não sei se com a supervisão da Câmara ou não. Eu não percebo nada de fibra. Sei que é colocada nos postes, mas já tentei saber e onde eu vivo não vai ser colocado nos postes limítrofes, não vai ser colocado. Portanto, gostaria de saber se a Câmara vai de facto supervisionar ou não, se vai ser na totalidade da aldeia ou não. Por coincidência ou não, quem está em teletrabalho sou eu e o meu vizinho, estamos constantemente em casa na internet e provavelmente se calhar não vamos ter acesso.

Outro assunto que já trouxe também aqui uma vez: a estrada Vilar Douro já foi aqui muito falada, já está. Agora temos a outra, São Pedro Velho para Vale das Fontes, que é a meias com o concelho de Vinhais. Numa conversa de café com o Senhor Presidente da Câmara de Vinhais há um ano atrás, disse-me que sim, que seria para andar. Penso que o Senhor Vereador já esteve no local, se não me engano. Acho que estou mais ou menos bem informado. E de facto é uma necessidade porque está toda esburacada. Aquilo são sensivelmente 3 km: 1,5 km na freguesia de São Pedro Velho e 1,5 km na freguesia de Vale das Fontes.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já vai o adiantado da hora. Vou responder aqui ao Senhor Deputado *Rui Sá* que, efetivamente, se eu ouvi bem, o nome da carreira penso que essa empresa nos pediu para que a carreira passasse aqui em Mirandela, possa estacionar na estação de camionagem e inclusivamente também utilizar a bilheteira. Mas eu vou confirmar, penso que é essa, tenho quase a certeza que é, mas depois confirmamos, está bem? Porque nós temos esse pedido, penso que é dessa empresa.

Relativamente à questão dos equipamentos, vou-lhe dizer que este equipamento aqui, este espaço belíssimo que foi completamente remodelado há algum tempo, há cerca de 4 anos, ficou com essa dificuldade do ar condicionado, mas esperamos resolver a qualquer momento e, durante o verão, vai acontecer. Vamos aproveitar as festividades ao ar livre para fazer essa intervenção e esperamos que, no mês de outubro, quando retomarmos aqui as atividades, esteja concluído, porque efetivamente não são condições de trabalho adequadas.

O Senhor *António Martins* faz aqui várias questões que eu já falei de manhã, mas provavelmente esteve desatento, não esteve cá ou não ouviu a questão da bandeira azul. Expliquei a razão e está a dizer-me se há uma relação entre a retirada da bandeira azul e a extratora que fica mais a montante. Não me parece que seja, porque aquilo que foi identificado foi *E. coli* e não me parece que a extratora produza *E. coli*, portanto não me parece que haja uma relação direta com isso. Deve ter havido uma descarga de qualquer coisa. Por isso é que nós queremos efetivamente monitorizar e já está no local um dispositivo que alerta de 15 em 15 minutos quando algum parâmetro está fora do normal, para percebermos onde é que foi, se foi uma descarga, o que quer que seja, para tentarmos descobrir.

Não quero estar aqui a levantar questões que possam ser injustas, mas a verdade é que foi *E. coli* em dois momentos, a 04 e 06 de setembro, com um intervalo de um dia. Não sei o que terá acontecido, mas foi isso que determinou a retirada da bandeira azul. Se nada acontecer durante este ano, voltaremos a recuperá-la.

No que diz respeito às Extratoras, nomeadamente a Mirabaga, como já lhe disse de manhã, atrasaram-se no processo. No meu entender, deviam ter protelado a abertura da época de extração enquanto não tivessem aquilo a que se comprometeram. Estão a fazê-lo, mas estão a produzir ao mesmo tempo e estão a criar aqui este odor.

Quanto à qualidade do ar, estamos a fazer o trabalho. Quem tem competência para a medição da qualidade do ar, é a CCDR-N, está a fazê-lo, estão a ser feitas medições e também uma visita ao local para perceber quando é que podem ter uma resposta efetiva. Não somos contra o equipamento, somos contra o problema que o equipamento cria, e há hoje equipamentos que mitigam esse assunto. Temos também outra instalação mais a montante e pedimos que nos enviassem relatórios para percebermos o que está a acontecer.

Quanto às licenças de ruído, são da Junta de Freguesia, com parecer das autoridades, nomeadamente da PSP e da GNR. Procuramos sempre essa convergência entre quem pede a licença, quem tem a titularidade do seguro, a licença atribuída pela Junta e o parecer das autoridades.

Cada vez acontecem menos essas situações. Portanto, acontecia muita das vezes que as comissões de festas trabalhavam em nome individual. Hoje há mais organização, fazendo através de associações, já estão formalizadas em termos de associações. Portanto, cada vez acontece menos, mas ainda vai acontecendo em nome individual, ainda aparecem algumas pessoas a fazer alguns eventos, mas procuramos que haja aqui esta convergência daquilo que é o seguro obrigatório, daquilo que é a licença atribuída pela Junta de Freguesia em função do parecer das autoridades, quer da PSP, quer seja da GNR.



Relativamente a estas duas pessoas, a *Manuela Gandra* e o *José António Ferreira*, são situações extremamente recentes, desta semana, portanto o município ainda não teve oportunidade de fazer qualquer divulgação, mas não é por ser em cima do tempo que deixa de ser reconhecido. São situações que conhecemos e às quais damos naturalmente a devida deferência.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta, *José Carlos Teixeira*, penso que não terei respondido apenas à questão da Ribeira do Cachão, mas vou-me inteirar, porque também não conheço a sucata que lá está, se são carros estacionados ou não. É um assunto que teremos de averiguar.

Quanto à substituição do sintético do Cachão, estamos a olhar para todos os equipamentos desportivos que carecem de melhorias e o Cachão naturalmente não irá fugir à regra. Não é filho pobre de Mirandela, terá o mesmo apoio que os outros clubes. No momento certo será feito. O Cachão é um clube do concelho que merece toda a consideração, sem exceção.

Relativamente à questão colocada pelo Deputado *Carlos Pires* da Ponte da Pedra, agradeço o reconhecimento de que a obra está a avançar. Quanto à ideia dos passadiços, parece-me interessante e pode ser trabalhada. Pode até ser um projeto supramunicipal com Mirandela, Vinhais e Macedo de Cavaleiros, o que pode dar mais força às candidaturas.

Em relação aos transportes, vão acontecer no dia 01 de agosto, incluindo transportes a pedido. É importante a colaboração das Juntas de Freguesia porque este transporte funciona mediante pedido. Se houver um pedido para São Pedro Velho, seria importante que, sempre que houvesse uma deslocação, essa informação fosse divulgada na aldeia. Assim, outras pessoas que tenham, por exemplo, uma consulta médica, poderiam aproveitar o mesmo transporte ou até ser recolhidas pelo caminho. Portanto, este é um aspeto que precisamos de agilizar.

Está também a ser desenvolvido um trabalho em conjunto com os centros de saúde para tentar marcar as consultas de pessoas da mesma freguesia para o mesmo dia, de forma a otimizar os transportes. Sabemos que este é um assunto que exigirá algum ajustamento no início, enquanto afinamos o sistema. Será necessário criar uma plataforma e haverá muito trabalho até conseguirmos que tudo funcione da melhor forma, porque se trata de um serviço de resposta personalizada para locais onde não existe transporte público regular.

Relativamente à fibra ótica, a fiscalização é da responsabilidade da Câmara Municipal. A nossa indicação é que o objetivo é alcançar uma cobertura de 100%. No entanto, sabemos que isso ainda não acontece. Não é apenas em São Pedro Velho; também na cidade existem zonas que continuam sem cobertura de fibra.

Esperamos chegar a todo o território, porque, enquanto isso não acontecer, é natural que fiquemos preocupados. Hoje em dia, a internet é uma verdadeira estrada digital, fundamental para apoiar o trabalho remoto e contribuir para atrair e fixar população, sobretudo jovens e nómadas digitais. É uma área em que temos de continuar a trabalhar.

Quanto à estrada entre Vale das Fontes e São Pedro Velho, trata-se também de uma questão de tempo. Sabemos que esta é uma das várias intervenções necessárias. Ao longo desta sessão já foram referidas outras estradas e, naturalmente, não é possível executar todas as obras em simultâneo.

A distância daquele troço também não é muito grande. Já percorri essa estrada de bicicleta, embora já não me recorde exatamente da extensão, mas sei que está em condições semelhantes às de outras estradas do concelho que também necessitam de intervenção. O que procuramos fazer, no dia a dia, é ir melhorando gradualmente. Não conseguimos fazer tudo de uma só vez, mas continuaremos a trabalhar nesse sentido.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *ANTÓNIA CARVALHO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Lamento o adiantado da hora. Penso que muitas pessoas ficaram desagradadas pelo facto de ainda haver uma múnicipe que quer intervir, mas tenho o direito a isso e já abdiquei numa Assembleia por ser tarde e não vou abdicar hoje. Portanto, lamento, mas vão ter de ouvir a minha intervenção.

Tenho constatado, de alguns tempos para cá, que a parte da Rua da República que é considerada pedonal, neste momento tem tanto trânsito como antes de o ser. Ontem, quinta-feira, dia 11, estive numa esplanada na Rua da República e tive a curiosidade, enquanto tomava um café, de contabilizar o número de viaturas que ali circulavam. Posso informá-lo que, em 40 minutos, registei 32.

Algumas de passagem, outras para carga e descarga, outras para ir ao banco, outras para levantar dinheiro nas caixas multibanco, mas quem circulava a pé tinha de se desviar com alguma mestria, porque havia viaturas encostadas em ambos os lados da via. Por exemplo, houve o caso de um senhor com um carrinho de bebé que teve de se encostar junto à parede do Tribunal Administrativo. Isto porquê? Do outro lado, uma carrinha de alguma dimensão estava estacionada, o que deixava pouco espaço para outra viatura que passava.

É lamentável o abuso e o facilitismo na circulação automóvel, sem regras numa zona de mobilidade pedonal e não de circulação automóvel, como se de uma rua de trânsito normal se tratasse, pondo em causa a segurança daqueles que ali circulam a pé. A Rua da República, no trajeto pedonal, neste momento parece mais uma passagem de automóveis livre e sem regras.

Considero recomendável uma maior atenção por parte das autoridades competentes no sentido de uma aplicação mais rigorosa das regras de circulação de viaturas no troço em questão.

Outro assunto que requer alguma intervenção com urgência é o piso no local de passagem de nível junto à Estação das Artes. A existência de um desnível acentuado no piso, do lado direito de quem vem da estação em direção ao centro da cidade, atingiu um valor que poderá causar danos em viaturas ou mesmo provocar algum acidente.

Como último ponto, gostaria de ser esclarecida sobre a situação em que se encontra a elaboração do novo regulamento sobre o estacionamento municipal, uma vez que por várias vezes já foram efetuadas intervenções sobre esse assunto, sem nenhuma resposta conclusiva até à data.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer mais uma vez a participação da munícipe *Maria Antónia*, sempre com assuntos pertinentes relacionados com segurança. Já o fez também no nosso Conselho Municipal de Segurança.

Efetivamente, se isso acontece, portanto há ali umas barreiras que são automáticas, que os comerciantes têm chave, e temos que perceber que elas não estão abertas; alguém as abre. Não é da responsabilidade do município, portanto é da responsabilidade dos utilizadores, quer sejam moradores, quer sejam comerciantes. Mas efetivamente não pode registar-se esse nível de abuso, esse nível de entrar com o carro para levantar dinheiro. É para cargas e descargas, mas não é para o multibanco, não é propriamente uma carga e descarga de uma mercadoria.

O bom senso e o civismo muitas das vezes faltam e temos que fazer esse reporte à PSP para que tenha mais atenção. Aliás, até estranho, porque a PSP por norma até está sempre ali com alguma frequência naquele espaço na entrada. Mas, pronto, não estando, temos que pedir esse reforço, porque efetivamente é uma zona que foi criada para ser só transitada por peões e só esporadicamente os veículos a pudessem utilizar. Se está a haver esse abuso, naturalmente tem que se reportar às entidades competentes.

Quanto à questão do regulamento de estacionamento e de trânsito de Mirandela, ele está a ser trabalhado com as equipas técnicas. Isto durante muito tempo não se fez nada, demora algum tempo a ser trabalhado e a ser elaborado. Efetivamente temos algumas situações até urgentes para resolver, com pedidos de estacionamento quer por parte de instituições, quer por parte do comércio. É uma situação que importa regularizar o mais rapidamente possível para que também possa haver aqui regras.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Dou por encerrada a Sessão. Muito obrigado pela vossa paciência e por este trabalho árduo, mas naturalmente muito importante. Muito boa noite a todos.

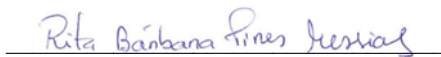
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelas Senhoras Secretárias.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 20 horas e 30 minutos.

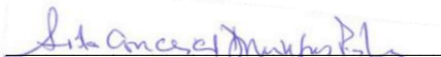
O Presidente da Assembleia Municipal;


Luís Augusto de Melo Guimarães

A 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal;


Rita Bárbara Pires Messias

A 2.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal;


Aida da Conceição Domingues Palas